



MESA REDONDA

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DO 25 DE ABRIL



OS PARTICIPANTES

Antes da apresentação dos seis intervenientes (além do moderador) na mesa-redonda que se vai seguir, convirá esclarecer o critério que presidiu à sua escolha. Porque são estes os participantes – e não outros?

Devo dizer que logo de início pus de parte a hipótese de um debate entre partidos políticos. Fundamentalmente por uma razão: porque a posição dos partidos sobre as questões que se irão debater são em geral sobejamente conhecidas. E sendo-o, aquilo que viesse a ser dito não passaria da repetição de um discurso (ou de

discursos) já lidos nos jornais ou ouvidos na rádio ou na televisão.

Escolhi outro caminho: optei por um confronto entre pessoas. Pessoas representando várias correntes de opinião (desde a esquerda menos ou mais ortodoxa à direita menos ou mais assumida), cuja intervenção pública se tenha processado mais na «qualidade de intelectuais» do que na «qualidade de políticos». Isto é, pessoas que, podendo embora estar próximas deste ou daquele partido, deste ou daquele grupo, podendo mesmo estar filiadas num partido ou numa frente partidária, se continuam sobretudo a *representar a si próprias*. Cujo discurso não apa-

rece como o «discurso oficial» do partido ou do grupo onde militam ou para onde lhes pende o coração.

O critério foi este. Se, dentro deste critério, os seis nomes escolhidos foram bem ou mal escolhidos – isso caberá ao leitor ajuizar.

Para já, pelas notas biográficas que se seguem, ficará a saber as idades dos seis participantes e do moderador, a actividade profissional a que se dedicam, os livros que escreveram, os jornais e revistas em que colaboraram, a trajectória política que seguiram.

J.A.S.

JOSE ANTONIO SARAIVA (moderador e organizador do debate)

32 anos. Arquitecto.

Livros Publicados: *Do Estado Novo à Segunda República, O 25 de Abril Visto da História* (em colaboração) e *O 28 de Maio e o Fim do Liberalismo* (2 volumes).

Colaboração, entre outros, no *Comércio do Funchal*, *Diário de Lisboa*, *Vida Mundial*, *Diário de Notícias* e *Expresso* (de que é actualmente colaborador regular). Colaborou ainda na RTP (sendo autor do filme *O 25 de Abril Três Anos Depois* e da ideia original e dos 3 primeiros episódios da série *Os Anos do Século*) e na RDP (na rubrica *Crónica da Manhã*).

Vem da esquerda independente. Nunca teve filiação partidária.

Dedica-se fundamentalmente à investigação no campo da história portuguesa recente, mantendo embora uma actividade jornalística regular sobre temas políticos.



JOÃO MARTINS PEREIRA

47 anos. Engenheiro. Ocupa-se profissionalmente de estudos económicos numa empresa de projectos.

Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia no IV Governo Provisório, de Março a Julho de 1975.

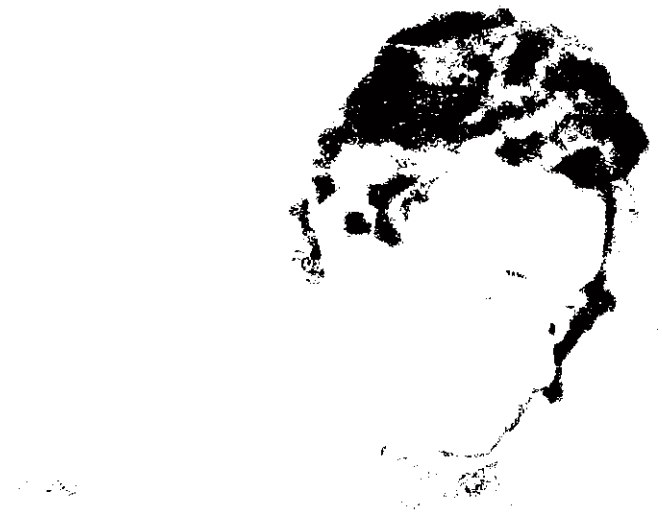
Livros publicados: *Pensar Portugal Hoje*, *Indústria, Ideologia e Quotidiano* e *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, além da brochura *Portugal 75 – Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento* e de colaboração na obra colectiva *Alguns Aspectos do III Plano de Fomento*.

Colaboração em diversos jornais e revistas. Pertenceu em 1967/68 ao corpo redactorial da *Seara Nova*, em 1969/70 ao grupo que lançou a 2.^a Série *d'O Tempo e o Modo*, foi responsável entre Novembro de 1974 e Março de 1975 pela secção económica da *Vida Mundial* e director-interino da *Gazeta da Semana* em 1976.

Trabalhou em diversas fábricas em Portugal e no estrangeiro (Alemanha, Austria, Venezuela), tendo seguido um curso de Economia e Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris. Entre 1970 e 1973 foi assistente de Economia Industrial no ISCEF.

Foi dirigente da Associação de Estudantes do IST, participou na campanha do CDE de Lisboa em 1969 e apoiou a campanha presidencial de Otelo Saraiva de Carvalho em 1976.

A sua imagem pública é a de um técnico que vê com olhos de economista (não desprovidos embora de paixão) a questão política.



FERNANDO PITEIRA SANTOS

62 anos. Director-adjunto do *Diário de Lisboa*. Exerce funções docentes no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Depois do 25 de Abril foi Director-Geral da Acção Cultural e dos Espectáculos (durante a vigência do I GP). Director dos Serviços Culturais da CML e membro da Comissão Nacional de Eleições.

Livros publicados: *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, *Raúl Proença e a Alma Nacional* e *História das Doutrinas Económicas* (sob o pseudónimo de Arthur Taylor).

Colaboração n.º *O Diabo* (fundado por Artur Inês, na sua última fase), *Seara Nova*, *Sol Nascente*, *Vértice*, *República*, *LER*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *História e Cho* (revista universitária).

Foi várias vezes preso e condenado. Conheceu diversas prisões: Esquadra de Alcântara, Aljube, Caxias, PIDE do Porto, Peniche. Participou em diversas revoltas e movimentos contra a ditadura (entre as quais a Revolta de Beja). Foi militante do PCP, do MAR e um dos mais destacados dirigentes da FPLN. Ultimamente tem participado nas campanhas eleitorais da APU.

E visto sobretudo como um «homem político».



ANTÓNIO JOSE SARAIVA

62 anos. Escritor. Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa.

Publicou inúmeras monografias e obras de síntese, entre as quais *As Ideias de Eça de Queirós*, *A Evolução do Teatro de Garrett*, *Gil Vicente e o Fim do Teatro Medieval*, *Fernão Lopes*, *Luís de Camões*, *Para a História da Cultura em Portugal*, *A Inquisição Portuguesa*, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, *História da Cultura em Portugal*, *História da Literatura Portuguesa* (em colaboração), *Dicionário Crítico de Algumas Ideias e Palavras Correntes*, *Inquisição e Cristãos Novos*, *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, *Ser ou Não Ser Arte*.

Colaboração em diversos jornais e revistas, designadamente no *República*, *Diário de Lisboa*, *Vértice*, *Seara Nova*, *Poetique*, *Annales Economie*, *Société et Civilization*, *Vida Mundial*, *História*, e *Diário de Notícias*. Foi além disso co-fundador da *Raiz* e *Utopia*.

Antes do 25 de Abril foi assistente da Faculdade de Letras e professor do ensino secundário (de que foi demitido por razões políticas) e esteve preso por duas vezes. Exilado entre 1960 e Abril de 1974, foi investigador do *Centre Nationale de la Recherche Scientifique*, em Paris, e Professor Catedrático da Universidade de Amesterdão.

Militou no PCP (de 1946 a 1962), no MAR e noutras organizações antifascistas. Não tem actualmente filiação política.

Dedica a maior parte do seu tempo à investigação no campo da história da literatura e da história da cultura portuguesa, mantendo entretanto uma regular actividade crítica sobre a problemática da realidade portuguesa actual.



EDUARDO PRADO COELHO

36 anos. Assistente de Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa.

Director-Geral de Acção Cultural entre 1975 e 1976.

Livros publicados: *Estruturalismo* (antologia de textos), *O Reino Flutuante*, *A Palavra Sobre a Palavra*, *Hipóteses de Abril*, *A Crise da Revolução* (em colaboração), e *A Letra Litoral*.

Colaboração, entre outros, no *Diário de Lisboa*, *República*, *Diário de Notícias*, *A Capital*, *Diário Popular*, *Opção* e *O Jornal* (de que é actualmente colaborador regular).

Programas culturais na RTP. *Com Todas as Letras*. *Escrita em Dia* e *Ao Vivo*.

Antes do 25 de Abril participa no movimento antifascista e na luta estudantil. Depois do 25 de Abril milita sucessivamente no PCP (entre o Verão de 1974 e o Verão de 1975), no GIS e na UEDS, sendo actualmente militante do PS.

Dedica-se fundamentalmente a temas de natureza literária e (com menos constância) a assuntos de natureza política.



MANUEL DE LUCENA

42 anos. Investigador do *Gabinete de Investigações Sociais*. Membro fundador da *Fundação de Ciências Políticas*.

Livros publicados: *Portugal Correcto e Aumentado*, *A Evolução do Sistema Corporativo Português* (2 vols., *O Salazarismo e o Marcelismo*) e *O Estado da Revolução*, além de colaboração no *Portugal Sem Salazar* de Mário Mesquita. Editou ainda na *Análise Social* um longo estudo *Sobre a Evolução dos Organismos de Coordenação Económica Ligados à Lavoura*.

Colaboração no *O Tempo e o Modo* (1.ª série), *Seara Nova*, *Revue Internationale du Socialisme*, *Esprit*, *Análise Social*, *Expresso* e *Diário de Notícias*. Foi co-fundador dos *Cadernos Socialistas* e da *Polémica*.

Exilado (entre Novembro de 1963 e Julho de 1974) na Itália, França e Argélia, diplomou-se no *Institut de Sciences Sociales du Travail*, prosseguindo o respectivo doutoramento na Universidade de Paris I, e foi «chargé de cours» (Direito do Trabalho e da Segurança Social) no *Instituto de Droit des Affaires* de Paris II.

Participou no movimento estudantil, tendo sido membro do Secretariado Nacional das RIA em 1962/63. No estrangeiro militou no Mar (esquerda socialista) e na FPLN até 1968. Esta desde então sem filiação partidária, encontrando-se entretanto actualmente muito próximo do grupo dos Reformadores.

Dedica-se a temas de natureza social e jurídico-política.



JOSÉ MIGUEL JÚDICE

30 anos. Advogado. Assistente encarregado de regência de Ciência Política e Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Lisboa.

Livros publicados: *José António Primo de Rivera* (antologia), *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, *Portugal à Deriva*, além de vários opúsculos sobre temas de ciência política e participação como colaborador em várias obras.

Colaboração regular no *O Diabo* e no *A Tarde* e episódica noutros jornais e revistas como *Defesa Nacional* e *Democracia e Liberdade*.

Vem da direita académica. Depois do 25 de Abril esteve filiado no Partido do Progresso. Preso e exilado em 1975, está desde o 25 de Novembro retirado da actividade política. Apoiou a AD nas últimas eleições.

É conhecido sobretudo pela sua actividade como analista político.



O debate que se segue não foi tão animado, nem tão vivo, quanto a diversidade de opiniões representadas poderia à partida fazer supor. Houve mesmo pontos de consenso. Por um lado, que o 25 de Abril não é passível de ser posto em questão – pela razão simples de que, na altura em que se deu, era inevitável. E era-o porque o regime a que punha fim era um regime esgotado. «O 25 de Abril foi, na História de Portugal, um dos poucos momentos de unidade nacional» – disse mesmo José Miguel Júdice, um homem que se reclama «da direita».

Outra questão em que houve quase geral unanimidade foi esta: em 25 de Abril não se substituiu um regime por outro. O 25 de Abril, consigo, trouxe uma abertura. Seis anos passados sobre a revolta, porém, continua por configurar na sociedade portuguesa um regime. Até hoje o País tem sido pouco mais que um «campo de experiências». E esse facto pode ser perigoso para a democracia.

A mesa-redonda que vamos ler foi gravada no dia 16 de Março e prolongou-se por mais de cinco horas – começou às três da tarde e terminou já passava das oito da noite. Alguns dos intervenientes falaram muito, outros falaram menos, outros ainda falaram pouco. Como se verá, Eduardo Prado Coelho (que teve que sair antes do fim), foi talvez o que menos falou; António José Saraiva não falou muito mais; dir-se-ia que um e outro estavam de certo modo constrangidos. O mais loquaz foi, de longe, Manuel de Lucena. Ficou a sensação que, de todos, era o que mais teses tinha a defender. O seu principal interlocutor foi João Martins Pereira – cujas intervenções, porém, foram sempre menos teorizantes. Enquanto Lucena desenvolvia hipóteses, construía teoria, Martins Pereira narrava episódios, levantava dúvidas.

Entre uns e outros, entre os mais faladores e os menos faladores, ficaram José Miguel Júdice e Fernando Piteira Santos. O primeiro interveio no debate com regularidade mas quase sempre em tiradas curtas. Foi incisivo mas «urbano». Quanto a Piteira Santos foi comedido e prudente – parecendo aqui e além pouco à vontade perante o sentido que a conversa tomava. Uma conversa cuja direcção pertenceu claramente a Manuel de Lucena – que jogando «ao ataque» escolheu como principal ponto de mira o modo como o País tem sido gerido depois da revolta militar de Abril.

O debate que a seguir se apresenta incluía na agenda três temas: o porquê do regresso cíclico dos militares ao primeiro plano da cena política em Portugal, as causas da queda do regime anterior e as principais consequências do 25 de Abril. Por acordo entre os participantes, o tema previsto para abrir a conversa passou para o fim. E por falta de tempo acabou por não ser discutido.

E pois pelo segundo tema inicialmente agendado que o debate começa: quais as causas principais que estiveram na origem da queda do regime anterior?

ESTADO NOVO: AS RAZÕES DA QUEDA

José Miguel Júdice – Creio que para a compreensão das causas da queda do regime anterior poderá ser interessante a utilização de modelos de análise política porque, embora as causas sejam várias, os factores políticos foram muito importantes. Eu julgo que para isso é possível usar, e eu já tentei fazê-lo, um tipo de análise muito desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos e que tem a ver com o chamado modelo cibernético.

No fundo qualquer sistema recebe informação, agressões, impulsos do exterior, elabora esses «materiais» e dá respostas em função desses impulsos. Ora bem, qualquer regime, qualquer sistema político, tende naturalmente a envelhecer, isto é, tende a ser cada vez menos capaz de responder às agressões, aos impulsos vindos do exterior, elaborando ou reelaborando respostas que vão intervir no ambiente externo. E muito mais no regime Salazarista, que era um regime pensado para uma sociedade tradicional, e que, portanto, não era capaz de admitir a conflitualidade como um factor de regulação de sistema: pelo contrário, toda e qualquer conflitualidade era entendida, de acordo com a lógica prática do regime Salazarista, como algo que era disfuncional em absoluto. Portanto, o regime por si só já não tinha grande capacidade de aproveitar os próprios impulsos externos para modificar os impulsos futuros.

O regime salazarista apodreceu. A certa altura estava à mercê de uma simples corrente de ar (J.M.J.).

Por outro lado, era um regime que estava pensado para uma situação que nascia duma instabilidade social muito intensa e, de alguma forma também, na medida em que fosse conseguindo resolver os problemas que tinham originado a sua entrada na cena da História, iria aumentando cada vez mais a sua incapacidade de sobreviver; porque a partir do momento em que por exemplo ele ia conseguindo a segurança, iria desenvolver na sua própria base de apoio uma aspiração para outro vector, o vector da liberdade. E assim, quanto mais segurança permitisse o regime, mais difícil era, paradoxalmente embora, o sistema manter-se estabilizado. Isto é, a partir de certa altura, os factores disfuncionais foram sendo cada vez menos capazes de processarem essa regulação. Portanto o regime ia ficando cada vez mais débil, cada vez mais incapaz de responder a esses desafios. E assim sendo, estava à mercê daquilo a que uma vez chamei uma simples corrente de ar.

Eu julgo, numa palavra e para terminar esta intervenção, que o regime caiu muito mais por factores endógenos do que por factores exógenos. Acho que o regime de alguma forma se decomps, se desagregou, apodreceu, e assim facilmente um grupo de pessoas com um mínimo de audácia (porque mesmo quando as coisas estão podres, estão velhas, parecem muito fortes e muito estáveis) poderia realmente deitá-lo abaixo. De alguma forma o grão de areia, ou vá lá, a gota de água que destruiu o regime foi o célebre decreto-lei do então ministro Sá Viana Rebelo.

Se o regime estivesse sólido, se tivesse capacidade de resposta, tais normas legais não teriam por certo criado essas consequências. É evidente que há muitos outros factores explicativos e não nego que esses factores sejam em potência importantes. Acho que é sempre errado reduzir a um mero factor a história – unidimensionalizá-la portanto – mas julgo de facto que o principal factor foi o próprio apodrecimento do regime.

João Martins Pereira – Este tipo de considerações, inspirado naquilo a que se chama teoria dos sistemas, é evidente que tem importância. O regime português era, de certa maneira, um sistema fechado, e obviamente um sistema fechado tende a ser um sistema decadente em si. De qualquer modo, parece-me que isto é um pouco curto ao pensar-se em termos de razões que levaram ao 25 de Abril, e, mais do que isso, além de curto, julgo que a conclusão que foi trada não está certa, na medida em que precisamente o que fez destruir esse sistema fechado foram em boa parte factores de ordem externa.

A queda do regime foi determinada por factores de ordem externa: a guerra colonial, a emigração e a obrigatoriedade de aproximação à Europa (J.M.P.).

Como é natural, o sistema fechado foi perdendo dinamismo, foi perdendo capacidade de se autoregular e, na sua última fase, foram factores de ordem externa que vieram introduzir um certo dinamismo que o sistema não suportava. Esses factores de ordem externa – no sentido de «independentes da vontade do regime», das suas opções – foram a guerra colonial, a emigração (com as consequências económicas, culturais e políticas que isso teve) e a obrigatoriedade de aproximação à Europa, com os acordos EFTA, em fins dos anos 50. Foram coisas a que o regime não pôde fugir, e que introduziram por mecanismos diversos no sistema uma dinâmica, e

nomeadamente uma dinâmica conflituai, que ele não podia suportar tal como estava estruturado. Foi a isso que a chamada fase marcelista tentou responder com aquela curta abertura dos anos 1970-71. Mas de facto era estrutural a incapacidade do regime a esses desafios que mobilizaram a sociedade. Para dar um exemplo, tendo sido um regime extremamente fechado ao capital estrangeiro, foi por via quer da mobilização de recursos financeiros para a guerra colonial, quer das consequências em termos de emprego e salários decorrentes da emigração e do recrutamento militar (pois atingiu-se artificialmente uma situação de pleno emprego), que o próprio regime foi obrigado a abrir-se ao capital estrangeiro, aqui e nas colónias.

Tudo isso constituía desafios superiores à capacidade de controlo do sistema. A dinâmica assim gerada dentro dele tornava-o vulnerável ao ponto que o decreto de Sá Viana Rebelo, ou outra coisa qualquer, o poderiam abalar de uma maneira decisiva.

Manuel de Lucena – Sem negar muito do que foi dito nas intervenções precedentes, queria pronunciar-me em nome de uma sensibilidade política muito diferente.

José Miguel Júdice, atribuindo a queda do regime ao apodrecimento interno e Martins Pereira dando ênfase aos factores de ordem externa, consideraram ambos inevitável o acontecido. Ambos entraram na ordem do destino, a qual, em princípio, me repugna.

Estudei um bocadinho a trajectória final do Salazarismo e o que mais me impressionou foi a sua capacidade de adaptação. Não digo que pudesse durar indefinidamente, mas ia reagindo aos estímulos de dentro e fora e esboçando um novo caminho, a que o Prof. M. Caetano chamou «a renovação na continuidade». A manobra não resultou e hoje podemos olhá-la, demasiado facilmente, como votada desde logo ao fracasso. A mim interessa-me mais compreender uma política que, a meu ver, tinha algumas hipóteses de passar. Maiores talvez, à partida, que as do Franquismo sob Suarez.

A sorte do regime não estava traçada à partida. A dado momento toda a oposição temeu que a «renovação na continuidade» triunfasse (M.L.).

Porque razão é que a certa altura as coisas como que se afunilaram e se precipitaram depois até à queda? Não vejo nelas o jogo de nenhum fatal apodrecimento interno, aliás o regime caiu na altura em que melhorava: em termos de desenvolvimento, de política social, etc.

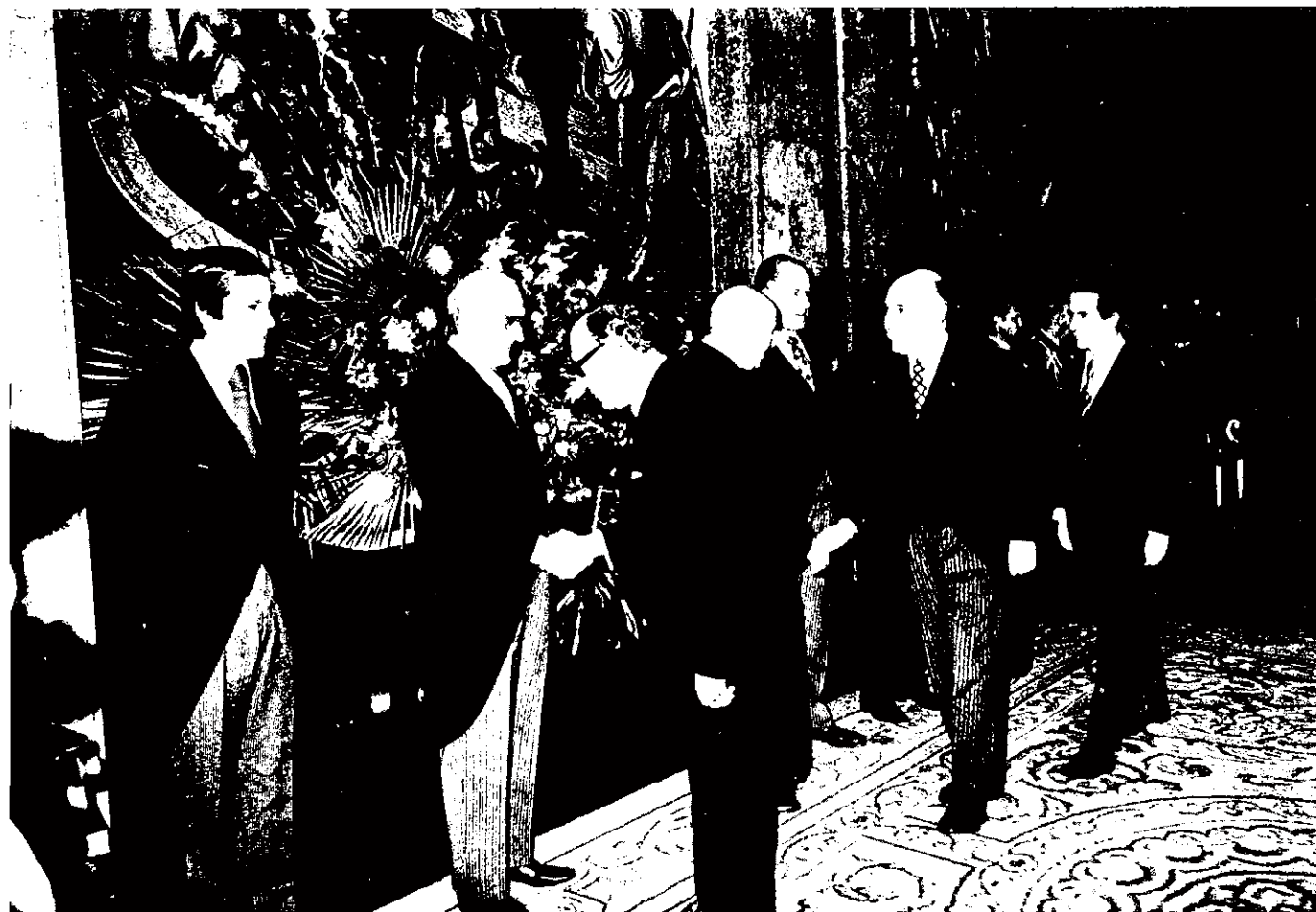
E também não caiu por fatalidade exterior: as guerras coloniais determinavam sim uma necessidade de mudança, de abertura, tentativa pelo menos daquilo a que se chamou neocolonialismo. Mas não impunham por si, inevitavelmente, uma queda.

Por que razão caiu? A meu ver porque, no cruzamento dos problemas internos e externos, se deu uma crise da autoridade do Estado, inscrita numa crise grave da Nação. Mas essa crise da autoridade seria em princípio evitável: sabem-no todos aqueles que, num momento ou noutro, temerem que a «renovação na continuidade» triunfasse. No fogo da acção, todos os que se opunham ao regime (e eu era desses) temeram mais ou menos isso. Seria bom reflectirmos um bocadinho sobre este temor.

Fernando Piteira Santos – Parece-me que, falando línguas diferentes, vamos-nos aproximando de alguns pontos de consenso. E, um deles, é que não é de aceitar como enunciou o José Miguel Júdice qualquer explicação dos acontecimentos que originaram a queda do regime, a sua substituição por um regime diferente, com critério de causalidade histórica unidimensional. Não houve evidentemente apenas uma causa, sendo de prestar atenção à própria circunstância de que o regime politicamente se tinha esgotado. Efectivamente, o regime tinha perdido as suas virtualidades e a sua própria dinâmica. O que não podemos confundir com incapacidade de réplica política. Uma outra virtualidade que o regime mantinha seria aquela a que o M. Lucena fez alusão, isto é, a uma certa capacidade de adaptação jurídico-política, mas eu insisto, adaptabilidade jurídico-política, que nada tinha a ver com uma capacidade de correcção das suas contradições estruturais. Efectivamente o 25 de Abril ocorre em virtude de um conjunto de causas, não apenas por uma causa.

Teremos de pensar depois quais foram as motivações das pessoas que desempenharam papel activo no acontecimento e teremos de ter em conta o conjunto de condições, a globalidade de condições em que os acontecimentos ocorreram. É evidente que para o 25 de Abril concorreram factores internos e externos. Factores internos: relativos à própria estrutura do capitalismo português. E o M. Pereira evidenciou por exemplo um problema que é importante, que é o problema da emigração e as consequentes dificuldades que o problema da emigração acarretava para o próprio desenvolvimento de um capitalismo, para as necessidades de industrialização. Outro factor que também é um factor interno, e que participa também da condição de ser factor externo à estrutura económica portuguesa, seria o da guerra colonial. Eu explico: a guerra colonial representou um conjunto de aberturas, designadamente de aberturas ao capital estrangeiro. A política da guerra colonial levou a uma certa internacionalização do domínio colonial. O capital português, como aliás o Martins Pereira frisou, tinha sido durante um longo período extraordinariamente fechado à participação do capital estrangeiro. O Estado é obrigado a abrir as fronteiras a investimentos estrangeiros, quer no rectângulo

«O regime apodreceu» (José Miguel Júdice). Cerimónia de cumprimentos do governo ao Presidente do Conselho, Prof. Marcelo Caetano



peninsular, quer nos territórios coloniais, para conduzir a guerra colonial com a intensidade e os encargos que ela comportava.

O movimento sócio-profissional dos oficiais do Q.P. não poderia deixar de ter a evolução doutros movimentos sócio-profissionais. Quando existe um Estado fascista qualquer reivindicação de natureza sócio-profissional acaba por se apresentar como uma reivindicação de natureza política (F.P.S).

Por outro lado, nós não podemos deixar de ter em consideração que o movimento sócio-profissional dos oficiais do Quadro Permanente contra os decretos de Sá Viana Rebelo de Junho de 1973, se não me engano, não deixaria de ter a evolução dos movimentos sócio-profissionais de outras categorias da população portuguesa. Isto é, quando existe um Estado fascista, qualquer reivindicação de natureza sócio-profissional acaba por se apresentar como uma reivindicação de natureza política. Acaba por conduzir a uma conflitualidade de natureza política. Dado que a própria estrutura do regime, a sua orientação repressiva, a sua impermeabilidade ao diálogo e à discussão, leva a que as pessoas se confrontem directamente com o Estado. Foi isso que sucedeu aos Oficiais que acabaram por organizar o movimento do 25 de Abril. Eles, através de uma reivindicação sócio-profissional, entraram em conflito com o Estado. Esse Estado estava em crise de autoridade? Não parece que seja esse o caso. Efectivamente o Estado mantém durante toda a época de Salazar a sua autoridade, que não é uma autoridade de ordem ética, ou só jurídica, que era uma autoridade, por um lado, política, inerente ao próprio sistema do funcionamento do Estado, e, por outro lado, uma autoridade que resultava do carácter repressivo do Estado. Com Marcelo Caetano a própria perspectiva da continuidade evolutiva introduziu efectivamente algumas fissuras. Mas não era possível continuar a guerra colonial com uma perspectiva de evolução do sistema, porque o nosso capitalismo não tinha condições de dar ao problema gravíssimo que era a guerra colonial uma solução neocolonialista. O neocolonialismo em Portugal não passou de uma ilusão de alguns empresários com interesses nas colónias e de alguns políticos, com relevo para um político-militar ou militar-político, gente que nunca pensou, efectivamente, no carácter do colonialismo português, e, sempre, que era possível dar uma solução política, e apenas política, a um problema que implicava as próprias relações internas do sistema capitalista do Estado Português e as relações de Portugal com a Comunidade Internacional.

Foi por não lhe ser possível convencer a extrema-direita que certos projectos de Caetano se não realizaram (A.J.S.).

António José Saraiva – Eu tenho estado a aprender, tenho estado a pensar e a pôr questões a mim próprio. Mas quer-me parecer que a queda do regime anterior foi sobretudo provocada por factores internos, embora, possivelmente, estes tenham sido até certo ponto condicionados por factores externos. Temos o seguinte: Marcelo Caetano, quando tentou a sua abertura, encontrou oposição da direita do regime; e foi em virtude de não lhe ser possível, ou não querer efectivamente convencer essa direita, dominar essa direita, que determinados projectos de Caetano não se realizaram.

Em segundo lugar, o próprio Estado tinha perdido o controlo da situação do País. Assim, por exemplo, a PIDE, que na época de Salazar realizava aquilo que o Governo lhe pedia, a fazer tê por declarações de Caetano e por outras dissertações recusou-se a intervir na questão do movimento dos militares - o que quer dizer que o Estado não funcionava já como tinha funcionado no tempo de Salazar. O Estado, efectivamente, tinha deixado de ter capacidade de resposta aos próprios conflitos internos, às próprias dificuldades que se levantavam no plano político interno. Não falo agora das questões económicas - porque essas me parecem ter relações indirectas; estou procurando apenas as relações directas. Porque só essas condições internas que acabo de referir, o facto de haver uma facção da direita que tem possibilidade de se opôr à política do governo, por um lado, a perda do controlo do governo sob os seus próprios agentes, por outro, é que explica que não tenha sido possível uma evolução por exemplo à espanhola. Uma adaptação a circunstâncias novas - que a seguir à morte de Salazar era perfeitamente concebível, como foi em Espanha a seguir à morte de Franco. E disse.

O que torna a queda do regime inevitável é que a hipótese marcelista e a situação colonial eram incompatíveis entre si. Caso não houvesse a guerra colonial teria havido uma hipótese de evolução do tipo marcelista (E.P.C.).

Eduardo Prado Coelho – Tirando as vantagens e desvantagens de falar por último, parece-me ver um determinado consenso, para além das variações de linguagem, e julgo que os principais factores foram mais ou menos indicados. A partir do que parece ser, por um lado, a leitura dos acontecimentos, e, por outro lado, a própria memória vivida das questões. Quanto ao problema que pôs Manuel de Lucena, é evidente que nós nos situamos numa perspectiva de que o regime teria que ter uma espécie de saída. Todos nós não o conseguimos pensar como eterno, imutável. O que Manuel de Lucena colocou foi a necessidade de nos interrogarmos sobre uma saída de tipo marcelista. Que saída seria essa? Que dinâmica introduziria?

M.L. – Mais vagamente, reformista...

E.P.C. – Sim. Mas de qualquer forma estamos a situar-nos numa espécie de evidência prévia de que o regime teria um qualquer tipo de «saída». Aquilo que me parece ser o ponto fundamental é a incompatibilidade entre essa via reformista e a situação colonial, e, nesse ponto, suponho que o problema posto pelo Piteira Santos em relação à questão da inviabilidade da solução neocolonial, talvez seja oportuno para discussões futuras.

Para mim, parece-me que, de facto, essa solução neocolonial, no caso português, era absolutamente inviável. O que impede a saída marcelista. A solução neocolonial em África e, portanto, a hipótese marcelista lançada em situação de inviabilidade, conduziram a um enfraquecimento do regime, esse inevitável, criando depois uma falta de credibilidade total. A sensação que eu tenho, em registo de memória, é a de um regime onde o discurso não colava e a realidade, em que ninguém acreditava. Não se encontrava ninguém que acreditasse no discurso oficial. E suponho que, internamente, esse discurso estava extremamente corroído. O que nós vemos no 25 de Abril é a total fragilidade desse discurso na própria hora, a impossibilidade de alguém o assumir com um mínimo de convicção. Tentando resumir, estou convencido que, de facto, teria havido uma hipótese de evolução do tipo marcelista caso não houvesse a guerra colonial. Parece que a hipótese neocolonial não é economicamente viável na situação portuguesa e que por isso era a própria via marcelista que, uma vez falhada, criava as condições inevitáveis de um enfraquecimento do Estado, da sua autoridade e duma falta de credibilidade do discurso do regime. E Marcelo quem acaba com o regime ao pretender salvá-lo. Onde: qualquer reivindicação de ordem sócio-profissional, numa situação em que toda a conflitualidade era disfuncional, tornava inevitável a ruptura, o 25 de Abril que viria mais tarde ou mais cedo. Foi o que aconteceu porque nesta altura já tinha que acontecer. É um destino que se vai impondo como destino. Quanto a mim o único ponto que merece reflexão é saber se (e gostaria aqui de ouvir o Manuel de Lucena) a hipótese neocolonial parecia de facto viável dentro da situação portuguesa, ou não. E, nesse caso, se o projecto marcelista falhou, porque falhou? Que condições seriam necessárias para que não falhasse?

M. L. – Gostava de reincidir no motivo pelo qual comecei, indo contra o fatalismo que perpassa nas intervenções anteriores. Não se trata de repisar ou reinventar o que, sob Marcelo Caetano, poderia ter sido. Mas acho o discurso determinista quase irreversível desde o momento em que embarcamos nele. Primeiro, é a queda inevitável do Estado Novo. A seguir vem uma descolonização começada tarde e a más horas e que por isso teria alegadamente de ser como foi. E enfim, porque a velha Nação «de aquém e além mar» foi posta em causa e ainda se não inventou outra, há traumatismo sério. E dir-se-á que de um novo autoritarismo a prazo não se escapa. Já vejo aqui pessoas a protestar. Mas o problema metodológico é delas: a partir de que altura é que as coisas podem ser outras? Até que ponto têm que ser o que são? Não quero abordá-lo em abstracto - mas fá-lo-ei adiante a propósito da passagem do 25 de Abril para a descolonização e, da descolonização para a pós-descolonização. Esta terminologia é de resto incorrecta porque a descolonização continua, mas enfim... Sobre a dificuldade levantada pelo Prado Coelho, claro que a prática de um neocolonialismo parecido com o da França ou da Inglaterra, países tão diferentes do nosso, não era viável. Mas podem imaginar-se outras maneiras de descolonizar sem desandar. Creio que temos um ponto à parte para tratar deste assunto. Por agora limito-me a notar o seguinte: quase tudo aquilo que no tempo do Prof. Marcelo Caetano parecia forte obstáculo às soluções reformistas em matéria colonial acabou por mal se ver. A extrema-direita, e nomeadamente a extrema direita militar, veio a revelar-se um tigre de papel: enquanto não saiu o último soldado de Angola, apenas apareceu em jogadas muito pouco consistentes. E quanto a resistência do nosso débil capitalismo agarrado às colónias, é verdade que a crise económica veio, mas veio sem catástrofe e no decurso e como consequência da descolonização e do processo revolucionário geral, sem que os capitalistas se opusessem ao princípio daquela. Portanto essas dificuldades, «ai do capitalismo português que não aguenta, ai que a extrema-direita não deixa descolonizar», não eram de facto o bico de obra que se pensava que fossem. Por este lado, é ousadia decretar que o regime estava condenado à intransigência colonialista.

Para o fim do consulado salazarista, os grandes grupos económicos, que tinham crescido à sombra do Estado, deixaram de lhe obedecer e passaram a mandar (M.L.).

Regressando agora às causas da sua queda, eu falei em crise da autoridade do Estado e gostava de explicar-me sobre isso: trata-se fundamentalmente da autoridade do regime sobre si próprio, dos seus chefes sobre as instituições e sobre a base de apoio. Ai há, de facto, uma grande crise de autoridade que é algo de novo e que tem a ver com o desenvolvimento do sistema económico português. Durante bastantes

anos, no tempo de Salazar, os nossos capitalistas viveram a sombra do Estado e muito estreitamente controlados pelo poder político. Mas os grandes grupos que cresceram a sua sombra, para o fim do consulado Salazarista, e mais ainda com o Prof. Marcelo Caetano, já tinham crescido o suficiente para aparecerem dando até a impressão (com a CUF à cabeça) de deixarem de obedecer ao Estado e passarem a mandar nele. Dir-se-ia que o Estado andava a reboque dos grupos económicos, em tempos aliás, como já aqui foi dito, de uma grande abertura ao capital estrangeiro, em contraste com o antigo rigor nacionalista.

Até certa altura o militar, mal pago, resmungava mas obedece. Quando isto deixa de ser assim é porque há uma crise de autoridade. Eis o que era novo (M.L.).

Ora esta subserviência caiu mal em muitos oficiais do Exército português. A este nível a crise de autoridade foi grande e reflectiu-se logo na sindicalização dos problemas militares. Na tradição do Estado português os militares não têm sindicalismo nenhum, não reivindicam como outra classe qualquer. Quando começam a reivindicar como outra classe qualquer, ou melhor, quando deixam de sentir que os samurais têm que ser, quase por definição, mal pagos, quando isso deixa de ser uma coisa que vai de si (um militar que é mal pago, que resmungava mas obedece), quando isto deixa de ser assim, estamos de facto em crise. Eis o que era novo. Resmungar era velho - mas pôr os problemas em termos sindicais era inteiramente novo; e só concebível dentro de uma crise do Estado ligada à crise mais geral da Nação. E assim chegamos à última razão pela qual eu comecei por onde comecei. Penso que o estado salazarista e depois o marcelismo foram uma tentativa de resposta inadequada (e de que eu não gostei), mas uma tentativa de resposta, à questão capital: Portugal que Nação é? Nação independente que sentido é que isso hoje tem? Em dado momento a resposta que até aí se dava, «Portugal do Minho a Timor», deixa de servir. Tudo se junta e é por isso que os militares podem pôr uma questão sindical: porque senão nunca a teriam posto.

J. M. P. - Queria partir das intervenções do Manuel de Lucena e lembrar uns quantos pontos.

E certo que quando nós colocamos as questões como as colocamos, poderá parecer que estamos comodamente. *à posteriori*, a concluir que foi assim porque não podia ter sido de outra maneira. Ora eu acho que vale a pena voltarmos um pouco atrás e resituarmos-nos nos primeiros anos de 70. De facto não penso que seja *hoje* que nós chegamos à conclusão de que a famosa renovação na continuidade falhou (o que é óbvio) e, portanto, como falhou não podia deixar de haver o 25 de Abril ou outra data qualquer. Não é assim.

Nós hoje já nos esquecemos dos conflitos muito violentos entre um Champallimaud e um Marcelo Caetano (J.M.P.).

Foi *antes* do 25 de Abril que todos nós verificámos que a tal renovação na continuidade tinha falhado. E não fomos nós só que verificámos. Foram os famosos deputados liberais que já não concorreram em 1973, foram os Rogérios Martins e outros que tais, que abandonaram antes do 25 de Abril e se remeteram a uma situação de expectativa, foram, e não é tão pouco importante como isso, alguns grupos económicos que o constataram; nós hoje esquecemo-nos facilmente dos conflitos muito violentos entre um Champallimaud e um M. Caetano, não só em torno do processo, mas também de outras questões muito mais concretas como, p. ex., um célebre decreto retroactivo que impediu o Champallimaud de ter o controlo do Banco Português do Atlântico, a abertura do sector cimenteiro, o caso de Sines, e por aí adiante. De facto, o que se passa durante os anos do Marcelo é uma certa fractura de interesses dentro dos próprios grupos económicos. Há grupos que apostam na guerra colonial até às últimas consequências porque os seus interesses estão profundamente radicados nas colónias, há outros que apostam efectivamente numa certa forma de neocapitalismo, de social-democracia, e são esses que se reconhecem nas propostas do General Spínola. O que nos impediu de pensar nessa altura que o regime estava inevitavelmente condenado a curto prazo foi de facto a nossa ignorância do que se estava a passar no domínio militar.

Quando surgem abertamente conflitos a nível da própria hierarquia militar torna-se patente que o regime tem os seus dias contados (J.M.P.).

Ora quando surgem abertamente os conflitos a nível da própria alta hierarquia militar, nomeadamente em fins de 1973 com a nomeação do Gen. Costa Gomes e General Spínola para Chefe de Estado-Maior e Vice-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas; quando surgem os conflitos na Beira, onde teve de ir o General Costa Gomes a correr apaziguar os ânimos, torna-se patente, para quem não estivesse ao corrente dos problemas de reivindicações militares em torno do decreto de Sá Viana Rebelo, que, na realidade, o regime tem os dias contados. Porque um regime pode teoricamente ter os dias contados, por toda a lógica e por todo o determinismo de relação de forças sociais que a gente entender, mas enquanto (como se julgava ser o caso) as Forças Armadas continuarem a combater, os líderes militares, as hierarquias estiverem devidamente

Não fosse a guerra colonial «talvez houvesse uma hipótese de evolução de tipo marcelista» (Eduardo Prado Coelho)



sintonizadas com o poder, etc., tal regime poderá, com esse suporte, durar anos e mais anos. A partir do momento em que uma fractura e esse nível se verifique torna-se claro - *nessa altura e não agora* - que o regime tem *mesmo* os dias contados, como teve. Portanto não creio que estejamos a cair em qualquer fatalismo retroactivo, e eu passei em claro certos outros indícios que não foram tão pouco importantes como isso e que apontavam no mesmo sentido. Estou a pensar, por exemplo, na fase loucamente especulativa dos anos 1972/1973, uma fase de crise de confiança evidente dos nossos próprios empresários, dos nossos próprios capitalistas (que de resto sempre foram especuladores ou negociantes muito mais do que investidores, e continuam a ser); aquilo que naqueles anos se passou em torno da Bolsa, em torno da grande especulação imobiliária, de todas as especulações possíveis (obras de arte p. ex.) que se fizeram nessa altura, era um sinal de uma enorme desagregação interna das próprias forças económicas e sociais dominantes. Era também um prenúncio de que «aquilo ia acabar mal». Não há dúvida que houve crise de autoridade. Mas não terá sido esta que, a nível militar, possibilitou que os oficiais fizessem reivindicações - em lugar de terem sido as reivindicações dos oficiais que conduziram à crise da autoridade? Enfim, é pelo menos discutível, não?

M. L. - A certa altura eu também disse que o regime ia provavelmente cair. Em meados de 1971, ao redigir os primeiros capítulos do «Marcelismo», comecei por achar que a «renovação na continuidade» era uma cartada forte; mas no último capítulo, escrito já no fim desse ano, depois de todos os recuos verificados, já previ que o «Estado Novo» ia provavelmente cair. Quanto mais perto nos situamos do 25 de Abril, mais inevitável se nos tornará a queda; e ainda mais depois do 16 de Março.

Existe a ideia de que certos regimes estão à partida condenados. A evolução espanhola mostra que as coisas são muito mais complicadas (M.L.).

Isso não colhe: a partir de certa altura a inevitabilidade entra sempre em cena, embora o inevitável se possa produzir assim ou assado. Mas o plano em que me coloquei foi outro, contestando a existência de uma fatalidade originária, que obrigasse o Salazarismo a evoluir para o Marcelismo e o Marcelismo a envolver-se nas suas contradições até ao ponto da brusca ruptura, com todas as outras saídas a ficarem «ab initio» cortadas. O impasse foi acontecendo tenos de ver como, e, ao ir acontecendo, foi-se tornando inevitável; mas não o era «à priori». As primeiras notícias que a Paris me chegaram do 25 de Abril, nas primeiras horas, ainda davam Marcelo e Spínola contra Tomas; eis o que já não era possível nessa altura; mas tinha sido uma hipótese contida no sistema e é simplismo dizer, só porque não passou, que nunca podia te-lo feito. A evolução espanhola mostra que as coisas são muito mais complicadas e que estes regimes não estão condenados ao derrube. É triste para os amigos deles.

J. M. J. - Eu queria referir duas ou três coisas. O primeiro ponto que me parece importante é que este debate está a provar o abandono de uma visão hagiográfica do 25 de Abril; é curioso estarmos a conversar há bastante tempo já e ainda não se ter falado, uma única vez sequer, em que o regime teria caído devido à resistência e luta de anti-fascistas, às prisões de anti-fascistas, ao combate do Partido Comunista, etc. Não estou a negar que não seja esse um factor, na história contemporânea portuguesa, mas parece-me que o regime não foi por aí que caiu e tinha até uma facilidade muito grande em controlar tudo isso.

O segundo aspecto que gostaria de frisar é ter-se passado da discussão das causas do 25 de Abril para a discussão do marcelismo. No fundo, o marcelismo seria uma hipótese reformista admissível, ou teria sido realmente no marcelismo que esteve a origem do 25 de Abril, devido a ter falhado como hipótese. Ora bem, em relação ao marcelismo, eu creio que tem havido uma dificuldade muito grande de análise. Manuel de Lucena é talvez das poucas pessoas que tem analisado bem o assunto, com certa profundidade, e se lhe juntarmos Jaime Nogueira Pinto ninguém mais estudou esse período. E uma pena que assim seja, porque realmente é um modelo importante da história política, de uma forma de descompressão de um regime fechado ou autoritário. Não usaria o termo de «regime fascista» porque me parece errado tecnicamente e restritivo, dado que o modelo é utilizável para qualquer regime fechado ou autocrático. Ora bem, o marcelismo tinha falhado e não por fatalismo. A minha perspectiva não é fatalista porque se é verdade que qualquer regime tende a desagregar-se, isso não quer dizer que não possa originar gradual e vitalmente um novo regime. Mas é evidente que os regimes são mortais, como as civilizações muito antes deles o são.

O marcelismo tinha que falhar porque a descompressão num regime autoritário tem que ser feita com um Poder forte. Só que o marcelismo não podia ser forte dado que Marcelo não era uma personalidade forte (J.M.J.).

Seja como for, o marcelismo tinha de falhar porque a descompressão num regime fechado, num regime autoritário, tem de ser feita com um poder forte, consciente da sua finalidade, capaz de definir uma autoridade sobre o seu pessoal político e sobre a sua base de apoio. É muito menos importante para a descompressão de um regime o controlo dos adversários do que o

controlo dos próprios apoios. E isso porque não é fácil dizer um dia uma coisa, amanhã dizer outra, no dia seguinte outra diferente. É uma descompressão num regime totalitário, num regime autoritário, num regime fechado, obriga a uma mudança constante e sucessiva com variações quase infinitesimais mais ou menos programadas, mas sempre com mudança do discurso, dos valores, das perspectivas e dos objectivos.

Para além disso o sistema político é, no fundo, um sub-sistema do sistema social, da sociedade portuguesa. E é evidente que o sistema político anterior ao 25 de Abril era talvez o sub-sistema que estava mais à frente na decomposição, aquele que mais facilmente revelava a crise da sociedade portuguesa, mas era esta que estava em crise e não apenas o sistema político. O Salazarismo tinha surgido por resposta a problemas específicos da sociedade portuguesa. E enquanto isso não for bem percebido, ninguém pode quebrar o tal fatalismo, do balancear entre situações de carácter mais ou menos anarquistas e situações de carácter mais ou menos autocráticas, porque procura atacar as consequências e não as causas dos problemas. A sociedade portuguesa estava doente, não se recompôs com o regime salazarista, e não se recompôs porque o regime salazarista não tinha a partir de certa altura capacidade para revitalizar a sociedade portuguesa. Seja como for, a sociedade portuguesa não tinha capacidade de se autoreformar. Isto é que me parece importante. Ora, quando uma sociedade não tem a capacidade de autoreformar, a única possibilidade de fazer reformas é de um modo iluminista. Isto é, um conjunto de pessoas que detêm o controlo do poder e, estando conscientes de que efectivamente há que modificar o sistema para o revitalizar, para o melhorar, ou alterar, vão aproveitando os instrumentos que o poder autocrático lhes dá como que para corromper o sistema de uma forma organizada e assim o poder substituir por outro.

Ora isso só era possível se de facto o regime marcelista fosse um regime forte. Mas o marcelismo não podia ser forte dado que Marcelo não era uma personalidade forte. E isto é também essencial. Provavelmente haveria outros deflins previsíveis que teriam sido mais capazes do que Marcelo Caetano para triunfar onde falhou ele.

O regime assentava em quatro pilares: nas classes médias, na Universidade, na Igreja Católica e no Exército. Esses pilares foram-se desagregando um a um (J.M.J.).

Por outro lado, os pilares em que o regime assentava estavam corroídos. O regime praticamente assentava em 4 pilares: nas classes médias, na universidade - portanto no sistema educativo, no sistema produtor de cultura, por assim dizer -, na Igreja Católica e no Exército. Estes pilares foram-se desagregando um a um.

Talvez o primeiro tenha sido, apesar de tudo, a universidade. O regime cedo deixou de ser capaz de dar uma resposta cultural, como alias acontece com o regime actual. A universidade começou a mandar cá para fora formadas de quadros que eram contra o próprio regime e, portanto, alguma coisa teria de começar a corroer o sistema.

Depois começaram a falhar as classes médias. A partir do momento em que estavam seguras, começaram a aspirar ao que são os valores clássicos da classe média confiante no futuro: a liberdade, a capacidade de iniciativa, a de criação de riqueza, a não existência de limitações à produção, etc. O regime corporativista era um regime tendencialmente apto para uma crise de segurança das classes médias, mas não depois dessa crise ter sido superada.

O terceiro pilar falhado foi a Igreja Católica, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II. Aliás, desde sempre a Igreja Católica tem revelado uma grande capacidade de previsão, por não ser deste mundo, segundo uns, ou por ser deste mundo e ser muito velha, segundo outros. Ora o regime estava a afundar-se e a Igreja Católica, e muito bem, não quis ir para o fundo com ele.

O quarto pilar, as Forças Armadas, foi caindo, também porque o regime deixou de dar um objectivo para a luta das Forças Armadas. Eu não me esqueço duma entrevista em que o General Ramalho Eanes, na altura da sua campanha eleitoral, falava da maneira como foi para África, dos livros que levava, como tinha lido Ortega y Gasset. O regime realmente não deu resposta, não deu objectivos, isto é, não deu um programa e, portanto, gradualmente as Forças Armadas teriam necessariamente de começar a perfilar-se contra o regime. Ora, quando isto acontece, quando Marcelo surge, todos esses factores corrosivos, embora talvez as pessoas não os vissem, já estavam lá. Por isso é que de facto uma visão feita «a posteriori» aparenta ser fatalista - porque é facilimo nos agora vermos, olharmos para trás e fazermos um quadro clínico, digamos, duma realidade que já passou. Na altura talvez as pessoas não se apercebessem tão facilmente disso. Por isso é que eu digo que o regime não estava vivo, ao contrário do que talvez se pressupusesse numa resposta já não sei de quem. O regime não estava vivo mas, no entanto, dava uma aparência de vitalidade espantosa, como é normal em períodos de decadência: quando um regime está em decadência há realmente um pulular de iniciativas, de especulações, o que parece um factor de vitalidade. Há tudo isso... mas, de facto, o regime não podia reproduzir-se na sociedade em que estava inserido. Portanto não estava vivo, faltava-lhe o sinal último de vitalidade.

É provável que estivesse mais preparado para liberalizar o regime um homem que fosse considerado menos liberal que Marcelo (J.M.J.).

Em suma, e para concluir, é verdade que comecei por dar, um pouco provocatoriamente, uma visão um pouco unidimensionalizada: estou agora talvez a abrir um bocadinho mais o espectro, mas parece-me efectivamente que por estes motivos o Marcelismo tinha de falhar, o que não significa que ele não pudesse ter resultado. Para resultar, porém, teria efectivamente de ser um poder forte e estruturado e, para isso, talvez e paradoxalmente também, é provável que estivesse mais preparado para liberalizar o regime um homem que fosse considerado menos liberal do que Marcelo.

F. P. S. – Creio que estamos de acordo em que o regime deposto em 25 de Abril de 74 era um regime fechado e era um regime esgotado. Se esse regime ainda tinha, ou não, virtualidades no plano da sua própria autoridade, é uma questão sobre a qual nos devemos debruçar. Se analisarmos o que se passou no seio das Forças Armadas, e não há que negar a movimentação que ocorreu nas Forças Armadas um papel determinante, um papel não apenas de detonador, mas um papel determinante, devemos reconhecer que o que se passou foi, justamente, a agudização de uma luta sócio-profissional, de uma reivindicação de determinadas camadas das Forças Armadas, que levou a um choque com o regime, digamos, a um choque com a autoridade do regime, em relação à autoridade do regime, relativamente a um pilar desse mesmo regime – as Forças Armadas. Portanto é legítimo concluir que alguma autoridade ainda o regime tinha. Não é no plano da autoridade que a crise do regime se processa, mas no plano da sua própria estrutura como poder-de-Estado – o que, para mim, é muito diferente de crise de autoridade –, e no plano do empenhamento numa guerra colonial que realmente não tinha saída mesmo na óptica do capitalismo português. Porque nós vemos por um lado planos tendentes a uma solução neocolonialista – e o problema de sabermos se esse neocolonialismo era inviável é outro –, e, por outro lado, vemos actividades relativas a um plano de internacionalização da guerra colonial. Essas diligências de internacionalização não são apenas os apelos repetidos do Governo Português, e designadamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que fosse canalizar para a guerra colonial toda a ajuda possível, toda a cobertura internacional que derivava do facto de Portugal pertencer ao Tratado da Aliança do Atlântico Norte. Não, essa diligência para a internacionalização deve ser vista em relação com a política de abertura do espaço colonial aos investimentos do capital estrangeiro. Salazar, como aliás João Martins Pereira notou, foi extraordinariamente cioso do espaço português e fez todo o possível para evitar que o capital estrangeiro entrasse em Portugal como uma força competitiva. Isso não seria sempre assim. Historicamente modificou-se a atitude, mas em relação às colónias é já depois da guerra colonial que essa modificação adquire uma determinada abertura, e, como noutros aspectos da política do regime salazarista, a política do Estado foi precedida pela iniciativa dos capitalistas. Eu lembro o folheto publicado por Manuel Vinhas, logo nos inícios da crise do domínio colonial em Angola, no qual ele defendia, exactamente, a penetração do capital estrangeiro nos espaços coloniais sob dominação portuguesa no sentido de interessar o capital internacional na defesa das estruturas económicas dum determinado colonialismo, no qual evidentemente do ponto de vista político essas potências capitalistas estavam indirectamente interessadas.

O Estado foi ultrapassado na sua previsão política. O capitalismo português a partir de dado momento projectava a sua acção a um nível e com intenções inteiramente diferentes das do ministro a quem Salazar dava apoio (F.P.S.).

Por outro lado, também em relação à política económica do Governo e contrariando a política económica do Ministro Correia de Oliveira, o capitalismo português mais dinâmico cria situações de facto. Se nós meditarmos no significado da constituição de uma empresa como a Lisnave, com participação de capital português, de capital de um país associado da EFTA e de capital de associados de um país do Mercado Comum, vemos como o capitalismo português projecta a sua acção a um nível e com intenções inteiramente diferentes do Ministro a quem Salazar confiava, e dava apoio, para uma determinada política económica. Isto é, o Estado é ultrapassado sob vários aspectos. É ultrapassado na sua previsão política: não na sua autoridade, de facto, em relação à capacidade para conter perturbações ao nível da ordem pública. E o movimento sócio-profissional dos Capitães que cria uma situação nova, porque cria uma situação de desequilíbrio nessa máquina repressiva, dado que, como é bem sabido, o fascismo português (e eu digo fascismo português mesmo com o risco de cometer uma falta técnica) nunca teve base de apoio e não teve um Partido, não teve um Movimento (aliás o Manuel de Lucena na obra que publicou sobre o Salazarismo, fala num fascismo sem movimento fascista), e usou como forças de imposição totalitária, por um lado, o Exército – que a partir da fase de contestação putchista passa a ser uma força de apoio – e por outro uma força de repressão ofensiva que é a polícia política. Eu não conhecia o facto citado pelo António José Saraiva da polícia política se recusar intervir na questão dos movimentos militares, não sei a partir de que data, mas não deixou de prestar ao regime, e a Salazar directamente, uma informação que realmente lhe permitia ter um papel muito activo no sentido de dissuadir e desorganizar as actividades da Oposição mesmo no seio militar. Ainda nos anos 70, por exemplo, Salazar é informado diariamente de tudo o que se passa, por intermédio da polícia política, ao nível de conspirações militares, contactos oficiais, etc., e até alguns oficiais se dirigem directamente a Salazar para o informar, para o pôr ao facto de iniciativas para que são solicitados.

A publicação do livro do Gen. Spínola, os discursos que ele fazia, seriam impossíveis no tempo de Salazar. Não sei em que medida Marcelo Caetano terá contribuído para agravar a crise de autoridade do Estado (A.J.S.).

A. J. S. – Eu também de maneira geral não me inclino para a necessidade histórica. Claro que alguma necessidade deve haver, simplesmente nós confundimos necessidade histórica com esquemas que temos na nossa cabeça e que muitas vezes não acertam com a realidade. Agora parece-me que essa crise de autoridade existiu. Basta nós falarmos precisamente nesse caso da PIDE. Nós sabemos que Salazar controlava directamente a PIDE – mas sabemos também que Marcelo Caetano não o fazia. Recusou-se, se é verdade o que se diz, a continuar as relações com a PIDE que Salazar tinha, e transferiu o controlo da PIDE para o Ministro do Interior. Isto evidentemente fazia parte dum política. Mas teve como consequência que um factor importante do regime Salazarista, que era a unificação de todas as forças do Estado e de todas as forças políticas existentes dentro do regime, tenha deixado de existir. A publicação do livro do General Spínola, a própria personalidade do Gen. Spínola e as proclamações que ele fazia, os seus discursos, seriam absolutamente inconcebíveis dentro do regime de Salazar. Isso é já uma fractura, sem dúvida causada pelas circunstâncias, mas em que se revela uma queda, um afrouxamento do poder político. Ainda com respeito à acção do Exército, Salazar conseguiu estabelecer a autoridade do Governo sobre o Exército que era muito fragil anteriormente à sua passagem pelo Ministério da Guerra. Se no 25 de Abril houve realmente uma queda da disciplina do Exército, também ela já tinha havido e tinha sido dominada, nós todos sabemos isto. Simplesmente (e aí são os factores externos) havia realmente as condições da guerra colonial que dificultavam a autoridade sobre o Exército, não sei porém em que medida a personalidade de Caetano terá agravado essa autoridade. Parece-me portanto que há uma questão de poder, isso para mim é evidente, e que a questão do poder é fundamental para efectuar a passagem para o novo regime. O facto de, por exemplo, Marcelo Caetano não se ter conseguido impor a directiva do regime, dificulta sem dúvida nenhuma essa passagem, e não sei se uma autoridade mais forte não o teria conseguido. Eu tenho tendência para atribuir o factor determinante às circunstâncias internas e ao problema da crise de Estado, e até aos factores pessoais – como seja a diferença de personalidade entre Salazar e Marcelo Caetano.



Marcelo Caetano: não sendo «uma personalidade forte» não seria o homem indicado para «retornar o regime» (José Miguel Júdice)

J. M. P. – A questão do poder é obviamente importante, mas também não vamos imaginar que o poder, digamos, se condicione exclusivamente a si próprio, e a esse respeito vou pegar em dois pontos a que se referiu o José Miguel Júdice. Um dos sustentáculos do regime foram as chamadas classes médias, já se sabe. Simplesmente, por um lado, haveria que ver a composição das ditas classes médias, e convirá não ignorar a diferença entre o que eram as classes médias em Portugal em 1955 ou 60, e o que eram as classes médias em 1973; por outro, também é fácil dizer muito sumariamente que a grande aspiração das classes médias é a liberdade – ora muita gente pensa, e não sem alguma razão, que a principal aspiração das classes médias, tomadas estas sempre num sentido vago e impreciso, é muito mais a segurança do que a liberdade. Eu não creio que em Portugal seja exacta nem uma coisa nem outra, pois julgo que uma parte das classes médias alimentou o regime até ao fim, justamente a sua componente que privilegiava acima de tudo a segurança, o protecçãoismo, o apoio do Estado, etc.. Mas outra parte das classes médias apoiou os movimentos

oposicionistas, e essa, também relativamente importante, seria a que (talvez até míticamente, e com motivações muito diversas) aspirava à liberdade. Só a análise da composição das «classes médias» nos permitiria clarificar melhor a caracterização social dessas duas «partes». Isto é quanto às classes médias. Quanto à personalidade de Marcelo Caetano, eu não penso que seja desprezível a personalidade de certos políticos, em certos momentos, é evidente; mas pergunto-me: Será que Marcelo Caetano era um homem bastante mais liberal do que um Adolfo Suarez? Ou do que um Rei Juan Carlos? Eu tenho as minhas dúvidas – e creio que o problema não pode ser reduzido estritamente à questão da personalidade, embora isso possa ter a sua importância.

Nos últimos dez ou quinze anos do Governo de Franco a sociedade espanhola era muitíssimo mais aberta que a portuguesa (J.M.P.).

Mas certamente é mais importante, por um lado, o facto de Portugal ter colónias e ter na sua classe dominante grandes interesses coloniais; por outro, uma coisa que as pessoas às vezes esquecem é que na última década ou nos últimos quinze anos do Governo de Franco a sociedade espanhola, a todos os níveis e contra o que aparentemente possa sugerir o simples facto da repressão (com condenações à morte, e de um modo geral uma violência repressiva superior à que nós aqui conhecemos), era muitíssimo mais aberta que a portuguesa. Digo a sociedade, não é o Suarez nem o Marcelo Caetano. O facto de a Espanha não ter entrado na NATO, tendo sido integrada no dispositivo ocidental através de um acordo bilateral com os Estados Unidos, introduziu nos últimos 20 anos do regime franquista um dinamismo económico e uma profusão de empresas estrangeiras importantes (e não só americanas), elas próprias interessadas na abertura à Europa, elas próprias interessadas na liberalização do regime, independentemente do Suarez ser mais autoritário ou ser mais liberal. A sociedade espanhola era uma sociedade com um muito maior dinamismo económico e social – e quando digo social não estou a dizer por acaso: em Espanha durante o franquismo toda a gente sabe que as Comissões Obreras já existiam, já eram semi-legais de algum modo, e ainda que os seus líderes fossem presos, que houvesse repressão, faziam-se greves como em Portugal nunca se fizeram mesmo durante o tempo de Marcelo –, uma sociedade, dizia, muito mais predisposta, por razões da sua própria dinâmica, de relações externas e do contexto geo-político, a uma «evolução na continuidade», a uma evolução controlada. Evolução difícil, como disse José Miguel Júdice, evolução medida ao milímetro, em que dia a dia se tem que alterar coisas que se disse na véspera, etc. – e aí a personalidade da pessoa que conduz é importante –, mas em que a acção e o resultado da acção (do poder) estão fortemente condicionados pelo próprio contexto em que a sociedade se move. Ora é em termos de contexto que, ao compararmos os casos português e espanhol, a questão da existência ou da ausência de guerra colonial surge como decisiva, com o que isso implicava, em Portugal, de grupos extremamente importantes para quem efectivamente a perda das colónias era uma coisa impensável, o que não se verificava em Espanha. Isto para moderar um pouco a questão das personalidades, de quem conduz as coisas, etc.

Estando o equilíbrio do regime dependente em última análise da figura de um homem (Salazar) o seu declínio e a sua queda eram tão inevitáveis como o declínio físico e a morte desse homem (J.A.S.).

José António Saraiva – A propósito da inevitabilidade ou não da queda do regime «à partida», eu queria pôr aos presentes uma questão: O Estado Novo é dos regimes que conheço que mais se identifica com a figura dum homem. A vida política do Estado Novo corresponde quase exactamente, a par e passo, à própria vida política de Salazar. É interessante por exemplo verificar no livro de Franco Nogueira sobre Salazar que, nele, a ascensão, o apogeu e o declínio do Estado Novo correspondem praticamente ao período de ascensão, ao período de apogeu e ao período de declínio físico da própria figura de Salazar. Portanto, é um regime cujo equilíbrio aparece em última análise como dependente da figura de um homem – homem esse que como é sabido cortava as cabeças a quem pudesse pôr de algum modo em causa o seu próprio poder pessoal. É curioso também a este respeito a leitura duma entrevista «póstuma» de Salazar, isto é, quando ele já não era Presidente do Conselho, quando diz que Marcelo Caetano deveria perceber que para tomar decisões era preciso «estar no poder». Ora o que significava «estar no Poder»? Significava, naturalmente, a submissão – a submissão absoluta à autoridade pessoal de Salazar. No tempo de Salazar, portanto, ele aparece como homem único. Mais, homem único que não parece em nenhum momento preocupado em preparar a sua sucessão.

No tempo de Marcelo, como aliás aqui já foi dito, o quadro é bastante mais complicado. Já não existe o homem único. Começam a aparecer outros homens, outras forças. Aparece o Champalimaud; aparece o Spinola; aparecem os «K's» nas paredes, que se diz corresponderem ao «K» de Kaulza de Arriaga; aparecem os deputados liberais. O Poder que parecia personalizado na figura «mítica» de Salazar pulveriza-se. Eu escrevi uma vez que o Marcelo Caetano limitou-se a retirar um cadáver do frigorífico – e com isso apressou-lhe a decomposição. Nesta perspectiva, e considerando, como eu considero, que o equilíbrio do regime estava em última análise dependente da figura dum homem, a sua desagregação e depois a sua queda eram inevitáveis. Tão inevitáveis como o declínio físico e a morte desse homem.

E.P.C. – Tanto na intervenção de José Miguel Júdice como na de Manuel de Lucena se pôs um tipo de questão que até nos poderá servir de ponte para a segunda alínea da nossa conversa, que é a existência de uma questão profunda sobre Portugal e a sua vocação. Portugal enquanto preocupação, enquanto problema. Portanto estamos naquilo a que se pode chamar a questão cultural e sobre aquilo a que eu poderia chamar a necessidade de uma prática simbólica da política, que nas versões tradicionais mais paradigmáticas do fascismo é extremamente evidente, política, cultural e simbólica. A questão posta pelo José António Saraiva vem também cruzar-se com isto na medida em que suponho que dizia que certos aspectos dessa resposta Salazarista à questão portuguesa cultural, e certos aspectos duma prática simbólica da política, eram resolvidos no caso português através duma condensação do projecto na figura de um homem. O que, portanto, na medida em que não havia outras alternativas, tornava inevitável um declínio, declínio físico do projecto à medida do declínio físico do homem. O próprio projecto envelhecia com o homem. Estava ligado a ele, simbolizado nele. A questão que eu punha ao Manuel de Lucena e ao José Miguel Júdice era pois a de saber qual é essa interrogação sobre Portugal enquanto problema, até que ponto o Salazarismo não lhe respondia (e portanto falhou nesse plano), e até que ponto houve respostas a isso, ou não houve respostas a isso, depois de 25 Abril. Quer dizer, até que ponto a questão permanece e até que ponto há uma tentativa de resposta a isso, falhada ou não depois do e Abril.

A crise (real) da organização corporativista do Estado não deve ver-se como crise do corporativismo (M.L.).

M.L. – Vou chegar agora a uma coisa pela qual devia talvez ter começado. Quando se fala em crise de Estado, a crise do Estado Novo que levou ao 25 de Abril, há três coisas a distinguir:

1) Primeiro a crise da autoridade do Estado sobre a qual já falei.
2) Depois, a crise da organização peculiar daquele Estado, o «estado Novo», que era a Organização Corporativa. A propósito: cabe falar em fascismo acerca do deposedo regime, na medida em que ao nível decisivo da estrutura do Estado não há outro país tão semelhante à Itália fascista como o nosso, muito embora não tenhamos tido aqui uma ideologia propriamente fascista, totalitária e pagã, nem um movimento de massas e rua, comparável ao do fascismo italiano ascendente. Mas os Estados são parecidos. E a organização corporativa é exactamente um dos pontos de aproximação entre eles. Mas adiante. Nos últimos anos a crise da organização corporativa não deve ver-se como crise do Corporativismo «tout court». Marcelo Caetano, ao remodelar a organização corporativa, queria passar de um corporativismo fascista imposto pelo Estado e estreitamente controlado por ele a um neo-corporativismo consensual, «europeu...» Em linha, note-se, com tendências evolutivas da própria sociedade. As quais ressurgem agora, depois de passados os primeiros anos da Revolução. Quando falo numa certa continuidade, ao nível político, entre a Constituição de 33 e a de 76, dou escândalo; e mesmo pessoas que reconhecem a existência de certas semelhanças, remetem-nas para o nível formal, semelhanças na superestrutura, quase como quem diz, semelhanças iusórias. Mas aonde eu acho continuidades mais fortes ainda é na mais recente evolução dos Organismos de Coordenação Económica, na da Previdência, na das cooperativas e outras estruturas associativas de patrões e trabalhadores... o que liquidava as objeções de formalismo. De qualquer modo, e apesar de alguns evidentes recuos marcelistas registados a partir de 1970 (quanto à lei sindical, quanto à contratação colectiva...) que enfraqueceram a remodelação corporativa, a Previdência continuava a melhorar e não foi por este lado que o regime caiu. Havia um problema da velha organização Corporativa na sua inadaptação aos novos tempos, mas a perspectiva de se evoluir para uma colaboração de classes à europeia mantinha-se aberta.

3) Finalmente havia uma terceira crise do Estado, a crise dos seus fins. Eu acho, e por isso insisti tanto na questão da vontade em política, que o Salazarismo tentou – a meu ver mal, porque estaticamente, mas com notável energia – salvar o Estado-Nação. Aqui o problema não é o da simples conservação de uma identidade cultural portuguesa, ligada a uma língua que até se fala noutros países. Uma tal identidade não se perde a correr. Não é esse o risco. O risco actualmente é o da progressiva perda de autonomia política. A crise do Estado-Nação não é só nossa, mas põe-se em Portugal de uma maneira peculiar, porque Portugal se definia politicamente pela dimensão e pela missão extra-europeias. Salazar tentou conservar o Estado-Nação com a estrutura que ele tinha adquirido ao longo de séculos e que era uma estrutura imperial. Foi uma tentativa, por um lado, de defesa contra os movimentos emancipacionistas, e por outro, no plano interno, correspondente à consciência muito aguda de que o capitalismo destrói as civilizações, os valores tradicionais, e tende a reduzir as várias culturas a um modelo uniformizador de que a chamada sociedade de consumo será a expressão actual. Ora a defesa Salazarista foi pouco dinâmica, não se fundando em níveis de desenvolvimento interno, económico e social, comparáveis por exemplo aos da Espanha franquista; e por outro lado não imaginou qualquer solução alternativa à pura e simples continuação do domínio político português nas colónias.

O nacionalismo salazarista durou à custa de quatro espécies de pessoas: os negros, os operários, os intelectuais e por fim os militares (M.L.).

Deste modo, o nacionalismo salazarista durou à custa de três espécies de pessoas a que se juntou na ponta final uma quarta, que o abateu. Andou



Salazar: símbolo e personificação de um regime «que não preparou a sua sucessão» (José António Saraiva)

a dorso de negros nas colónias naturalmente; e a dorso de operários aqui, através da proibição do direito de greve e do controlo dos sindicatos, enquanto reprimia severamente os intelectuais. Se alguma coisa foi constantemente temida por Salazar foi um determinado tipo de abertura cultural em Portugal. Se algures o regime salazarista se revelou propriamente reaccionário (e não só conservador) foi, por vezes, no domínio cultural. Depois com a guerra colonial há uma quarta categoria vitimada: a dos militares de carreira ameaçados de que ela durasse indefinidamente. Não que se morresse muito nas colónias, mas ia-se para lá uma vez, duas, três, quatro, cinco vezes, e não se lhe via o fim com tudo o que isso implicava, sobretudo no plano de uma instabilidade pessoal e no plano familiar, que se tornou insustentável. O detonador foi este, no quadro da crise geral do Estado que tentei definir e dada a ausência de uma solução política do problema colonial, quando já não era possível uma grande mobilização heroica ou ideal. Não era possível – na medida em que o Estado Português nacionalista para continuar a guerra tinha de abrir cada vez mais ao capital estrangeiro, e na medida em que os grupos económicos portugueses obedientes a Salazar começavam a mandar no Estado mesmo se ainda «cum grano salis». Ai, os militares mexem-se e fazem o 25 de Abril para dar uma saída ao problema colonial. E deram-na num clima cultural internacionalista, em que as categorias fundamentais da população, por um lado os trabalhadores e por outro os intelectuais, estavam muito pouco mobilizáveis em defesa da Nação: durante 40 anos tinham sido prejudicados em nome dela; durante 40 anos o nacionalismo salazarista impediu todos os conflitos reprimindo a questão social. E a questão social, depois, em 1974/75, «vingou-se» reelaborada por intelectuais. Então o que se passou foi que a resolução do problema colonial e a dos problemas internos foram muito naturalmente abordados à revelia da velha Nação ou mesmo contra

ela, em todo o caso à sua custa. Os intelectuais e os trabalhadores portugueses não estavam no seu geral, nem podiam estar, muito inclinados para a Nação; nem os empresários, de resto...

E portanto o que aconteceu a seguir ao 25 de Abril tem muito a ver com o falhanço do Salazarismo, há uma enorme responsabilidade salazarista no desastre nacional da descolonização (e noutros). Responsabilização que não exclui outras mas desaconselha apuramentos em processo penal que seriam infundáveis.

J.M.J. – Ora bem, eu queria frisar alguns pontos que me parecem importantes; em primeiro lugar, se é um facto que no plano que se poderá dizer institucional, ou da estrutura formal da organização da sociedade, há uma similitude acentuada entre o regime Salazarista e o regime fascista italiano, julgo no entanto que há aspectos que são muito importantes em matéria de diferenciação e que podem explicar muita coisa. Um deles é o que resulta de poder afirmar-se que o Salazarismo foi um tecnocratismo «avant la lettre». Fruto das circunstâncias, da sua origem social, e de muitos outros aspectos que não importa para aqui talvez estar a desenvolver. Salazar procurou criar um sistema em que a política, a cultura, o heroísmo, os próprios valores praticamente não existissem em acto, ao contrário de outros regimes que nisso apostaram decididamente, pelo menos em termos de linguagem, de discurso. E isso é muito importante e estão aqui pessoas mais preparadas do que eu para o explicar.

Salazar foi um católico conservador que utilizou soluções na moda como forma de conseguir um arrefecimento do país (J.M.J.).

No fundo Salazar era um conservador - um católico conservador, parece-me a mim -, que utilizou certo tipo de soluções, no fundo soluções que estavam na moda nessa altura, como forma de perpetuar ou de conseguir, digamos, um arrefecimento do País. Salazar nunca foi, julgo eu, corporativista; senti o corporativismo apenas como uma forma de evitar conflitos. Nunca teve um projecto de superação nacionalitário, um projecto de superação do rectângulo, apenas assumiu a África como um factor importante para a sobrevivência material do País.

Nunca teve, portanto, a capacidade de desenvolver duas ideias, que eram positivas ou negativas, mas que eram de alguma forma novas. Realmente pode afirmar-se que a estrutura corporativa era, nos anos 30, a forma mais avançada da organização social, o que me parece hoje em dia ser pacífico, embora talvez ainda não haja o distanciamento histórico para o referir. E também a ideia, o mito, de «Portugal do Minho a Timor», era uma ideia com a mesma característica revolucionária. Ora bem, o regime salazarista e Salazar em concreto eram as realidades menos preparadas para historicizarem estes dois projectos. Por isso é que a continuidade que o Manuel de Lucena descobre entre a Constituição de 33 e de 76 podia ser comparada também com a Constituição Gaullista de 62; como podíamos comparar, no fundo, o projecto de referendo de De Gaulle em que ele perdeu, com a Constituição de 33; ou podemos encarar a organização das sociedades neo-capitalistas como uma forma de evolução de certo tipo de permissas corporativistas; ou, mais longe ainda, eu não me esqueço de ter lido uma vez um artigo de Garaudy em que ele dava um conjunto de soluções para a organização social e depois de discretar durante bastante tempo dizer esta coisa que eu julgo deliciosa em termos psicológicos: «Atenção, isto que eu estou a defender não tem nada a ver com o fascismo de esquerda, parece igual, mas não tem nada a ver».

O regime salazarista envelheceu. Mas também o regime actual não está a ser capaz de responder à questão crucial que é a resultante do processo de descolonização (J.M.J.).

O regime salazarista envelheceu como o próprio regime post-25 de Abril já está suficientemente envelhecido para se falar dele. De facto, quando um regime se questiona, quando as pessoas se juntam para falar de um regime, isso não é sintoma de vitalidade. Se realmente o regime estivesse com vitalidade forte, as pessoas estavam a fazer o regime e não a analisá-lo, a discuti-lo. Aliás, a importância patológica que se dá em Portugal aos analistas políticos, com vantagem para eles, e um sinal de doença, é um sinal de pré-decadência.

O regime actual não está a ser capaz de responder à questão crucial, julgo que na opinião de todas as pessoas que aqui estão apesar das divergências que nos separam em muitas coisas, que é efectivamente a resultante do processo de descolonização. Até ao 25 de Abril, quer as pessoas que apostaram de uma forma ou de outra na ideia de um Portugal pluri-continental, quer as que apostaram na ideia de um Portugal Imperial (o que é completamente diferente, pelo menos no plano teórico), quer as que eram radicalmente hostis à guerra que existia na altura, a tudo o que ela significava, quer as hiper-europeístas, fossem quais fossem, tinham pelo menos uma coisa que as unia, tinham um quadro de referência para defenderem ou atacarem ou matarem. Havia um País, que tinha constitucionalmente uma estrutura dum certo tipo, as pessoas eram facilmente a favor ou contra e o problema estava resolvido. Hoje em dia houve o 25 de Abril, houve a descolonização que em certos aspectos, os territoriais, é irreversível, e de facto hoje em dia a questão que se põe é no fundo aquilo de que o Prado Coelho falava quando se referia a Portugal enquanto problema. Como é que Portugal vai encontrar uma identidade, uma razão de ser, um desígnio, um objectivo, um mito, o que se quiser chamar, que permita dar uma coesão, uma coesão mínima sem a qual não se pode falar da essência de uma Nação.

Ainda estamos à espera de saber o que vai ser o 25 de Abril (J.M.J.).

Ora bem, esse problema crucial é fundamental, que é um problema da redescoberta do novo sentido para o País, é um problema para que não vi que houvesse uma única resposta significativa da parte dos políticos portugueses. O mimetismo da Europa atinge todas as classes, todos os Partidos, todas as personalidades políticas. No fundo, hoje em dia, apenas esta raça um pouco exótica que a si própria se chama intelectual parece sentir esse problema. À esquerda, à direita, ao centro, onde quiserem, há um conjunto de pessoas que se interrogam, que estão preocupadas, que têm uma certa capacidade de verem as coisas com uma certa antecedência. Julgo que hoje em dia também, em termos de grupos sociais, este problema se começa a pôr com uma grande acuidade - com a sensação de que, de facto, o problema «que futuro para este país?» é muito mais importante do que uma mera análise tecnocrática de produto nacional bruto, de inflação ou seja do que for, pode revelar.

Parece-me a mim que a grande crise portuguesa é, sobretudo, uma crise psicológica, e que enquanto este problema não estiver resolvido nenhuma outra das crises ou das sub-crisis que Portugal atravessa tem qualquer espécie de solução. Não tem solução a crise política, não tem solução a crise económica, não tem solução a crise social, não tem solução nenhuma das crises existentes em Portugal. Ora bem, e dando o meu contributo para a continuação do debate, eu diria que não há, não foi encontrado ainda um projecto de Portugal, não há portanto o que se pode chamar uma «political culture», como diriam os politólogos americanos, não há uma identidade quanto a objectivos.

Julgo pois que a grande consequência, se é que se pode falar assim, do 25 de Abril, foi ter aberto uma crise de identidade nacional e não ter dado respostas para ela. Paradoxalmente, talvez tivesse sido melhor ter havido um período de poder autoritário que pudesse efectivamente definir um quadro de referência para que depois pudesse haver luta política dentro dele. Não houve, entrámos muito rapidamente num período de anarquia, e hoje em dia de facto eu não vejo, posso estar enganado mas não vejo, que haja consequências do 25 de Abril.

O 25 de Abril para mim foi, ainda é, sem carácter polémico o digo, muito mais definível pelo que destruiu do que por aquilo que criou. Tudo aquilo que criou foi abrir uma sociedade, foi realmente aumentar o pluralismo ou criar condições para um pluralismo que aliás é de tal maneira amplo que é anárquico. Foi ainda criar ou reforçar certos factores evidentes de modificação estrutural mas isso parece-me menos importante. No que define um regime, ou no que define um sistema, ou no que define uma viragem histórica, ainda estamos à espera, julgo eu, que efectivamente se possa saber o que vai ser o 25 de Abril.

J.A.S. - Bom, nós já estamos a passar para o segundo ponto do debate. Não sei se alguém ainda tem alguma coisa a dizer sobre o primeiro...

A sociedade portuguesa sofria e sofre de uma certa anomia. Isso explica em grande parte a desintegração dos poderes, a ausência de uma finalidade moral para a guerra, a maneira como decorreu a descolonização (A.J.S.).

A.J.S. - Eu tenho. A sociedade portuguesa sofria e sofre uma certa anomia. Isso em grande parte explica a desintegração dos poderes, a ausência duma finalidade moral para a guerra, explica sobretudo a maneira como decorreu a descolonização (que decorreu à deriva, sem qualquer plano de conjunto). E essa anomia persiste e explica em grande parte o pós 25 de Abril, explica ao mesmo tempo uma causa a meu ver decisiva para o fim do regime Salazarista e do regime, digamos, Marcelista. A isso se referia o General Spínola quando disse que os soldados estavam combatendo sem qualquer razão moral. Era absolutamente isso que faltava: uma razão moral para combater, uma razão moral, depois, para descolonizar. Uma razão moral que persiste sobre várias formas.

F.P.S. - Realmente estamos a passar, de facto, ao terceiro ponto, mas levantam-se algumas questões que não me parecem ser de mero pormenor ou de simples trânsito de um ponto ao outro. Estamos de acordo em algumas coisas e estamos em desacordo quanto a outras e que são importantes. Sem dúvida nenhuma estamos de acordo em que o sistema salazarista era um sistema fechado - e até aquela nota referida pelo Ara.⁹ José António Saraiva parece-me ser importante, a de que esse regime fechado estava de tal modo ligado à personalidade do seu Chefe, do Ditador, que com o Ditador o regime terminou. E que o Ditador se identificava de tal modo com o seu regime que para ele não previa nenhuma continuidade, que nada fez para lhe dar essa continuidade, que antes pelo contrário destruiu todas as possibilidades de continuidade, tendo eliminado, quer os elementos que se apresentavam como radicalmente fascistas, caso de Rolão Preto, como aqueles elementos que lhe sendo inteiramente fiéis do ponto de vista doutrinário, ou dele próximos, lhe pareciam ser pessoas com a personalidade suficiente para puderem, num determinado momento, com ele rivalizar. Efectivamente, o próprio Marcelo Caetano foi arredado. Era, talvez, um dos herdeiros menos fortes; um Pedro Teotónio Pereira poderia ser herdeiro mais forte. De qualquer maneira Salazar criou à sua volta o vácuo político, concentrando poderes e funções que depois não tiveram quem as herdasse. Por outro lado, a crise do regime, crise de autoridade ou crise do próprio Estado, é, também, uma conclusão que me parece inegável. A essa crise parece-me que é indispensável acrescentar a crise (que podemos ver numa certa perspectiva do seu desenvolvimento) do próprio capitalismo português. Depois temos uma crise que é a crise da dominação colonial - que assume o aspecto da guerra colonial sem finalidade, sem razão moral, mas que assume, também, o aspecto da crise da própria dominação colonial. Porque independentemente da guerra colonial não ter uma causa moral, não ter uma motivação moral que fosse mobilizadora, põe também em causa a própria capacidade do capitalismo português, não só para a manter indefinidamente, como para explorar os seus resultados no caso dela ter uma conclusão militar; e isto porque a penetração do capital estrangeiro tinha-se operado de tal maneira, com tal intensidade, que aquelas colónias, mesmo que a guerra colonial tivesse uma solução militar, já não eram as (nossas) colónias anteriores.

Há hoje uma identificação muito maior do emigrante português com a realidade nacional. Operou-se em Portugal uma transformação que deu ao português a consciência de que o País era dele (F.P.S.).

Por outro lado surge o problema de sabermos se a «velha Nação», como diz o Manuel de Lucena, deixou de ter um projecto de vida colectiva ou um ideal nacional. Eu tenho a impressão que, para além de um ou dois momentos em que o conhecimento histórico nos permite ver a Nação mobilizada em torno de uma causa, o que nós podemos verificar na História de Portugal é que certos acontecimentos não correspondem a um projecto teórico, a um projecto doutrinário, mas obtêm um largo consenso imediato. Efectivamente, até pela prolongada guerra civil, nós sabemos que o País se



«Quando surgem abertamente os conflitos a nível da própria hierarquia militar torna-se patente que o regime tem os dias contados» (João Martins Pereira). A cerimónia de posse do general António de Spínola como vice-CEMGFA

divide em facções. No início do século XIX o antigo regime é substituído pela sociedade liberal e capitalista, através de uma luta armada. Mas o facto é que uma revolução como a revolução de 1820 obtém um consenso imediato. As populações manifestam-se a favor daquele acontecimento militar. Sucedeu o mesmo em 5 de Outubro de 1910; sucedeu o mesmo em 25 de Abril de 1974. Se esses acontecimentos militares se inserem ou não num projecto nacional, isso é um problema a ver, um problema muito mais profundo; mas utilizando uma expressão de uma grande ambiguidade ao nível do eventual histórico, eles parecem corresponder a um estado de consciência nacional. E, neste momento, se passarmos das angústias da classe política, ou da classe intelectual, ou da «raça intelectual», como talvez com ironia o José Miguel Júdice a designa, para o sentimento dos portugueses que vivem fora de Portugal em relação ao seu próprio país, nós vemos que há hoje uma identificação muito maior do emigrante português com a realidade nacional do que há dez ou quinze anos atrás. Isso não é por acaso. E porque realmente se operou em Portugal uma transformação que foi mais destruidora do que construtiva mas que deu ao português a consciência de que o País era dele. Deu essa consciência ao português de dentro, e a prova é a densidade da participação política não só nos actos eleitorais como na vida política normal e, se quiserem, até na agitação política. E deu ao português emigrado a ideia de que o país também lhe pertencia - como se vê de resto pelo volume das remessas de capitais que não é nada insignificante para a economia portuguesa dos nossos dias. Claro que eu estou de acordo com o facto de aqui se ter dito que mais do que um reacçãoário do tipo fascista Salazar era um conservador. Eu digo: um fascista do tipo conservador. Incapaz de uma dinâmica revolucionária em relação ao seu próprio regime, não acreditando nas ideologias a que recorria, como, por exemplo, no corporativismo. Era um conservador que pretendeu conservar em Portugal um domínio de classe e que mesmo em relação à guerra colonial, muito mais do que um cruzado (sobre esse aspecto houve quem o ultrapassasse), se comportou realmente como o conservador do Império. Por duas espécies de incapacidade: essa que adivinha de ser um conservador e por não ser capaz de conceber uma política que fosse uma política reformista, reformadora do seu próprio regime. Marcelo Caetano também não foi capaz de fazer essa reforma, por outra ordem de razões, como nesta conversa também já vimos

PORTUGAL: QUE PAÍS?

ONDE SE DISCUTE A IMPORTÂNCIA, OU NÃO, DA INEXISTÊNCIA DE UM «PROJECTO NACIONAL»

Ninguém passa a vida a discutir numa França ou numa Itália questões como: o que é isto de França? O que é isto de Itália? São questões que não se colocam (J.M.P.).

J.M.P. - A propósito do tema destas duas intervenções, eu vou pôr aqui uma questão prévia relativamente a minha posição sobre estas questões. Acontece que eu não sou um homem de formação literária nem filosófica, e talvez por isso eu veja a política muito mais como resultado de conflitos de interesses (não exclusivamente materiais) do que como resultado de ideias-força. Não é que eu considere insignificantes os problemas de projecto nacional, de ideias míticas motoras da dinâmica social, simplesmente penso que essas questões normalmente surgem sobrevalorizadas em sociedades em crise ou em sociedades ainda num relativo atraso, nomeadamente económico (relativamente ao «campo cultural» em que se situam). É evidente que ninguém passa a vida a discutir numa França ou numa Itália questões como: O que é isto de França? O que é isto de Itália? Para onde é que a gente vai? Que espécie de país é este? São questões que em geral não se colocam. Colocam-se apenas em determinados momentos de crise: foi num período desses que surgiu De Gaulle, esse falava muito da França e em nome dela (da França como ideia nacional). O mais importante que terá feito foi precisamente recriar uma dinâmica conflitual na sociedade. Quando finalmente se vai embora, as cartas estão redistribuídas, os diversos interesses presentes na sociedade encontram-se, melhor ou pior, identificados com um novo leque de partidos e forças políticas, e estes não lutam em termos de diferenciações de ideia nacional. Julgo que esta questão da ideia nacional, digamos, da sua sobrevalorização, reflecte de

algum modo o nosso próprio subdesenvolvimento. Nosso, inclusive, de nós-próprios que aqui estamos. E, para além disso, reflecte também por certo uma situação de crise que vem de trás, que não foi criada pelo 25 de Abril, que é quase historicamente endémica. Ora, a meu ver, justamente a consequência mais importante do 25 de Abril terá sido a de nos colocarmos em situação de conflito uns com os outros. Nós reconhecemo-nos, finalmente (e isto a todos os níveis, ao nível do quotidiano, ao nível dos nossos amigos, dos nossos familiares), nós finalmente reconhecemo-nos uns aos outros no que cada um pensa daquilo que o rodeia, no que cada um pensa dos seus próprios interesses, nas ideias que cada um faz da sociedade em que vive; isto significou uma importante clarificação – que deu origem porventura, a nível individual e social, a grandes dramas e mesmo a grandes rupturas. Ontem havia, de um lado, todos os que éramos oposicionistas, do outro, todos os que não eram. Hoje, de facto, as nossas relações uns com os outros e com a sociedade são muito menos ambíguas. Eu não estou a dizer que eu finalmente, depois do 25 de Abril, reconheci que tinha um amigo de direita e cortei com ele. O que eu passei foi a saber que tenho um amigo que é de direita, por hipótese. Isso não me diminui nada, simplesmente nós reconhecemo-nos um ao outro, na nossa diferença e na nossa perspectiva oposta sobre aquilo que nos rodeia. Penso que a nível do funcionamento da sociedade isto é importante, mais do que saber se há, ou se não há, enfim uma ideia precisa do que finalmente é hoje Portugal sem as colónias.

Houve um processo de descolonização que foi muito parecido com o nosso. Refiro-me à independência do Congo Belga (J.M.P.).

Aliás, gostaria de recordar que houve um processo de descolonização, que anda esquecido, e que foi muito parecido com o nosso. Refiro-me à independência do Congo Belga. Porventura hoje não se fala tanto disso, porque os interesses internacionais que prevaleceram no Congo Belga são diferentes daqueles que prevaleceram nas nossas ex-colónias. Ora não me recordo que para a Bélgica tenha sido um problema dramático o ter de descobrir «o que é a Bélgica sem o Congo», até porque não ficou propriamente *sem ele*; é essa a diferença. Portanto, para mim, esses problemas são sem dúvida interessantes, vale a pena falar deles, mas não julgo que a questão fundamental deste País seja a do reencontro duma qualquer ideia nacional; pelo contrário, creio haver outras bem mais relevantes. Penso mesmo se na actual situação portuguesa não seria perigoso porventura que viesse alguém com uma proposta muito clara do que é, do que deveria ser, Portugal enquanto ideia. Teríamos um novo ser mítico, que não saberíamos onde é que iria parar, que talvez fosse capaz de mobilizar grandes massas atrás dele, as chamadas classes médias ou outras. Pela minha parte só posso recear as consequências do aparecimento de um novo missionário, de um novo homem iluminado que de repente nos fizesse descobrir o que é que finalmente é hoje este País. Não julgo francamente que seja aí que está o nó dos nossos problemas de hoje.

A velha nação morreu com a descolonização; e ainda não surgiu qualquer ideia de missão que substitua a anterior. Apesar disso os portugueses estão mais vivos (M.L.)

M.L. – Eu estou muito em desacordo com o que o Martins Pereira acaba de dizer e um pouco também com alguns passos da última intervenção do Piteira Santos. Começando pela divergência quanto ao que disse o Piteira Santos, uma das coisas que mais me impressionou depois do 25 de Abril quando cheguei a Portugal foi a coexistência aqui de duas coisas: da agonia da Nação com a vitalidade dos portugueses. Refiro-me àquela Nação que houve e que já não há, que com a descolonização se foi, morreu, e ainda não surgiu qualquer ideia de missão (ou de função a desempenhar, para quem seja ateu) que substitua a anterior, projectando Portugal no Mundo. Mas por outro lado, e apesar disso, os portugueses estão mais vivos – e desde logo, para começar, reivindicam; acham a pobreza muito menos natural; aliam-se em partidos, militam em sindicatos, andam mais agressivos uns com os outros. Como diz o José Cutileiro, o 25 de Abril destapou os portugueses; abriu a panela de pressão em que estavam, fechados mal podendo exprimir-se – e eles saíram cá para fora aos pulos. Talvez esta vitalidade social se deva bastante ao crescimento económico do País anterior ao 25 de Abril – económico e não só; o certo é que ela se manifesta agora à vontade e mesmo à solta. Mas falta hoje um preciso enquadramento geopolítico, dando sentido ao que queremos ser.

Reparar-se em que os portugueses estão mais interessados em si próprios e que os próprios emigrantes parecem mais ligados ao rectângulo do que antigamente, não tira. Um dia até poderemos chegar à conclusão de que todos sem excepção nos sentimos felizes da vida. Será apenas sintoma de um País em ordem e em progresso. Óptimo, ninguém diz o contrário. Eu estou a falar de outra coisa, de uma coisa chamada Nação. A portuguesa tinha algumas características especiais. Não digo melhores – porque provavelmente haverá nações com uma história melhor, pelo menos à luz de alguns valores que informaram o 25 de Abril. A Polónia, por exemplo, que manteve uma luta contra os gigantes russo e alemão, que a queriam sucessiva ou simultaneamente comer. Ou a Suíça, que para além de inventar o relógio de cuco tem o federalismo, com alguma democracia directa e um sistema bancário delicioso. No entanto, há um certo número de

nações, um pequeno número – a Inglaterra, a França, a Espanha, Portugal – que a certa altura se identificaram com projectos de envergadura mundial: o comércio inglês, a «culture» francesa ou a nossa missão «evangelizadora e civilizadora». A Bélgica não entra nesta ordem de ideias, porque no fundo nunca teve colónias; o Congo foi do rei Leopoldo e só muito tardiamente belga, por via sucessória. E a Holanda talvez fosse «imperialista» no séc. XVII, quando guerreava connosco por toda a parte, mas ultimamente já só tinha entrepostos aqui e ali, embora particularmente importante o da Indonésia. Como não entram nesta ordem de ideias a Itália nem a Alemanha, tardiamente unificadas e tardiamente entradas na corrida às Áfricas... Entram, sim, a Inglaterra, a França, Portugal – com uma diferença: Portugal é a única das nações «ecuménicas» que descoloniza em acelerado e que de um ano para o outro fica sem qualquer expressão política e militar fora do continente europeu (não falo agora da Espanha porque quanto ao essencial a Espanha já está sem império desde os fins do século passado). Para se ver esta diferença basta pensar no seguinte: a Inglaterra e a França mantêm um sistema de bases militares ligadas ao chamado neocolonialismo e vão refluindo aos poucos, como aos poucos se vão talvez transformando as respectivas mentalidades nacionais. Em Portugal, ao contrário, tudo foi repentino: num rufo, voltam cento e tal mil soldados e não fica fora nenhum. As nossas Forças Armadas perdem expressão fora do rectângulo europeu ficando com muitos quadros a mais e sem saber ao certo para que servem. Ora já se sabe que há grandezas e misérias na carreira das armas; mas o que militares como os portugueses não podem é ficar explicitamente sem ideal. É portanto natural que hoje o procurem, para dar conteúdo concreto às genéricas missões de garantia da defesa e segurança nacionais. E ao mesmo tempo que fogem às culpabilidades (da guerra colonial à esquerda, da descolonização à direita) também precisam de muito dinheiro para se reconverterem e se modernizarem. Donde alguns problemas sérios que deixo para daqui a pouco.

E. P. C. – Continuando mais ou menos na transição para o ponto dois, e tentando falar numa linguagem que é, efectivamente, deslocada em muitos aspectos e sobretudo marcada por uma formação mais fortemente literária (que eu próprio reconheço): vou prosseguir na mesma linha. Eu suponho que, de facto, existe uma certa razão quando se diz que nem todos os países passam o tempo a perguntar qual o seu destino profundo. Que isso terá que ver com uma certa forma de subdesenvolvimento. Digamos que o repisar desta questão tem a ver com uma situação algo patológica que é um sintoma disso. Mas o darmos conta de tais condicionamentos da questão não anula a sua pertinência. Por um lado se, no nosso caso, ou em casos de determinados países como o nosso, essa questão é apresentada ao nível da classe intelectual, isso é um facto que me parece importante. Mesmo que, à esquerda, haja tendência para evitar essa questão sentida sempre como deslizantemente irracional. Uma das coisas que parece importante nas intervenções de Eduardo Lourenço é o facto de a recolocar agudamente em termos de uma racionalidade possível, nunca a escamoteando, nunca a recalçando. E que se passa nos grandes países desenvolvidos? Uns viveram, alguns deles pelo menos, sob o fascismo ou o pavor de uma ideia revolucionária – que era uma imensa narrativa onde a nossa salvação estava prevista e inscrita. Ora essa imensa narrativa entrou em crise. Nós já não acreditamos plenamente nela. Ela já não acredita plenamente em si mesma. Donde resulta ou uma apatia generalizada, a sombra das maiorias silenciosas como diz Baudrillard, ou um sentimento de pânico, de dança sobre um vulcão, de que mais uma vez os artistas se tornam os grandes antecipadores. É o caso de dois filmes que terminam espectacularmente esta década: *O Hitler, um filme da Alemanha* de Syberberg e o *Apocalipse Now* de Coppola. Qualquer deles funciona como catalizador de uma ruína maior, a ruína da nossa razão de ser no espaço desta «liberdade sem rosto humano» de que fala ambigualmente Syberberg.

Depois do 25 de Abril houve um momento em que se configurou uma narrativa de salvação. Mas chegava tarde e a más horas corroída pela pesada herança do «socialismo real» (E.P.C.).

Em relação a Portugal, creio ter havido depois do 25 de Abril um momento em que se configurou uma narrativa de salvação. Mas ela chegava tarde e a más horas corroída pela pesada herança do «socialismo real» e pelos desastres revolucionários mais recentes, o Chile em especial. Também ela falhou porque tinha de falhar, anacrónica que era em todas as frentes.

Estou por outro lado convencido que, actualmente, embora haja uma participação de facto dos portugueses em relação à sociedade em que vivem, essa participação é mais por razões defensivas e negativas, por ricochete de pânico sucessivos, do que propriamente por uma mobilização efectiva em torno de questões políticas. Aqueles que, por qualquer motivo, estão em contacto com sectores da juventude portuguesa, sabem muito bem o que por lá se passa. É a grande descrença, a grande desmotivação, a acomodação e o oportunismo, mas tudo isto resulta de um profundo trauma que vem reavivar os velhos reflexos masoquistas em relação a Portugal: isto não dá para viver, isto não tem horizontes, lá fora é que é bom, lá fora é que a gente se podia safar. O que tem a ver com problemas de desemprego da juventude, tem a ver com questões que se vão pondo de habitação e desemprego, muito concretamente, mas que, de facto, são muito importantes, são mesmo hoje decisivas. Nesta medida, parece-me que a questão de uma ideia-força (todas as ideias políticas são ideias que têm força) tem uma pertinência que a esquerda não pode esquecer e, mesmo que isto tenda a aparecer como uma sublimação de problemas de subdesenvolvimento, nunca sairemos desse subdesenvolvimento sem ser também a golpes de ideias-força; à custa de mitos do próprio desenvolvimento, da livre iniciativa, da planificação ou da autogestão.



A chegada da Junta de Salvação Nacional às instalações da RTP no Lumiar na madrugada de 26 de Abril. Altas patentes das Forças Armadas cortavam com o antigo regime aceitando gerir o país saído do «movimento dos capitães»

O 25 de Abril teve como consequência fundamental instituir em Portugal a liberdade. Agora não há dúvida de que falta um projecto nacional (A.J.S.).

A. J. S. – Eu queria só dizer uma coisa com a qual parece que estamos todos de acordo embora a palavra não tenha sido dita: é que o 25 de Abril tem como consequência fundamental instituir em Portugal a liberdade. E nesse sentido que todas as pessoas estão contentes e que há mais animação. Isso a meu ver é uma consequência extraordinariamente importante, uma consequência que faz perdoar todo o resto. Agora não há dúvida que essa falta de projecto nacional existe. Não falo já aqui, simplesmente, da ideologia, mas de um projecto em que haja consenso de todos os participantes. Foi aqui dito que essa ideia, esse mito, ou seja o que for, é uma prova de subdesenvolvimento. Eu não estou assim muito certo disso. Não há dúvida que a sociedade de mercado é incompatível com todas essas ideias de mobilização nacional, de limite nacional, de projecto nacional, etc. Até porque a sociedade de mercado desfaz, rompe, toda a personalidade nacional. E isso que Salazar sentia confusamente. Isso também explica, por exemplo, aquela coisa a que se referiu o F. P. S. de identificação dos emigrantes com a vida nacional. É que os emigrantes, hoje, têm possibilidades de votar. Isto é: de intervir aqui. E por isso mesmo eles interessam-se mais pela sua terra. Mas voltando ao problema da liberdade deve dizer-se que ela foi conseguida sem que efectivamente o povo desse por ela. Foi dada pelos oficiais das Forças Armadas. E esteve em perigo quando uma parte desses oficiais e forças exteriores a eles tentaram impedir a formação do regime parlamentar. A Assembleia Nacional foi cercada, o M. D. P. enviou vários telegramas às autoridades na altura para impedir as eleições, oficiais das Forças Armadas aconselharam votar em branco quando foi da votação da Constituinte, etc. Houve diversas tentativas para impedir a instalação da liberdade. Mas a verdade é que foi aí, em torno da liberdade, que se manifestou um certo consenso. Consenso que exclui, evidentemente, aqueles que são contra, mas que no fundo constituem uma margem e não o grosso da coluna.

Há países como a Holanda e a Inglaterra que lutaram em nome da liberdade. Foi essa ideia que mobilizou os ingleses na II Guerra Mundial (A.J.S.).

Eu penso que esta mesma ideia de liberdade pode ser o projecto por que neste momento lutamos, pode ser o unificador das vontades – e isso tem-se visto. Há países como a Holanda, como a Inglaterra, que lutaram em nome da liberdade. Foi essa ideia que mobilizou os ingleses na II Guerra Mundial. E ela pode constituir neste momento o nosso projecto nacional. Como entender a liberdade e como conservar a liberdade.

J. M. J. – Eu queria também acrescentar mais duas ou três pequenas coisas. Uma delas é que eu compreendo a posição que o Martins Pereira toma em relação a este problema; não só – como disse – pela sua formação intelectual menos literária, mas também pelo aspecto que está um pouco subjacente ao que disse o Prado Coelho. No fundo há pessoas, a nível da esquerda, que não fogem a analisar esta questão, embora sintam que esta questão é deslizantemente irracional pelo que importa «repô-la» em termos racionais, mas não a recalcar. Há no pensamento de extracção marxista dominante uma perspectiva hiper-racional...

A. J. S. – Racionalismo moderno quer dizer uma coisa que não é propriamente o racionalismo...

J. M. J. – ... pois os seus postulados de partida, no plano gnoseológico, de filosofia de natureza, em termos de organização de sociedade, etc., postulam a ideia de que se caminha para o desenvolvimento, do atraso para a modernidade, na medida em que se consiga ultrapassar uma dimensão irracional ou uma dimensão imaginária nessa mesma realidade.

Disse-se que é perigoso que venha alguém com uma ideia muito clara do que é identidade nacional. Ora se alguma coisa é perigosa é porque é importante (J.M.J.).

Tenho presente uma pequena nota manuscrita de A. J. S. na última «Raiz e Utopia», de comentário a um artigo creio que de Eduardo Lourenço, em que põe uma questão essencial: será que efectivamente o progresso significa o desaparecimento da dimensão irracional que existe nos homens e nas sociedades? Isto parece-me importante para esse nosso problema de identidade nacional, designio nacional, ou seja o que for. Sobre isso, eu diria ainda apenas, pegando também na palavra do J. M. P. quando disse que é perigoso que venha alguém com uma ideia muito clara do que é identidade nacional, o seguinte: se há alguma coisa que é perigosa, essa coisa é importante obviamente; porque se não é importante não pode, por definição, ser perigosa.

Portanto o problema de identidade nacional é importante, julgo que isso é indiscutível, ainda que seja dificilmente assimilável a partir de certos pressupostos metodológicos e culturais. Que isso possa ser considerado

negativo ou positivo, perigoso ou vantajoso, consoante os projectos de sociedade e as perspectivas de fundo que as pessoas tenham, também concebido. Mas o que me parece indiscutível é que o problema não pode ser escamoteado e não deve ser escamoteado.

O 25 de Abril foi um momento de unidade nacional (J.M.J.).

Noto ainda que há bocado o Piteira Santos disse que houve vários momentos de mobilização na História de Portugal. E indiscutível que o 25 de Abril foi um momento de mobilização. Foi um momento de unidade nacional. Escrevi-o há tempos e alguns amigos meus até discordaram disso. Não quer isso dizer que não houvesse pessoas que no dia 25 de Abril estivessem contra o 25 de Abril, pois todo o consenso implica, obviamente, atitudes marginais que podem ser de clarividência muito grande. Se fosse possível pôr em 25 de Abril de novo qualquer pessoa, estou convencido que haveriam muito mais pessoas contra o 25 de Abril do que as que estiveram nessa data. Isso parece-me aliás secundário. O que parece importante é que houve realmente um momento em que havia energia nacional abundante.

Os portugueses, e o M. L. que veio de fora talvez tenha notado isso melhor do que as pessoas que cá estavam, pareciam e parecem estar vivas. Só que a vitalidade excessiva, se não tiver canais por onde se expandir, pode ser patológica, cancerígena. Acontece que a sociedade portuguesa, porque não encontra e não tem encontrado os tais canais por onde enquadrar essa vitalidade, é uma sociedade em que há uma exacerbação do carácter conflitual.

É evidente que quem tenha uma concepção dialéctica da história terá tendência a considerar que quanto mais conflitual, quanto mais radicalmente conflitual for a sociedade, mais depressa ela se encaminhará para o futuro que em teoria desde já julgam conhecer qual é. Estas pessoas conhecerão. Eu, infelizmente, não conheço. Seja como for, quem não tenha essa perspectiva e pense, como eu, que a vida numa sociedade implica conflitualidade mas exige que essa conflitualidade seja assimilada ou possa ser estabilizadora do sistema e não destruidora dele, quem assim pensa conclui que há um limite a partir do qual a conflitualidade é inconveniente para a sociedade.

Portanto, enquanto não houver possibilidades de definir um património comum na sociedade portuguesa, só há disfuncionalidade, não há possibilidade sequer do regime estabilizar, porque não há um mínimo de coesão entre forças que actuam dentro desse regime, desse sistema. Enquanto isso não acontecer, em cada momento há uma necessária alteração radical, uns tomam o poder, acham que devem alterar tudo radicalmente, outros que o tomam a seguir acham que devem alterar radicalmente também e não há sentimento do tal consenso que existe em certas sociedades que não têm de discutir estes problemas porque, por assim dizer, é evidente a unidade que subsiste para além das divergências.

E. P. C. – Só queria fazer uma pequena intervenção sobre o racionalismo moderno. A expressão «racionalismo moderno», na *Vértice* (que aliás reproduz a expressão igual de «La Pensée», revista então muito conhecida), tem duas coisas. É, por um lado, uma expressão eufemística do marxismo; mas, por outro lado, não deixa de ser interessante que em Portugal e em França o marxismo apareça como «racionalismo moderno» porque há outras formas de marxismo onde o diálogo com a irracionalidade é plenamente assumido. Refiro-me ao marxismo de tipo alemão, estilo Adorno, Bloch ou Benjamin, ausente da tradição francesa ou portuguesa, dominadas por figuras como Brunschwig ou Sérgio.

J. M. P. – Eu desencadeei uma pequena batalha, e julgo que ainda bem, mas penso que nalguns aspectos fui mal compreendido. Estou longe de ser um desenvolvimentista exacerbado e estou também longe de ser um paladino de que o «progresso» das sociedades, digamos, se acompanhe ou seja determinado em grande parte por um crescente racionalismo dos comportamentos políticos ou outros. Não é isso. Penso que há obviamente ideias em jogo. Penso que a gestação dessas ideias radica, de facto, em questões fundas que não são só materiais. Quando eu falava no perigo das ideias-força ou das ideias-«missionárias» estava a falar de certas ideias míticas – e aqui pego na palavra do Prof. Saraiva que já por duas vezes referiu uma coisa que é importante e que tem a ver muito directamente com estas questões.

Aqueles sectores políticos que apostam na intensificação de formas capitalistas de «progresso económico» (eminentemente internacionalizantes) são os que em princípio estariam menos vocacionados para fazer política em nome duma «ideia nacional» (J.M.P.).

É precisamente o desenvolvimento do sistema de mercado (mais precisamente do sistema mercantil) que «materializa» as sociedades, que «materializa» os comportamentos e que faz em grande parte com que as sociedades mais desenvolvidas e mais industrializadas se não debrucem com grande fulgor sobre os problemas da ideia-motora, ou da ideia que preside à estruturação e à dinâmica das sociedades respectivas: se assim é, aqueles sectores políticos que apostam na intensificação das relações de mercado, no desenvolvimento de formas capitalistas de «progresso económico» (eminentemente internacionalizantes), são aqueles que em princípio estariam menos vocacionados para fazer política em nome duma

ideia (nacional). Porque, ao promover esse tipo de desenvolvimento, eles estão justamente a promover as condições em que tal ideia se degrada. Por isso mesmo considero que o impulso a uma sociedade sob a bandeira mítica de uma «identidade nacional», dado por grupos políticos que reclamam o desenvolvimento da economia do mercado, é, esse sim, necessariamente falseador e mistificador. Isto não quer dizer que não haja também mitos à esquerda, que não haja ideias míticas à esquerda (a planificação será uma delas), ou que eu pense não ser importante, a partir das condições reais da sociedade, que uma determinada política se possa formular, de uma maneira relativamente simples e coerente, em referência a ideias. Mas, ao fazê-lo, e para não se poder falar de mistificação, o processo de articulação socio-económico subjacente a essa política *não pode ser* um processo estritamente de mercado, tem de ser um processo altamente participado, em que se exprimam com clareza os conflitos de interesses. E, repito – pois não terei sido bem compreendido neste ponto –, não falo necessariamente só em conflitos materiais, de interesses materiais: nós vimos aqui, depois do 25 de Abril, muita gente mobilizada por questões que não eram necessária ou imediatamente materiais. O viver melhor não significa apenas ter mais dinheiro; significa uma quantidade de outras coisas que são também interesses vitais.

Ainda quanto a outro ponto, quero esclarecer que não sou um paladino da bipolarização. Eu não disse isso. Disse, sim, que foi benéfico que o 25 de Abril tenha trazido ao de cima os conflitos que existem na sociedade. Quem é paladino da polarização em Portugal, hoje em dia, é fendencialmente muito mais a direita que a esquerda – e não é por acaso. Vejamos porquê.

Actualmente em Portugal dá-se um caso talvez único na História das sociedades modernas: a classe dominante é uma classe de poder político, que não detém o poder económico (J.M.P.).

A evolução que se processa em Portugal neste momento é num sentido do reforço da economia de mercado, o que logicamente implicaria a existência de uma «classe empresarial» com efectivo poder económico. Mas simultaneamente constata-se que as classes dirigentes, elas próprias, não conseguem formular qualquer «projecto» coerente. E isto por uma razão relativamente simples, portadora a meu ver de certos perigos: aquilo a que chamamos as classes dirigentes portuguesas são apenas uma *classe de poder político*. E talvez um caso único na História das sociedades modernas, talvez mesmo a nossa grande originalidade, esta de uma classe dominante que não detém o poder económico. Isto faz com que o único projecto que essa classe tenha no curto prazo seja a de uma mera identificação política «por antítese» – a bipolarização – e, no médio prazo, seja retomar o poder económico que já teve. E a isso que nós estamos a assistir. E isso traz obviamente sérias ameaças. É aliás curioso que em Portugal se clame pela iniciativa privada, quando desde há muitos anos várias autoridades responsáveis vêm demonstrando que não existe entre nós uma iniciativa privada digna desse nome. Desde Ulisses Cortês até ao Prof. Sousa Franco, sem falar num artigo recente do Expresso em que é um próprio empresário (Domingos Megre) que o diz: a chamada iniciativa privada portuguesa não tem nada a ver com o sistema empresarial conhecido nos países capitalistas. E isto é um dado extremamente importante. Os nossos empresários são aqueles cujo porta-voz, num congresso recente em Lisboa, disse esta coisa espantosa: «nós pretendemos a integração europeia apenas porque é um seguro contra todos os riscos políticos». Isto foi dito textualmente. A classe empresarial portuguesa não interessa, nem se apercebe sequer, dos problemas que às respectivas empresas pode trazer a integração europeia. Ela só sabe que a integração europeia lhe eliminaria o risco do Gonçalvismo – pânico em que continua a viver, em lugar, por exemplo, de investir... A tal dita classe empresarial, aliás, percebe tão pouco do que se está a passar que nem sonha ser um seguro contra todos os riscos políticos muitíssimo maior o facto de uma empresa como a FORD vir a instalar-se em Portugal do que a integração europeia, e seguro esse com um «prémio» muito menor. Portanto, apostar numa classe empresarial portuguesa é efectivamente impossível, donde que só se afigura viável uma solução: retomar o poder económico que existia antes e trazer o capital estrangeiro. Está a ser tentado.

Concluindo, o poder actual é o poder de uma classe «no vazio», que não sabe no interesse de quem é que está a «ser poder» e que, portanto, só vê a sua frente uma hipótese: custe o que custar, retomar tudo aquilo que lhe foi retirado. O que só pode ser feito levando a «bipolarização» até um ponto de ruptura. Daí os perigos de que falei.

PORTUGAL DEPOIS DE ABRIL

F. P. S. – Retive uma afirmação de J. M. J. que é a seguinte: disse que já escreveu um dia que o 25 de Abril tinha sido um movimento de unidade nacional. Efectivamente o 25 de Abril aparece à consciência popular como uma festa de liberdade, como festa de libertação, e houve um período de unidade, de unidade nacional, digamos, em termos não rigorosos. Não quer dizer que toda a gente tenha aderido de uma forma jubilosa ao 25 de Abril; mas, do ponto de vista nacional, há um momento de unidade – momento que vai do 25 de Abril ao 1.º de Maio. Entretanto, uma das consequências do

25 de Abril foi ter tornado muito claro, como o J. M. P. acentuou, que a unidade, que essa *unidade*, era um mito – sob o aspecto político e ideológico e, até, sob o ponto de vista dos interesses concretos das pessoas. Esse mito, com efeito, foi atravessado pela luta política, pela luta ideológica e pela própria luta de classes. Chegamos depois a uma situação de crise, na qual, ao que me parece, avulta a crise do projecto político de esquerda. Isto é, não só não houve uma unidade de forças democráticas, das forças tendentes a desenvolver a conjuntura nova criada pelo 25 de Abril, no sentido que de algum modo fosse compensador, como não houve a capacidade para estabelecer novas estruturas, novos tipos de relação, novas condições de vida e da qualidade de vida, que mobilizassem e interessassem de facto as pessoas nas consequências concretas do 25 de Abril. Também houve referência à situação da juventude. O E. P. C. falou da decepção da juventude, da desorientação da juventude. Com efeito o 25 de Abril não teve uma política em relação a juventude. E parece-me ter sido essa uma das maiores lacunas do que se passou em Portugal. Um dos aspectos mais negativos do que se passou em Portugal depois do 25 de Abril foi justamente a falta de uma política em relação à juventude com formulação concreta – casa, emprego, carreira –, mas, também, do ponto de vista de educação política e de chamar a juventude a uma participação na vida nacional que a não limitasse a entregar o voto na urna, uma ou algumas vezes.

Nós (os intelectuais) esquecemos o que se passa nas comunidades de base, o que se passa nas freguesias, o que se passa nas cooperativas o número de portugueses que são chamados a intervir na Administração (F.P.S.).

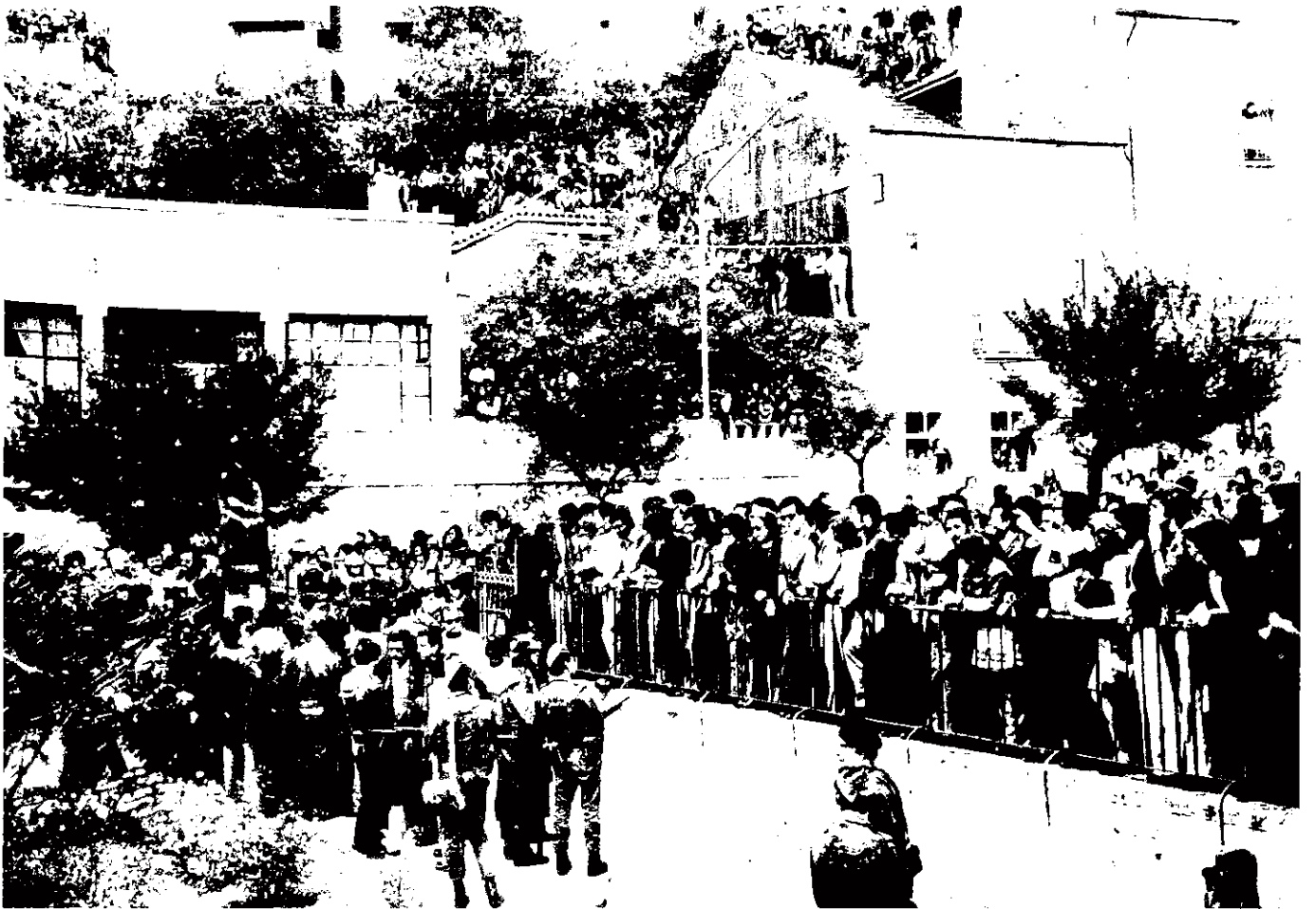
O 25 de Abril criou condições de participação cívica que não foram desprezadas. A situação alterou-se muito em relação ao que era no tempo do Salazarismo ou da fase de evolução caetanista. Um número maior de portugueses foi chamado a ter intervenção, a níveis evidentemente limitados, na vida nacional. Nos tempos, talvez, tendência para reduzir a apreciação do que se passa no País à nossa experiência pessoal e, situados numa determinada posição de preocupações culturais, intelectuais e até políticas, esquecemos o que se passa nas comunidades de base, o que se passa nas freguesias, o que se passa nas cooperativas o número de portugueses que são chamados a intervir na Administração Local e

Municipal. E tudo isto são movimentos que vão modelando a sociedade portuguesa. É um movimento imparável e, em certo sentido, irreversível. Será hoje muito difícil destruir em Portugal a liberdade concreta, a liberdade de as pessoas se manifestarem livremente, de livremente exprimirem o seu pensamento, de se manifestarem contra o poder político, de se manifestarem ao nível sindical, de participarem nas autarquias locais, na administração dos seus interesses como habitantes de uma localidade, de fundarem cooperativas e de dirigirem as cooperativas que formam, enfim, ha todo um aspecto da vida comunitaria que neste País se renovou e o facto de alguns de nós não participarmos nessa renovação da vida comunitaria não nos pode levar a esquecer o aspecto da transformação da sociedade portuguesa que está a dar os seus frutos. E que é imparável.

Quando reconhecemos o mito da unidade, que a unidade nacional era um mito, e que a sociedade não pode evitar os aspectos conflituais, estamos a reconhecer a própria natureza de uma sociedade dividida em classes, na qual o projecto comum é uma mera hipótese de trabalho. Não há condições, numa sociedade em que a estrutura social é uma estrutura dividida, para um projecto comum. Mas já podíamos pensar que uma esquerda, que se manifestou numa actividade política legal depois de longa incubação de actividade clandestina, tivesse essa possibilidade: ter um projecto político comum.

Ora isso também não se verificou. O que se verificou foi a divisão da própria esquerda perante os problemas políticos, os problemas concretos da Administração Pública e as transformações dos últimos meses. A «mudança» dos últimos meses tem, evidentemente, consequências para o próprio curso político posterior ao 25 de Abril. Mudança que não pode deixar de ser caracterizada por aqueles traços que J. M. P. indicou: a existência de uma classe política que tem poder ao nível da gestão governamental, mas que não tem o poder económico, e que pretende resolver esse seu problema renovando as estruturas de economia de mercado ou acaso desenvolvendo-as. Mas, efectivamente, há a história recente de Portugal. E a história recente de Portugal ensina-nos que a nossa classe de gestores empresariais, que os nossos capitalistas ligados às actividades empresariais, e não só o regime de Salazar, se esgotaram. Esta classe capitalista também se esgotou. Esta classe tinha mostrado, na fase final do salazarismo e na fase marcelista, a sua incapacidade histórica para corresponder aos problemas que o País lhe colocava. O problema do nosso presente político e social é o seguinte: não somos capazes de aproveitar o curso político iniciado em 25 de Abril para introduzir na vida nacional a mecânica transformadora da estrutura nacional, no sentido de superar as próprias contradições da economia de mercado. Ora, o regresso, apresenta, também, um sem numero de problemas porque implica









«A liberdade deve ser defendida e pode ser o projecto que nos deve unir a todos» (António José Saraiva)

duas questões: uma é a necessidade de um poder político que imponha esse regresso; outra, é a realização de uma política económica que a livre iniciativa não preencherá. Não existe uma classe de gestores, uma capacidade empresarial susceptível de assumir essa política de iniciativa económica.

Depois do 25 de Abril não tivemos uma mas várias revoluções: a descolonização e as diversas revoluções socialistas – que falharam mas tiveram como consequência o partir da espinha ao capitalismo português (M.L.).

M.L. – Parece que enfim chegamos a um ponto que vai dar luta. Até agora dir-se-ia que cada um de nós cuidou de se manifestar sensível ao que não prefere: à nação, se joga na luta de classes, ao socialismo, se dá primazia à nação. Mas adiante. Entrando na questão do que foi ou não foi a revolução portuguesa direi que, em matéria de revolução, tivemos várias. A saber:

1) Uma, irreversível, foi a descolonização – que alterou e alterou radicalmente o quadro geopolítico, determinando um traumatismo. É uma revolução irreversível no sentido de que a soberania política portuguesa sobre os ex-territórios de além-mar se foi para nunca mais. Mas não é uma revolução completa na medida em que esta por definir um sistema estável de relações entre Portugal e as ex-colónias. Eis algo ainda por decidir – e aqui se joga muita da tal reinvenção da Nação de que falávamos há pouco.

2) Outra, foi o esboço de uma revolução socialista, ou melhor, de várias, porque os projectos socialistas concorrentes eram (e são) profundamente incompatíveis uns com os outros e a certa altura entraram em contradição. Por causa dessa contradição, e também devido à oposição de forças anti-socialistas, o processo revolucionário capotou. Mas deixou alguma coisa, reversível ou não, isso depende – ao partir a espinha dorsal do capitalismo português. O capitalismo português começava a ter em comum com os congéneres mais desenvolvidos o ser dominado por um conjunto de poderosos grupos integrando interesses industriais e bancários e já com posições na agricultura. Ora esses grupos foram expropriados pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária, foram expulsos, e o capitalismo português que esboçava pela primeira vez uma certa autonomia face ao Estado cai largamente nas mãos deste. Aqui surge o desacordo com o Martins Pereira – e eu vou censurá-lo de dois lados: por incompleto e por pouco fiel à sua inspiração marxista. Primeiro, é no momento em que, depois de terem lentamente crescido, começam a aparecer e a ser alguma

coisa (mas a sê-lo em termos económicos, com muito escassa sabedoria política), é nesse momento, dizia, que esses grupos económicos sofrem o 25 de Abril, agarram-se então desesperadamente a um Estado que já não há, não percebendo que têm de abrir em matéria social e colonial, e perdem o pé sobretudo depois do 11 de Março. Assim, falta ao Martins Pereira uma análise do que apenas começava a ser, e portanto era frágil. Ora se nós temos de ter cuidado ao julgar a autogestão para não condenar «in limine» a sua incipiência, julgo que também não devemos tornar-nos simplistas e expeditivos ao tratar das fraquezas do capitalismo português. O 25 de Abril abriu em Portugal um espaço de liberdade – mas o processo revolucionário fez dele um espaço extremamente frágil e como que corroído por dentro, justamente porque os grupos económicos saltaram todos. E estavam ligados, repare-se, a um certo desenvolvimento autónomo, por vezes ilegal ou tolerado, de estruturas sindicais. Eis outros tantos polos de poder da sociedade civil; e uma sociedade que os não tenha é uma sociedade que tende para o autoritarismo de direita ou de esquerda. Portanto, na medida em que não se reconstitua um pluralismo do poder, na medida em que face ao Estado só reste a Igreja como força interior poderosa e o mais sejam interesses extremamente dispersos, a democracia andará mal segura entre nós.

Tudo isto se relaciona com outra coisa. E que o colonialismo português também se tornava efectivo no sentido de uma ocupação e exploração sistemáticas do espaço colonial. De certo se amparava no capitalismo estrangeiro – mas não havia nenhum país ou grupo económico que dominasse qualquer colónia portuguesa. Portugal jogava, como sempre jogou – trata-se de uma constante da sua política externa – nas contradições entre os seus aliados. Portugal dependia – e dependia intensamente, dependia como nunca – do sistema capitalista ocidental no seu todo. Mas não dependia – como no passado dependeu da Inglaterra – de qualquer país ou grupo económico particular. Reparamos, por exemplo, que em Angola o petróleo está em parte nas mãos dos belgas, em parte nas dos americanos, em parte nas dos sul-africanos; o ferro está nas mãos dos alemães, outras coisas nas da França... E em Portugal passa-se o mesmo. As grandes empresas estrangeiras ocorrem mas rivalizam – a começar pelas de automóveis. Ora um pequeno país não pode sonhar com a independência total – tem de pensar numa que seja fruída da multiplicação e diversificação das inevitáveis dependências. Deste ponto de vista, as condições criadas pelo Salazarismo, regime por outros aspectos detestável, neste aspecto não eram mas – alargando o espaço de manobra do governo e dos nossos empresários. Mas a revolução, ao dar cabo da espinha dorsal do capitalismo português, não as melhorou. Abriu pelo contrário uma brecha por onde estão a entrar com o maior à vontade muitas empresas estrangeiras.

As classes trabalhadoras não produziram um único grande líder político. Pelo contrário abundam os dirigentes fornecidos pela categoria dos intelectuais (M.L.).

Por outro lado o Martins Pereira teve uma falha colossal a luz do marxismo que eu creio lhe é caro: não fez qualquer análise dos interesses do pessoal revolucionário. A mim parece-me bastante evidente que a revolução portuguesa se inscreveu num grande descontentamento das classes populares - numa sua aspiração, indefinida ou bem definida consoante o plano em que nos situámos; bem definida quanto à subida de salários, melhoria das condições de trabalho, dignidade humana e por aí fora; mas indefinida, totalmente indefinida, em termos de modelo de sociedade, político-económico. Tal como o capitalismo português, as nossas classes trabalhadoras não tinham ainda crescido o suficiente para produzirem soluções mesmo suas. E por isso as soluções foram-lhes todas trazidas de fora, não nos vem delas um único grande líder político ao longo de todo o processo revolucionário. Eis algo que se mete um bocado pelos olhos dentro e devia merecer reflexão. Muito pelo contrário superabundam os dirigentes fornecidos pela categoria dos intelectuais a que todos pertencemos, cheia de idealismos e de desejos de promoção. E o que a certa altura fomentam é a criação pela via das nacionalizações de um potentíssimo capitalismo de Estado, tendente todo ele para a unicidade, por razões em que a economia de escala dá as mãos a interesses políticos muito precisos: só uma cimenteira, só uma adubeira, uma só rodoviária, etc. E no dia em que só houver uma empresa pública por sector, talvez ouçamos os gestores socialistas ou socializantes prometer que no futuro darão as empresas aos trabalhadores - tal como antigamente ouvíamos o corporativismo português jurar que deixaria de ser de Estado um dia, quando a economia enfim se autogerisse no seio das Corporações. Mas entretanto o que temos é a formação de uma classe de empresários públicos - vindos da esquerda ou da direita estou muito longe de pensar que a generalidade dos gestores públicos, seja qual for a sua origem, esteja na disposição de consentir numa transferência de poder nas empresas. Assim, o que em 1975 se criava era um Estado/Patrão extremamente poderoso, sem nada a ver com a instauração de um socialismo entendido como poder político das classes trabalhadoras. Daí até o desentendimento das forças de esquerda, que não têm projecto comum: entre os socialistas há os auto-gestionários e aparentados; há os que de há muito vontade ou com reservas aceitam a título transitório ou definitivo as vias autoritárias; e há depois os que apontam uma via social-democrática própria da Europa capitalista. São três famílias que não se entendem e ainda se subdividem, dando excessivamente o flanco. Nem podem deixar de o dar - pois constituem quando muito um «cartel do não».

E portanto a revolução portuguesa, muito séria (não sei até que ponto irreversível) ao nível da liquidação dos grupos económicos, nunca existiu como revolução das classes trabalhadoras agindo por si e para si. Nem me parece que algo no género tenha estado sequer para acontecer em Portugal. Pela simples razão de sermos o tal país intermédio entre os países sub-desenvolvidos tem que uma elite dirigente pode conduzir um processo de ruptura e a Europa Ocidental tem que isso não colhe).

De resto, a noção de país intermédio parece-me fundamental para se articularem devidamente as nossas relações com os dois espaços decisivos para Portugal: por um lado o do capitalismo ocidental e por outro o espaço africano. Mas pode dar-se uma oscilação permanente - que será a meu ver uma oscilação infeliz - entre uma atitude beatamente pró-europeia e uma aproximação das ex-colónias e do terceiro mundo, em termos vindos de 1975, e que talvez seja pior emenda que o soneto. Em 1975 Portugal concebeu o diálogo com certos movimentos de libertação - diálogo a meu ver necessário - em posição seguidista, como se os nossos interesses coincidissem com os deles, como se o que lhes convinha também fosse afinal bom para nós. Isto tinha certas razões menos idealistas correspondendo também a interesses bem precisos. E que não eram só os interesses da esquerda. Foram, também, por exemplo, interesses de certa direita militar com pressa de regressar a metrópole. De qualquer modo, por idealismo ou por cálculo, julgou-se que um entendimento privilegiado com determinados movimentos de libertação garantia um novo mirífico papel de Portugal no mundo, bem como o arranque para a revolução socialista dentro de portas. E isso foi muito mau porque assim a parte portuguesa, no decurso do processo descolonizador, não teve personalidade própria por mais excelentes que fossem certas intenções. Mas não queria alongar-me mais por agora.

Nós estamos num momento em que a liberdade é muito frágil (A.J.S.).

A.J.S. - Começo por anotar uma afirmação de Fernando Piteira Santos a respeito da liberdade. Ele acrescentou-lhe a palavra «concreta». Há sempre uma necessidade de dizer que não é propriamente liberdade... Em todo o caso falou da liberdade imparável ao nível dos processos municipalizados. Eu não tenho a certeza que essa liberdade seja imparável. Creio que nos estamos num momento em que a liberdade é muito frágil e em que não estamos livres de uma golpada qualquer, venha de um lado ou venha de outro, que suprima todas essas liberdades imparáveis. Isso não é nada difícil, porque como já disse o País caracteriza-se por uma espécie de anomia. O País aceitou o Salazarismo, caiu depois numa espécie de desorganização sem orientação nem projecto, e está seguindo as águas que correm. O País vai à deriva - parece-me um facto incontestável. Daí o pensar que a liberdade deve ser defendida e que pode ser o projecto que nos deve unir a todos. O Martins Pereira parece-me que vê com bastante lucidez (e até me admira porque ele é economista...) o problema do mercado. E que a

mercadorização está dominando cada vez mais a vida. Evidentemente que nós temos que ser uma sociedade de mercado; simplesmente essas sociedades do ponto de vista propriamente humano são sociedades profundamente indesejáveis. Há em todo o caso uma contradição que me parece ver no Martins Pereira: que é a de dizer que há hoje uma classe ou um grupo de interesses que procuram recuperar o domínio económico do País voltando ao passado, que é a classe dos empresários, e por outro lado o afirmar que Portugal nunca teve uma classe empresarial. Ou seja: se a classe empresarial nunca existiu, como pode ela ter tomado a certa altura o domínio do País?

Sobre o que disse o M. L. acerca do projecto socialista que existiu em Portugal (ou antes os vários projectos socialistas que existiram em Portugal), realmente não sei muito bem o que isso é. Esses vários projectos socialistas vieram dar como resultado a apropriação da economia do País pelo Estado. Mas era um socialismo extremamente curioso visto que vivia de empréstimos que eram fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional. Isto é, o socialismo português vivia dos subsídios que lhe dava o capitalismo internacional. E qualquer sociedade socialista que se ponha em Portugal, a não ser que entremos no COMECON, será sempre uma sociedade socialista financiada pelos americanos ou pelos alemães. E disse.

F.P.S. - Quando disse «liberdade concreta» não era para me colocar na perspectiva, que durante anos vigorou em Portugal, de distinguir subtilmente entre uma Liberdade (com Maiúscula) e as liberdades (com minúscula). Não formulei nenhuma restrição concreta. Nenhuma restrição à liberdade: apenas a transposição para um nível local, para o da intervenção do cidadão, desse ideal de liberdade, dessa conquista das liberdades que o 25 de Abril representou.

E.P.C. - Quando eu pedi há bocado para falar tinha a ver com uma coisa que António José Saraiva depois retomou, e é apenas uma preocupação de matizar, ou de acauteiar. Em relação àquilo que Piteira Santos tinha dito, suponho não desconhecer por completo todo um processo de mobilização das pessoas e de participação ao nível de Autarquias Locais, a nível de participação sindical, militância política, etc. Mas tenho a sensação de que, por um lado, há um decréscimo de participação em certos sectores, com dificuldades crescentes por vezes para encontrar pessoas para determinadas funções, etc., e que, por outro lado, em determinados sectores, por vezes, essa participação é capaz de desaparecer subitamente havendo uma «sapatada» mais forte.

É possível com uma «sapatada» mais forte voltar a «arrefecer» o país. E como a tradição antifascista se perdeu em grande parte será preciso depois começar pelo princípio (E.P.C.).

Tomemos um exemplo: se uma personalidade forte decide, por exemplo, arrefecer (para usar uma expressão que já aqui foi utilizada para definir o Salazarismo) politicamente a televisão, há mecanismos, formas subtis, e até integradas na brandura dos nossos costumes, para o conseguir. E certo que depois se vão reconstituindo formas de resistência, mas essa tradição antifascista perdeu-se em grande parte e vai ser preciso começar do princípio e em moldes inteiramente diferentes. Portanto, e apesar da força do impulso para a democracia, é possível que venha a surgir pouco a pouco um neo-marcelismo televisivo, a começar, como já se vê, no campo da informação. Suponho que, por exemplo, ao nível universitário, também foi um tal processo bastante visível. Ai a agitação era um bocado histerizada e portanto mais difícil de desaparecer; mas em determinada altura houve coisas que se fizeram que pareciam irreversíveis. Pois não eram. O edifício desmorona-se com toda a facilidade. E voltou-se a rotina de uma crise arrastada e cinzenta. Nos hoje temos uma Universidade mais marceista do que a de Marcelo, igual a do 24 de Abril em tudo o que é essencial, e alterada apenas no acessório. Digo isto só para matizar aquela afirmação de há bocado - e tendo em conta uma dinâmica popular que é importante e que poderá por vezes até dar lugar a formas de resistência muito fortes e muito vivas. Mas estou convencido de que, em determinadas circunstâncias, uma «golpada» qualquer pode quebrar isso, dado até um certo tipo de descrença em determinado tipo de mecanismos.

J.M.J. - Queria apenas insistir um pouco num aspecto que me parece muito importante e que ressaia da exposição de Manuel de Lucena. No fundo ele disse que houve várias revoluções e, pelo que eu percebi, falou expressamente de duas: a da descolonização e a/ou as revoluções socialistas; e creio que a terceira, digamos assim seria a revolução liberal ou da liberdade.

M.L. - Eu não disse bem isso. Referi-me, primeiro, à revolução da descolonização, e depois disse que as frustradas revoluções socialistas eram várias, imaturas e contraditórias. Neste plano o único facto deveras revolucionário (talvez reversível) foi a destruição da armadura do capitalismo português, que por ora ainda não está refeita. Da revolução liberal não falei.

J. M. P. - Mas eu pressuponho que se poderá portanto admitir que no 25 de Abril houve ou há também esse aspecto liberal. Sobre esses dois primeiros aspectos referidos por Manuel de Lucena, eu queria insistir na ligação muito importante que existe, e muitas vezes é esquecida, entre a liberdade de cada um, e a liberdade do povo em que nós inserimos. A ideia de independência nacional e a ideia de liberdade concreta dos indivíduos estão muito mais relacionadas do que às vezes é suposto referir-se ou pensar-se. Ora bem, quer a descolonização, quer a tentativa de quebrar a espinha ao capitalismo português nascente, foram factores de diminuição da nossa capacidade de independência. Por outro lado, a criação de um Estado colossal que efectivamente tendeu a ocupar amplas zonas do aparelho produtivo, transformou efectivamente o País e cada um de nós numa sociedade em que a eminência de um único patrão era, foi, uma realidade. Quer dizer: a liberdade concreta de cada um de nós sofreu com

isso. A atmosfera liberal, o pluralismo político, ou estritamente político que existe, é, como foi dito aqui, uma construção muito frágil; e muito frágil porque está baseada, ou, utilizando a linguagem de inspiração marxista, porque está super-estruturada sem ter uma base de sustentação minimamente consistente. É, digamos, uma construção do espírito, é um presente que as classes políticas se dão a si próprias, umas às outras, mas efectivamente não há na sociedade portuguesa condições suficientes para assegurar uma verdadeira liberdade.

E isso porque a nossa sociedade é uma sociedade que não está vertebrada, até porque há uma relação muito importante entre anomia e liberdade. Creio que foi um teórico reaccionário do séc. XIX que disse que *entre o forte e o fraco é a lei que protege e a liberdade que mata*. De facto, onde não há princípios informadores ou controles, estamos caídos na selva em que vence o mais forte. E se é certo que as revoluções socialistas partiram a espinha dorsal do capitalismo português, também criaram condições fantásticas para o desenvolvimento de mecanismos selvagens de capitalismo. Não é preciso falar na propensão ao consumo de carros de luxo que custam milhares de contos, que é enormíssima na sociedade portuguesa; não é preciso falar de muitas outras coisas; não é preciso falar no aumento em escalão, em graus inimagináveis, da corrupção na sociedade portuguesa; não é preciso falar disso tudo para sentir efectivamente que a capacidade de adaptação ao sistema - pseudo-socialista ou socialista, tanto faz - foi realmente muito grande e deixou de haver qualquer tipo de controlo.

Para que possa sobreviver o pouco que de positivo resultou do 25 de Abril é preciso que se criem condições para um florescimento de centros de poder (J.M.J.).

Ora bem, esta falta de regras de jogo parece-me muito grave, assim como a fragilidade da flor, digamos assim, da liberdade, porque de facto julgo que numa sociedade de massas como é a nossa, e como são as sociedades do nosso tempo, a possibilidade da liberdade passa também pela existência dum pluralismo dos centros de poder. Sem haver esse pluralismo de centros de poder há efectivamente um risco tremendo que, pela ocupação audaz da zona onde se determina a liberdade que cada um de nós pode ter, tudo se modifique. Quer dizer: um golpe palaciano pode, como acontece muitas vezes em países do Terceiro Mundo, provocar uma alteração radical das alianças geo-estratégicas, uma alteração radical dos modelos de organização social. Tudo isto portanto denota que neste momento a capacidade de estruturação de condições de liberdade, para que de algum modo possa sobreviver o pouco que de positivo julgo que resultou em termos históricos do 25 de Abril, passa pela criação de condições para um florescimento de centros de poder, e passa também pela possibilidade que eles se formem no plano económico.

Os intelectuais esquecem-se do «número de portugueses que são chamados a intervir na Administração municipal, que participam na administração dos seus interesses como habitantes de uma comunidade» (Fernando Piteira Santos). Uma sessão pública da Câmara Municipal do Porto



É preciso que a direita seja forte para que possa ser liberal. Uma direita fraca tem tendência para o não ser (J.M.J.).

Eu acho que é muito fácil, e isto também já foi aqui referido, atacar a incapacidade da iniciativa privada. Mas no entanto, mesmo neste sistema socialista em que vivemos, apesar das profusas nacionalizações que foram feitas, não é no sector público que está a percentagem mais elevada de produto exportado, não é no sector público que está a percentagem mais elevada de emprego na economia, não é aí que a relação entre investimento e postos de trabalho criados está mais acentuada. E evidente que tudo tem a ver também com a distinção entre indústria ligeira e indústria pesada. Mas não há dúvida nenhuma que o dinamismo económico hoje em dia, e apesar de tudo, está inequivocamente na iniciativa privada. E por isso julgo que na sociedade em que estamos seria útil que desaparecessem os coletes de força que evitam ou que limitam a capacidade de formação de centros variados e diversificados do poder, porque é dessa diversificação que talvez se criem as condições para que o valor da liberdade se mantenha. Um amigo meu uma vez dizia-me que era importante que a direita (em sentido amplo) fosse forte para que pudesse ser liberal, porque se ela fosse fraca tendência para o não ser. Eu acho que efectivamente uma característica dos poderes fracos é o serem ditatoriais, serem autoritários. Nós temos uma sociedade demasiado fraca para poder aguentar sem perigos uma atmosfera de liberdade, e uma liberdade instalada. Era importante que se criassem condições para que a sociedade e seus corpos, as suas estruturas, as suas organizações plurifacetadas, pudessem realmente fortalecer-se, porque isso, julgo eu, no tipo de sociedade que temos, é a condição de liberdade sustentada e perene.

J. M. P. - Quando o Manuel de Lucena começou a sua intervenção fiquei com a ideia de que finalmente íamos entrar em oposição frontal; mas curiosamente, como ele achou que eu era pouco marxista e eu achei que ele era menos «estatista» do que eu pensava, sucedeu que estive quase de acordo com aquilo que ele disse. Provavelmente voltamos de novo à confusão inicial. O Manuel de Lucena disse que o capitalismo começava a ser qualquer coisa de parecido com capitalismo quando se deu o 25 de Abril (ou pelo menos quando se deu o 11 de Março); pelo seu lado o prof. Saraiva relevou uma contradição no facto de eu ter dito que a iniciativa privada em Portugal era extremamente escassa e pouco dinâmica ao mesmo tempo que falei numa classe empresarial e em grupos económicos que querem recuperar o que perderam; e finalmente o José Miguel Júdice disse que indiscutivelmente o dinamismo económico está hoje na iniciativa privada. Tudo isto está relacionado, e vale a pena ir um pouco mais longe.

De facto, em Portugal, quando chegou o 25 de Abril, existia um certo número de grupos económicos importantes que em conjunto controlavam a totalidade da economia portuguesa. Tanto como hoje a controla o chamado Estado/Patrão de que fala o Manuel de Lucena; o que aliás é óbvio, uma vez que foram precisamente as empresas desses grupos que foram

nacionalizadas, e em particular a Banca. Simplesmente o capitalismo não é apesar de tudo apenas meia dúzia de grupos económicos. O tecido de que é feito um sistema capitalista é um largo tecido de médias, grandes e pequenas empresas, todas vitais para o funcionamento desse sistema, e não apenas um certo número de grupos económicos por muito poderosos que eles sejam. De resto, o que mudou um pouco a face do capitalismo português nos últimos anos, durante o período do Marcelismo, foram menos os próprios grandes empresários portugueses do que uma «categoria» que, se várias vezes se designou como «tecnocratas portugueses», eram dum modo geral gestores ou quadros dos grandes grupos económicos, em posições diversas.

O movimento, digamos assim, de «modernização mental» do capitalismo português é obra (ou é ideia mais do que obra) dum conjunto de homens que não eram propriamente empresários, eram gestores, e por alguma razão o próprio Prof. Sousa Franco diz que no fim de contas «no sector nacionalizado se encontram os melhores gestores que existem em Portugal». Não serão melhores nem piores: são aqueles que já existiam salpicados de mais uns quantos que lá estão por razões quase sempre políticas (sucessivamente mais de esquerda ou mais de direita) e que por casualidade até podem tornar-se bons gestores.

O Champallimaud tinha uma única virtude: descobrir os grandes negócios sem risco. Ora isto define melhor o especulador do que o empresário (J.M.P.).

Foram esses homens que deram uma certa face ao capitalismo português antes do 25 de Abril; e só após o 25 de Abril (salvo raríssimas excepções) os próprios empresários se viram forçados de alguma maneira a apostar nessa via mais europeia, no fundo já completamente traçada num discurso do Eng.^o Rogério Martins de 1970, num famoso colóquio de política industrial, que pôs os *empresários portugueses em pânico*. E preciso ter estado lá e ter visto a reacção dos ditos empresários para perceber até que ponto eles queriam o proteccionismo e queriam *não ser empresários*. Vou mesmo mais longe. Um homem como Champallimaud, que muitas pessoas pensam que era o empresário mais parecido com os empresários estrangeiros que existia em Portugal, caracterizava-se acima de tudo por ser um empresário que não tomava riscos. Ora isto é o contrário do

O Estado/Patrão, está certo. Mas não há dúvida que o processo que levou às nacionalizações não tem nada a ver com a situação actual das ditas nacionalizações. O que hoje se constata que se fez foi uma mera transferência de propriedade (e aí o Manuel de Lucena tem razão): de facto não houve nenhuma revolução socialista, houve projectos díspares que convergiram. Mas, independentemente do(s) projecto(s) e de uma dinâmica social imparável, fazia sentido (quando se sabia como funcionavam esses grupos e como eles se disputavam recursos finalmente escassos) pensar-se que um mínimo de articulação entre esses centros de decisão/poder só poderia beneficiar o País pondo-os ao serviço dum projecto colectivo. Outros terão tido outra perspectiva - e aqui tocamos nos problemas do objectivo do desenvolvimento. Será ou não finalmente uma «sociedade de consumo» o que pretendemos? A Europa?

Portugal não atingiu ainda o ponto em que toda a população tem garantidas as condições mínimas de subsistência. E quer se goste ou não é ainda indispensável um certo desenvolvimento industrial - pela via capitalista ou pela via «não-capitalista» (J.M.P.).

Há poucos meses um alemão de Leste chamado Rudolf Bahr fez uma análise bastante profunda das sociedades de Leste, penso mesmo que bastante desapassionada, e no fim de contas ele pôe a coisa nestes termos relativamente simples: é indiscutível que é necessário que todas as pessoas dum determinado país tenham um mínimo de condições de vida - um mínimo de habitação, um mínimo de meios de subsistência, um mínimo de condições *materiais* de vida. Isso foi feito nos países capitalistas ao longo de um século e meio. Nos países a que ele directamente se reporta foi feito muito mais rapidamente por uma via a que ele chama *não-capitalista*, uma via estatal de planificação central. No fim de contas, uma e outra das vias conduzem em determinado momento a uma sociedade em que estão satisfeitas para a generalidade da população o mínimo de condições materiais de existência. É a partir daí que se coloca o problema da sociedade de consumo ou *de outra coisa qualquer*, de outro tipo de vida que *pode não ser* necessariamente a vertigem desenfreada de bens de



António Champallimaud: um homem cuja única virtude era a de «descobrir os grandes negócios sem risco» (João Martins Pereira) ou o símbolo de um capitalismo «que começava a apresentar uma certa estrutura» (Manuel de Lucena)?

conceito corrente de empresário. O Champallimaud foi um homem que teve acima (ou diferentemente) doutros grandes empresários portugueses uma única coisa e uma única «virtude»: descobrir os grandes negócios sem risco: o que define melhor o grande especulador do que o empresário.

A classe empresarial portuguesa (a dos grandes grupos, entenda-se) começou a aperceber-se nos últimos anos (e tanto mais quanto menores eram os seus interesses coloniais) de que a Europa era inevitável, sucedesse o que sucedesse, e de que uma hipótese neo-colonial provavelmente lhe seria favorável, mas sem nunca dar os passos necessários para que isso viesse a acontecer. Veio o 25 de Abril e então apostaram nisso. Durou pouco tempo por razões que não têm que ver com eles, mas com uma dinâmica que se gerou e que no fim de contas foi resumida aqui em poucas palavras pelo Manuel de Lucena ao citar o José Cutileiro: destapou-se a tampa e os nossos empresários não estavam de maneira nenhuma preparados para esse escape de energia. Não conseguiram adaptar-se rapidamente a uma situação em que eram diariamente confrontados com um movimento efectivamente indomável. Em Julho/Agosto de 74 ainda fizeram à pressa uns cursos de formação empresarial para a negociação com os Sindicatos, mandaram vir uns especialistas estrangeiros para ver se aprendiam a controlar as novas condições, mas foram ultrapassados e finalmente todo o seu «poder económico» acabou por ir parar às mãos do Estado.

consumo. Retiro isto só por uma razão: é que, se aceitarmos isto como quadro geral de aproximação do problema do desenvolvimento, convém não esquecer que Portugal ainda não atingiu o ponto em que toda a população tem garantidas as condições mínimas de subsistência. E, portanto, independentemente de nós sermos a favor do desenvolvimento industrial sem limites, com o que isso acarreta, ou a favor de outra coisa qualquer, não há dúvida de que a sociedade portuguesa ainda exige uns passos importantes no sentido do desenvolvimento económico no sentido tradicional.

Falando do País como uma sociedade global (e não apenas dos grandes meios urbanos em que estas questões já têm sentido numa perspectiva «filosófica») não há dúvida de que, até que a população em geral tenha as suas condições materiais de subsistência asseguradas, e quer a gente goste ou não, é ainda indispensável um certo desenvolvimento industrial. É óbvio que esse mesmo desenvolvimento industrial pode e deve ser visto sob perspectivas e com preocupações distintas das que têm prevalecido em Portugal quer antes quer depois do 25 de Abril. Estou a pensar em questões como as relacionadas com a poluição e com o ambiente, por exemplo. Nesse campo, passam-se hoje em Portugal coisas absolutamente criminosas, de que ninguém fala. Que se integrem num programa qualquer de desenvolvimento industrial preocupações desse tipo, pois isso (e muitas outras coisas) deveria ser uma exigência colectiva. Mas daí a dizer-se que

podemos partir *desde já* para qualquer coisa que não tem nada a ver com a sociedade industrial, penso que não. Penso que ainda temos que equacionar problemas relacionados com o desenvolvimento industrial, ainda que equacioná-los eventualmente doutra maneira. E aí julgo que deveria ser de relevante importância o facto de o sector nacionalizado em Portugal ter meios para controlar efectivamente a economia, tanto como a controlavam os grupos económicos antes do 25 de Abril.

Dinamismo da iniciativa privada não existe nem muito nem pouco. Exportar-se-á mais beneficiando da desvalorização. Só que a desvalorização é um desincentivo à modernização económica (J.M.P.).

Agora, quanto à observação do José Miguel Júdice, não me parece nada indiscutível que o dinamismo económico hoje em dia em Portugal se encontra na iniciativa privada. Não é mesmo nada indiscutível e a prova está em que os Bancos andam aflitos para arranjar clientes, que os Bancos não têm pura e simplesmente investidores a quem emprestar dinheiro, ou não será assim? Portanto, de facto, dinamismo da iniciativa privada não existe nem muito nem pouco. Voltou a existir no sector exportador, como sempre existiu, mas em boa parte apenas se aproveitando da desvalorização, desvalorização essa que aliás tem um efeito em que muita gente não pensa: é que, ao beneficiar de uma desvalorização, uma empresa exportadora, sem fazer qualquer novo investimento, sem melhoria de produtividade, sem melhoria de condições de trabalho, sem fazer nada, dum dia para outro passa (ou volta a ser) competitiva no Mercado Internacional. Isto é, uma desvalorização é um desincentivo à modernização económica. Em tudo o que não é sector exportador (e pensamos quase exclusivamente nos têxteis) não há qualquer dinamismo. E mais uma vez me reporto ao mesmo artigo do Expresso que já citei em que o referido empresário demonstra isso mesmo; e também que não é culpa dos bancos o terem de andar num autêntico porta à porta à procura de alguém a quem emprestar dinheiro...

J.M.J. – E depois estão por vezes sete, oito e mais meses para aprovar um projecto de investimento...

J.M.P. – Isso acredito que sim. Simplesmente, independentemente das endémicas burocracias que sempre existiram, quantos meses é que um novo projecto, numa França por exemplo, leva até que seja aprovado um financiamento, sobretudo se for um projecto importante? Provavelmente também não é de um dia para o outro...

A.J.S. – Antes do 25 de Abril qual era a situação dos Bancos?

J.M.P. – Também naquele mesmo artigo isso é explicado com muita clareza: fosse a Banca nacionalizada ou não, a situação era rigorosamente a mesma, porque este problema em boa parte deriva de condições que não têm nada a ver com o funcionamento do sistema bancário. Têm que ver com a política anti-inflacionista, com a política de contenção do défice da balança de pagamentos, etc., que levou a restrições de crédito, que levou ao aumento das taxas de juro, que levou a uma série de condições na qual a Banca se move – e em que se moveria fosse a Banca nacionalizada ou não. *Não tem nada a ver com o funcionamento da Banca.* Tem que ver com a política do Ministério das Finanças, com a política do Governo, que em dado momento se obrigou com o Fundo Monetário Internacional a uma determinada «política de estabilização», e daí decorreu para a Banca um certo número de regras que fez com que ela hoje tenha um excesso de liquidez. Tão simples como isto. Não tem que ver com discriminações de crédito ou seja o que for. Demonstração feita por um empresário.

J.A.S. – Eu neste momento poria a seguinte questão: o Júdice, em relação ao regime anterior, disse que ele assentava sobre quatro pilares: as classes médias, a Universidade, a Igreja Católica, e o Exército. Em relação ao regime iniciado em 25 de Abril já foram produzidas várias intervenções. Uma, do Manuel de Lucena, em que se dizia que tinha sido partida a espinha ao capitalismo português; outra em que se apontava a falta de dinamismo do sector empresarial, incapaz portanto de sustentar uma situação desenvolvimentista; outra ainda, também do Manuel de Lucena, em que se falava da existência de vários projectos socialistas que por serem contraditórios entre si não eram articuláveis no sentido da construção de um regime. A pergunta que eu faço é pois a seguinte: Qual é, segundo os presentes, a possibilidade que neste momento existe em Portugal de construir um regime que preserve aquilo que parece estarmos todos de acordo em preservar: a Liberdade? Isto é: em que forças pode assentar esse regime? Existem ou não condições para a definição de um projecto (democrático) de sociedade capaz de angariar um apoio estável?

F.P.S. – Pode haver um acordo no sentido de preservar a liberdade. Esse preservar da liberdade passa pela manutenção dum pluralismo que, embora dobil, existe; ou pelo menos existiu, até hoje, ou até ontem. Pluralismo que é uma condição para assegurar a continuidade daquilo que me pareceu fundamental como programa do 25 de Abril, ou seja, fazer coincidir a transformação da vida portuguesa com a transformação do aspecto político. Portanto, digamos, uma revolução democrática e antifascista, com uma intenção que foi descolonizadora e que foi cumprida. As circunstâncias em que a descolonização foi feita são um outro problema, mas a descolonização é um dos aspectos – esse sim, irreversível – do 25 de Abril. Por outro lado, uma orientação em política económica que corresponde à necessidade de desenvolvimento que, independentemente das restrições que se façam, e que são legítimas, a uma economia de mercado e a um qualquer critério desenvolvimentista, no nosso país é necessária, como o Martins Pereira ainda há momentos recordou, dada a situação em que se encontra grande parte da população portuguesa.

A manutenção do pluralismo parece-me ser a condição de um avanço coexistencial em relação a esses dois objectivos: manter a liberdade e

garantir o desenvolvimento; e, por isso, parece-me ser de constatar, de deplorar e criticar toda a tendência para a bipolarização rígida da sociedade portuguesa. Evidentemente que os fenómenos de bipolarização são fenómenos que se repetem ciclicamente, mas o que me parece evitar é a bipolarização rígida que dividisse o País em partidários do 25 de Abril e partidários do 11 de Março, entre partidários da economia socialista e partidários da economia de mercado, entre partidários da descolonização (isto é, pessoas que aceitam a descolonização como factor positivo para o próprio desenvolvimento económico do país – e já lá vamos) e pessoas que consideram que seria de promover, com ajudas internacionais mais ou menos suspeitas, mais ou menos aventureiras, a reconquista dos territórios coloniais com ajuda de países estrangeiros, por um lado, e, por outro, a culpabilização da descolonização. Eu considero que a descolonização se apresenta como um dos aspectos irreversíveis do 25 de Abril e que ela foi um factor importante na própria libertação do povo português – não só para repetir a estafada e já repetida tese de que não é livre um povo que oprime outro povo, mas porque, nas circunstâncias em que a guerra colonial se desenvolvia, o esforço da guerra colonial implicava o reforço das características autoritárias do poder e, conseqüentemente, uma diminuição da liberdade dos portugueses.

A questão do Poder era simples se tivéssemos um Estado fraco e uma Igreja forte, ou um Estado forte e uma Igreja fraca. Mas a própria Igreja está dividida e além disso existem outros centros de poder (F.P.S.).

Claro que a nossa sociedade actual, pós 25 de Abril e pós 2 de Dezembro, põe determinados problemas. Que centros de Poder existem? O Manuel de Lucena dizia o Estado e a Igreja. Bem, era bastante simples se tivéssemos um Estado fraco e uma Igreja forte, ou um Estado forte e uma Igreja fraca. Mas a Igreja não é um monólito. Não será a Igreja, por exemplo, como eu gostaria que fosse; mas a Igreja portuguesa não se apresenta com uma expressão monolítica. Pela Igreja passa também a luta política, a própria luta de classes passa pela Igreja, por muito que a expressão possa ferir alguns.

As Forças Armadas são, também, um centro de poder. As Forças Armadas são um centro de poder que faz parte do Estado, mas que se distingue do Estado, na medida em que na presente situação portuguesa gozam de autonomia, inclusivamente de uma autonomia administrativa e legislativa que não pode ser ignorada. Por outro lado, mesmo na sua composição diversificada, o movimento sindical é hoje um centro de poder. De algum modo, a par do movimento sindical existe, actualmente, um movimento popular no País, movimento popular que não tem formas perfeitamente caracterizadas, mas que tem uma certa dinâmica, dinâmica que pode não atingir as expressões eleitorais maioritárias, que pode não se concretizar como maioria eleitoral, mas existe um movimento popular, apesar dos recuos assinalados pelo Prado Coelho em relação à Universidade, aos estudantes. Esse recuo parece-me indiscutível. Mas há outros aspectos em que vemos uma capacidade de manifestação e de protesto que no plano da vida política não pode ser desprezado e que representa uma capacidade de resistência potencial a qualquer atentado contra a liberdade. Isto não quer dizer, evidentemente, que aquilo de que falou o António José Saraiva, ou seja, a possibilidade de um golpe, ou golpada, não seja possível. Não afirmamos que uma golpada contra a liberdade não possa ser efectuada. Somente tenho fortes dúvidas quanto às possibilidades de um golpe, quer de um golpe político com componente militar, quer de um golpe militar com uma determinada componente política. Isso parece-me ser extremamente difícil e o sucesso quanto a coisas desse tipo, a médio-prazo, parece-me ser bastante duvidoso.

Afirmou-se que era preciso termos uma Direita forte para conservarmos a liberdade. Acontece que com o fortalecimento da Direita desenvolveram-se a intolerância, a censura e o totalitarismo (E.P.C.).

E.P.C. – A questão fundamental, hoje, parece-me aquela que A.J.S. tinha dito: tentar estabelecer, de uma forma positiva, mobilizadora, um determinado consenso em termos do valor da liberdade conquistada pelo 25 de Abril. Simplesmente, há pouco, o José Miguel Júdice pôs de uma forma algo polémica a questão de que era preciso termos uma Direita forte para conservarmos essa liberdade. Percebo a intenção.

A questão que eu gostaria de pôr é que, sempre que a Direita se tem reforçado, isso tem sido em prejuízo evidente (não sei se por se sentir fraco) das mais variadas formas de pluralismo, e de mecanismos de efectiva liberdade que entretanto se estavam a tentar consolidar. Multiplicar focos de poder, de acordo. Mas nós vemos como, em nome de vários fantasmas, que vão do medo do comunismo à obsessão do colectivismo, que vão do marxismo ao meloantunismo, da reacção anti-PC à qualificação de toda a oposição como «colagem ao PC», se vão desenvolver com o fortalecimento da Direita portuguesa os diversos mecanismos de intolerância, de censura e de totalitarismo. O que me torna céptico em relação à «solução» do José Miguel Júdice no sentido de afirmarmos a liberdade como um valor de consenso e mobilização dos democratas.

M.L. – Não sei em que é que o Eduardo Prado Coelho está a falar: num quadro português ou da direita em geral, de hoje ou de sempre. Tudo isso não foi muito claro para mim...

E.P.C. – Estava a falar do quadro português.

M.L. – Bom, tenho de abordar vários temas.

1) Sobre a situação do sistema económico não vou discutir se eram os capitalistas portugueses ou os gestores por eles postos à frente das empresas quem introduzia um dinamismo novo no quadro empresarial português. A economia moderna são as empresas; e o que interessa de uma forma ou de outra é que as empresas sejam dinâmicas. Ora o certo é que havia algo de novo no quadro empresarial português. Lá que faltasse ainda «comer muito pão» nomeadamente no domínio dessas empresas intermédias e em toda a malha subjacente articulada (ou não) com os grandes grupos, é possível. A todos os níveis, a iniciativa das forças vivas ainda era algo de que nos não podíamos regozijar em demasia. E mais: se estou preocupado em relação ao futuro, e a partir do estudo de coisas como a evolução dos organismos de coordenação económica, aonde de há muito se esboçava um movimento (contrabalançado embora pela ideologia do antigo regime) em direcção à empresa pública. Não é por acaso que hoje a EPAC, a IAPO, a AGA, realizem «chiffres d'affaires» notáveis, dos maiores deste país. A EPAC é a segunda ou terceira, a AGA é a décima e o IAPO (que ainda não é a segunda ou terceira, a AGA é a décima e o IAPO (que ainda não é empresa no sentido jurídico do termo e por isso não vem na lista) vende mais do que a AGA. Tudo isto começou no antigamente. E para o capitalismo português também tendiam as federações dos Gremios da Lavoura com as Centrais Leiteiras, a fábrica de óleos e rações de Évora, o complexo do Cachão... É todo um movimento para o socialismo sem doutrina de que falava Marcelo Caetano, muito parecido com o capitalismo de Estado.

Onde antes concorriam várias firmas passou a haver uma empresa cimenteira, uma só de celulose, uma só de navegação, duas de cervejas (M.L.).

Depois, a crise política provocada pelo 25 de Abril e pela descolonização permitiu desenvolver essa tendência capitalista de Estado muito brutalmente a partir do 11 de Março. De modo que aonde dantes concorriam várias firmas – concorrência nem sempre perfeita ou efectiva, já sei, mas consentindo vários centros de decisão – passou a haver uma só empresa cimenteira, uma só de celulose, uma só de navegação; e de cerveja, «in extremis», ficaram duas; e querem especializar os bancos. Com efeitos muito sérios para os quais eu chamo a atenção. Por exemplo: foram os técnicos superiores quem primeiro sentiu esse novo clima liberal ou liberalizante da última fase do «Estado Novo». Se se aborreciam no Estado, iam trabalhar com o Champallimaud; se as coisas corriam mal com o Cupertino mudavam-se para o Borges. Mas essa liberdade de movimentos, que começou por beneficiar sobretudo quem já ganhava bem, é uma

liberdade que também pode ser perdida por quem ganha mal: porque quando uma empresa pública unicitária tem justa causa para despedir alguém, muito se arrisca o despedido a não achar trabalho da sua especialidade em mais parte nenhuma. Eis uma diminuição das liberdades concretas (civis) para já não falar nas políticas. Em determinados países o arranque para o desenvolvimento e para os mínimos sociais de que falava o M.P. passou, e verdade, pelo desenvolvimento do capitalismo de Estado (a que M.P. chamou «via não socialista nem capitalista»); mas isso pagou-se inevitavelmente – e duramente – no domínio das liberdades. Uma parte da própria esquerda reconhece e contesta tal sacrifício. Mas o M.P., que assumiu responsabilidades governamentais depois do 25 de Abril e do 11 de Março, ainda parece tentado por essa via autoritária. Não que a quisesse instaurar; provavelmente queria moderá-la; gostaria até de a evitar na medida do possível; mas não mais. Enfim, tudo somado, considera essa via como uma hipótese de trabalho. Está com a outra parte da esquerda, militar e civil, que jogou numa revolução em acelerado ou extemporânea e se deixa, seduzir por modelos «terceiro-mundistas». Ai se quebrou a unanimidade que existira a seguir ao 25 de Abril e em que falou o Piteira Santos. Foi-se – quando a direita recusou toda e qualquer reforma imediata anterior às eleições e quanto à esquerda se impuseram linhas de ruptura radical. Ai acabou o 25 de Abril e começaram outras datas. A direita não entendeu que algumas reformas eram inadiáveis, como inadiável era assentar no princípio da independência das ex-colónias. A esquerda descolonizou mal e embarcou dividida num processo revolucionário confuso, cuja consumação teria de ser despótica e deixou Portugal mal parado.

A DESCOLONIZAÇÃO, A EUROPA E A ÁFRICA

Culpabilizar os militares pela descolonização sempre me pareceu uma idiotia. Foi o poder político que nunca formulou uma perspectiva que desse sentido à permanência dos corpos expedicionários (M.L.).

A população portuguesa «não tem ainda garantidas as condições mínimas de subsistência. E para lá chegar é indispensável um certo desenvolvimento industrial – quer se goste dele ou não» (João Martins Pereira)



M. L. – 2) Quanto à descolonização, não se pode ser terno com ela: foi desprovida de linha política coerente, incapaz de suscitar um mínimo de unidade nacional e realizada a correr com benefício de terceiros. A intransigência salazarista, que pesou imenso, não a justifica. Mas culpabilizar por ela os militares sempre me pareceu uma idiotia: maior responsável foi o poder político (metropolitano), no qual também havia civis, o qual nunca formulou uma perspectiva que desse sentido à permanência dos corpos expedicionários. Os corpos expedicionários quiseram voltar depressa, a correr – quiseram e voltaram; e com isso determinaram um grande vazio que outras influências acorreram a preencher. Os cubanos estão em Angola porque Portugal desistiu de conduzir o processo descolonizador: anunciou que no dia 11 de Novembro desandaria e desandou, com muitas rezas e benzeduras progressistas. Se Neto chamou Castro, os maiores responsáveis fomos nós.

O facto dos movimentos de libertação não controlarem o conjunto dos territórios abria a Portugal possibilidades de descolonizar não à pressa mas ao longo de vários anos (M.L.).

A descolonização foi lamentável. Encarou os nacionalismos, como se Angola, Moçambique, a Guiné... fossem nações perfeitas, quando eram nações em formação, onde os movimentos de libertação mais importantes estavam bem longe, não digo de controlar, mas até de possuir implantação sólida na totalidade de cada território. Eis o que abria a Portugal uma grande possibilidade de descolonizar não à pressa mas ao longo de vários anos em favor justamente daqueles movimentos que mais garantias dessem de fazer de Angola e de Moçambique grandes nações independentes. Escrevi-o antes do 25 de Abril e logo a seguir: essa política iria provavelmente favorecer movimentos como o PAIGC ou o MPLA, mas não seria a política do braço dado com eles.

Salazar sabia que toda a luta política se processa hoje à escala mundial e que nenhuma nação se salva ou se perde inocentemente. Tem a ver com tudo o que acontece no mundo. E o que aconteceu no Sul de África depois da descolonização portuguesa prova que Portugal detinha posições estratégicas de extrema importância, com as quais podia jogar num projecto político diferente do projecto salazarista; ora, de facto, não jogou – e tem razão o prof. Adriano Moreira quando fala numa diplomacia da doação. Houve (e há) quem julgasse que, dando tudo, tudo nos seria devolvido ao centuplo, como diz o Evangelho; que não exigindo nada, estando sistematicamente de acordo com certos movimentos de libertação, estaríamos criando as condições óptimas para Portugal ficar com uma projecção impar nas ex-colónias. Isto era transpôr indevidamente um discurso de inspiração religiosa para o terreno político. A meu ver, pelo facto de não termos negociado a valer – e negociar implica sempre certa dureza, mesmo com amigos –, por não termos, dizia, negociado com o PAIGC, negociado com o MPLA, negociado com outros movimentos de libertação, por não se ter feito isto, nós ficámos numa posição extremamente diminuída.

A descolonização acabou por ter a marca da esquerda. Mas no poder, que pode «fazer fraca a forte gente», também estiveram moderados e conservadores, a quem cabem fortes responsabilidades iniciais na medida em que não quiseram ou não souberam encaminhar a independência das colónias logo após o 25 de Abril nem lançar em Portugal algumas reformas inadiáveis. Assim, criaram o clima favorável à via revolucionária expeditiva, quer no plano da descolonização quer no da socialização. Via que também faliu arrastando na falência coisas em princípio dignas de melhor sorte.

Uma íntima relação com as nossas ex-colónias ainda é possível (e necessária) mas a partir da nova situação geopolítica que veio acentuar o nosso carácter europeu (M.L.).

Com efeito, a descolonização favoreceu tão evidente e clamorosamente um dos blocos que o neutralismo em Portugal (e não só) ficou com um pesado grão na asa. Por outro lado, a teoria da revolução socializante, «original», também abriu praticamente uma brecha pela qual entrou a família socialista autoritária (recheada de elementos marxistas-leninistas pro-soviéticos e de socialistas castrenses, com alguma influência castrista) que em Portugal pareceram prestes a tomar o poder naquele Verão de 75. E, portanto, quer o neutralismo quer esse projecto socializante (designando um certo acordo entre o progresso económico, a justiça social, a liberdade política e a continuidade da nação) surgem agora a demasiada gente como veleidade perigosa ou puro pretexto – flanco oferecido de bandeja, no combate à escala mundial, à manobra de um dos blocos. Em suma e para dizer tudo, pareceu que socialismo português só cercado e que o nosso neutralismo terá por definição um efeito geo-político favorável à Rússia. Olha-se para o mapa de África... e em política, o que parece, é. Não se pode agora de repente corar e dizer: não, não, não era bem essa a revolução que nós queríamos; passemos à boa que essa foi por engano. Não há passagem, não estamos num conto de fadas. Temos de inventar outra coisa, assumindo a nossa entrada na Europa no Mercado Comum, que revolucionária não é. Uma íntima relação com Angola, Moçambique, Cabo Verde e as outras ex-colónias ainda é possível (além de necessária...) mas a partir da nova situação geo-política que veio acentuar o nosso carácter europeu. Com outra descolonização teria sido possível um diverso método (e eu sonhei com ele), agora não é.

3) Voltando ao sistema económico, a perspectiva europeia impõe-nos de facto, mesmo quando não imponha «de jure», uma grande mexida no nosso

quadro legal e constitucional. Não bastam reinterpretações astuciosas favoráveis à iniciativa privada, deixando o terreno cheio de minas que poderão rebentar amanhã. Se eu fosse investidor, com algumas das nossas leis económicas e laborais talvez não investisse. São precisas leis novas. Mas isto posto também não creio que a nossa iniciativa privada venha a revelar-se tão fulgurante e disciplinada que se dispense um sector público forte. Acho que o nosso crescimento económico terá de proceder-se através da concorrência entre os dois sectores, que é muito viva em certos países da CEE como a França e a Itália.

A referência à Europa afigura-se-me capital até porque muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses «já lá estão». Estabelecendo sólidas relações com a ex-colónias, que reforçarão a nossa posição negociada na CEE, não há que vacilar na opção europeia nem que recair no «terceiro-mundismo». É importante que a nossa constituição (a nossa constituição real, impondo-se se necessário à constituição jurídica) se não afaste substancialmente da dos países para cujo grémio vamos entrar. São países cujo capitalismo comporta poderosos grupos económicos e bancos privados e aonde não há agricultura colectivizada como a das UCP's. E um sistema (económico e não só) cheio de problemas e pode julgar-se que evoluirá para o socialismo assim ou assado. Quem for vivo verá. Portugal é que não deve tentar antecipar-se pois não há «socialismo em liberdade» num só país.

A.J.S. – Eu queria comentar duas ou três afirmações do Piteira Santos, mas, como se falou dela, acrescentei mais um ponto que é a maneira como se realizou a descolonização.

A descolonização fez-se, digamos, em catástrofe – e isso deve-se à maneira como se portaram os oficiais nas diversas zonas onde estavam. Eu agora lembrei-me de repente (é assim um bocadinho graça, mas, enfim, é impressionante) de que 25 anos depois da guerra dos japoneses com os americanos ainda havia soldados isolados na selva, armados, convencidos que estavam lutando e que ainda continuava a guerra. Isto é um género de coisa que não podia ter acontecido em Portugal. E isto deve-se, a meu ver, à tal anomia de que eu falei, ao tal funcionamento dos valores, das instituições. Eu pergunto se essa descolonização não teria sido aceitável – mas aqui põe-se um problema grave, que é o do estado do nosso povo em geral, da nossa própria capacidade: mas não quero levantar esse problema.

Ou adoptamos o sistema parlamentar, e nessa altura a bipolarização é desejável, ou adoptamos um sistema presidencial e então as coisas apresentam-se doutro modo (A.J.S.).

Agora com respeito a duas coisas que disseram o Piteira Santos e depois o Eduardo Prado Coelho, devo dizer que a bipolarização (bipolarização parlamentar, evidentemente) me parece a única maneira de administrar este País. Tomemos o caso da Inglaterra. Existem dois partidos – um deles que tem a maioria e governa estavelmente com um projecto, o outro que está na oposição até vencer as eleições e governar por sua vez. De maneira que eu não estou tão convencido dos males da bipolarização. De resto ou adoptamos o sistema parlamentar, e nessa altura a bipolarização é mais ou menos desejável, ou adoptamos um sistema presidencial, e então as coisas apresentam-se doutra maneira.

Outra coisa que o Piteira Santos disse foi que hoje as massas portuguesas, os sindicatos, as organizações existentes, tornavam praticamente impossível um golpe. Bem, quando eu penso no caso do Chile sinto-me pouco convencido disso. Porque efectivamente no Chile havia muita coisa lançada na rua e isso deu lugar a um golpe que foi extremamente repressivo, empregou meios muito violentos, mas meios violentos à altura da oposição que tinha.

Eu receio, portanto, que o golpe seja possível. E é por isso que continuo a pensar que é em torno das instituições parlamentares que nos devemos unir e que devemos fazer o nosso projecto, porque elas não são efectivamente sólidas.

Quanto a questão da direita e das liberdades (foi um problema posto pelo Eduardo Prado Coelho, disse-se que a direita estaria preparando o regresso ao regime anterior. Eu penso o seguinte: é que desde que há jogo parlamentar os beneficiadores políticos desse processo são os chefes parlamentares e que, por outro lado, os chefes parlamentares perderiam todo o poder caso viesse uma ditadura. Porque o primeiro acto dos chefes ditatoriais é liquidar todo o pessoal político, quer seja desfavorável, quer não seja. Recorde-se que Salazar destruiu sistematicamente todos os homens políticos. Portanto, desde que o jogo esteja dentro dos limites parlamentares, não há que recear que um dos partidos que estão no Parlamento prepare um golpe ou seja favorável a um golpe. Não sei se me fiz entender... Punhamos o caso em pessoas. Qual é o interesse do dr. Sá Carneiro? Naturalmente é estar no poder da única maneira que pode estar – que é por meio de votos; o dr. Sá Carneiro não está interessado no golpe nesse sentido porque sabe que ele seria eliminado. Acerca disto penso que há um certo número de confusões. As pessoas esquecem que os interesses eventualmente expressados num golpe nunca são os dos chefes políticos – os quais só podem ser chefes políticos dentro das regras do jogo; doutra forma não o podem ser.

F.P.S. – Começando pelas últimas palavras ditas pelo António José Saraiva. Falou do golpe do Chile. Entre um golpe «à portuguesa» e o Chile há evidentemente uma certa distância. Um golpe nas circunstâncias actuais portuguesas terá uma configuração muito diferente dum tragédia como aquela que ocorreu no Chile. E o Chile, em Portugal, não teria razão de ser nem possibilidade, até porque nós já aqui temos falado de geopolítica. Nas condições geopolíticas em que o nosso País se encontra, um golpe do estilo do Chile não era desejável para países que têm uma determinada

influência em Portugal e dos quais nós somos parceiros naturais ao nível militar e diplomático e, amanhã, parceiros ao nível da integração europeia.

Na medida em que desvalorizarmos as nossas relações com outras áreas entramos na Europa em pior condição (F.P.S.).

Agora, vejamos como se apresenta o problema. Entrar na Europa... Para Manuel de Lucena entrar na Europa é uma fatalidade...

M.L. – Disse que estamos a entrar na Europa...

F.S.P. – Pois, estamos entrando na Europa, e alguns de nós, portugueses, já estamos na Europa. Portanto, o problema de estarmos ou de entrarmos na Europa é realmente um falso problema. O problema que se põe é o problema de sabermos quando entramos como Estado, como entramos e com que poder contratual entramos. E na medida em que desvalorizamos as nossas relações com outras áreas, seja do relacionamento terceiro-mundista (que é uma expressão que me parece relativamente incorrecta mas que dá uma ideia), seja a perspectiva de estreitarmos as nossas relações com os antigos territórios sob dominação colonial, nós entramos na Europa em piores condições; e na medida em que não soubermos realizar o aproveitamento da descolonização com todos os seus vícios e com todos os seus erros, com toda a precipitação, com toda a tendenciosidade política que pode ser assumida o que é facto é que entramos na Europa desprovidos de alguma coisa que a Europa nos pede – porque são numerosas as declarações de estadistas europeus, de homens de negócios europeus, de políticos europeus, no sentido de quererem utilizar Portugal como interlocutor em relação à África. E apesar de todos os defeitos da nossa descolonização, nós ficamos em África com uma posição que nos permitiria desenvolver uma política que não tem sido desenvolvida em consequência de conceitos ideológicos e até por incapacidade de definição de uma política concreta. Claro que eu não considero que Angola e Moçambique fossem nações em formação...

M.L. – No momento da descolonização eram...

F.S.P. – Eram no final da guerra... Hoje Angola e Moçambique são espaços talhados na África pela colonização portuguesa que estão procurando a definição nacional. Quando um Agostinho Neto, ou um Samora Machel, ou um Amílcar Cabral, definiam a sua luta armada de longa duração, é porque eles conheciam bem o respectivo mosaico étnico. Os países não surgiram como nações senão através de uma longa luta que identificasse as etnias contra um inimigo exterior. Ora, de certo modo, a descolonização foi precipitada para eles, foi precipitada para nós, talvez não tenha sido suficientemente acautelada; mas não foi precipitada em

relação à nação portuguesa no sentido de nação histórica – e não no sentido de nação-revolução de 25 de Abril – na medida em que, não só para as forças democráticas portuguesas como para o conjunto da nação portuguesa, o esforço da guerra colonial exorbitava das nossas próprias possibilidades e diminuía-nos, não apenas no consenso internacional, o que direi era o menos, mas diminuía-nos na nossa própria potencialidade regeneradora do ponto de vista económico e social.

Claro que a ideia de que Angola e Moçambique podiam ser nações em formação, e na formação das quais nós teríamos tido uma participação, leva-nos a outro problema que é o problema de analisarmos as várias orientações do colonialismo português. Houve um colonialismo do constitucionalismo monárquico, aliás renovado com grande intensidade na segunda metade do século XIX; houve um colonialismo do constitucionalismo republicano; e houve um colonialismo fascista. Aliás, houve colonialismos fascistas. Porque desde 1926 o colonialismo não foi sempre o mesmo. Agora essa ideia de nação-uma nem sequer é na nossa ideologia, uma ideia reaccionária. Não é uma ideia fascizante. Na verdade, ela foi definida por Norton de Matos – que talvez nunca tenha falado de um Portugal de Timor a Viana do Castelo, mas falou concerteza de nação-uma com um critério que ele considerava de um certo progressismo evolutivo, mas que no fundo tinha o mesmo significado conservador que outro qualquer colonialismo.

Pergunto se uma Angola tornada independente pelo caminho da independência do Brasil não seria muito mais separada de nós do que a actual Angola (F.P.S.).

Mas a nação em formação, considerando essa categoria, quiseram os franceses por exemplo impô-lo à Argélia depois do final da II Guerra Mundial. Isso implicava porém que existissem elites africanas, elites indígenas, que nós de maneira nenhuma criámos nos diversos territórios. Talvez um pouco em Angola, mas mesmo assim de uma maneira muito escassa. Em Moçambique não havia elites, não havia um escol nacional que pudesse ter esse papel. E em Angola o que se iria passar, se houvesse uma evolução no sentido nacional com a presença portuguesa, era uma separação que seria menos dramática mas não seria menos grave, como sucedeu com o Brasil. E hoje existem capitalistas, empresários portugueses, que consideram mais grave a penetração brasileira em Angola que a penetração cubana ou a presença cubana. Isto leva-nos a meditar no seguinte: se uma Angola tornada independente pelo caminho da independência do Brasil não seria uma Angola muito mais separada de nós

No Alvor





Grupo de refugiados no Aeroporto da Portela e tropas portuguesas em Angola (1975). A descolonização poderia cu não ter sido de outra maneira?



e uma aptidão de colaboração à qual nos fechamos, limitados por conceitos políticos.

Agora a questão de bipolarização. Claro que dentro de uma lógica de parlamentarismo nós podemos considerar que sim, que é preciso que os Governos se mantenham e que tenham autoridade, continuidade, e até que os Governos alternem. Mas a bipolarização implica que um governo governe sempre contra uma oposição e implica que a oposição se apresente sempre como contestatária sistemática de um governo. Ora justamente o que num determinado momento da revolução do 25 de Abril se afigurou possível foi uma certa cooperação coexistencial de forças empenhadas na transformação da sociedade portuguesa, sem obediência a nenhum modelo estrangeiro, mas dispostos a encontrar na própria abordagem da solução dos problemas concretos da população formas de cooperação efectiva. O caminho da democracia directa e do reforço do poder local era uma perspectiva de desenvolvimento da transformação revolucionária da sociedade portuguesa que foi perdida, e que estará tanto mais comprometida quanto a bipolarização se acentuar com carga ideológica em toda a vida política. A vida política converte-se em confronto e luta com a mentalidade de que há problemas comuns, e independentemente da posição diferenciada que as pessoas têm quanto às questões de ideologia, de prática política, de confissão religiosa.

J.M.J. – Eu tenho que sair. Mas antes gostaria de dizer 2 ou 3 coisas.

O primeiro ponto que gostaria de frisar é o seguinte: falou-se aqui de riscos de um golpe de direita, de um «golpe à portuguesa». Ora o curioso é que todo o processo político posterior ao 25 de Abril foi um processo de golpe. Dizia alguém: dispararam-se uns tiros sobre um quartel, nacionalizou-se a banca. Quer dizer: a nacionalização da banca resultou de um golpe. Tal transformação não foi pois resultado de uma sedimentação de forças (eleitoralmente definidas ou não), mas resultado de uma ruptura feita à revelia do respeito pelas regras do jogo que estavam determinadas pelos próprios que davam o golpe. Portanto, quando hoje certas forças falam de um golpe, o que muitas vezes querem é fazer esquecer que têm uma origem golpista. Parece-me que isto é importante e não pode deixar de se referir. Outro aspecto também importante é o facto, curioso também, de ser hoje em dia a esquerda e em sectores marxistas mais ou menos ortodoxos que se luta contra a bipolarização: provavelmente (e em contradição até com o que seriam os postulados ideológicos de partida), porque a bipolarização lhes é desfavorável – porque se fosse favorável não seria considerada tão negativa. Quando se falava da maioria de esquerda, da necessidade das «forças democráticas» – se é que se pode dizer democráticas – se unirem para fazer avançar o processo político em Portugal, etc., não se referiam os riscos da bipolarização que daí decorria. Ai, a bipolarização já não era inconveniente – porque era controlada, digamos assim, pelas tais forças interessadas nos «avanços democráticos» e não por outras. Eu acho isso bem, acho isso normal, a vida política é isso mesmo. Agora não vejo que haja hoje em Portugal riscos de golpe, seja ele qual for.

O que me parece importante, isso sim, é que actualmente voltam a renascer certas ideias – como por exemplo esta ideia da democracia directa, que Piteira Santos acabou de referir. Parece-me sintomático e curioso o renascimento de um certo voluntarismo (menos perigoso porque afastado do poder) que foi típico de certas épocas do período revolucionário português. Eu nunca me esqueço daquele período a seguir ao 11 de Março, onde se estavam a criar formas de organização de democracia directa – de tipo corporativo, aliás (isso de resto já foi aprofundado por várias pessoas) –, programando para 20 anos a evolução dessas estruturas que iriam ser uma forma de organização da sociedade. Não tenho nada contra a democracia directa. Agora o que eu tenho assistido na História é que efectivamente este tipo de estruturas de democracia directa têm sido sempre captadas com uma enorme facilidade pelas forças minimamente organizadas. Porque, evidentemente, a democracia directa, com tudo o que tem de anarquista, com tudo o que tem de irregular, com tudo o que tem de falta de mecanismos de organização de decisão, favorece naturalmente as forças mais fortes, mais capazes de a controlar.

25 DE ABRIL: QUE FUTURO?

O 25 de Abril inaugurou um novo regime político e esse regime ainda não está definido (J.M.J.).

J. M. J. – Parece-me que este debate teve um aspecto que deve ser realçado. Estamos em 1980, passaram seis anos sobre o 25 de Abril, nesta mesa estão sentadas pessoas de um leque ideológico ou cultural muito amplo, com origens intelectuais muito diversas, com objectivos muito variados. Julgo que, no entanto não será heresia nem excessiva provocação dizer que para além de se afigurar que o 25 de Abril permitiu um aumento das condições de pluralismo político (e no entanto poucos argumentos, ou nenhuns, foram dados contra a tese, que aqui também foi referida, de que essas condições são frágeis), para além desse aspecto, dizia, um balanço (que é certo ser ainda cedo para fazer) em relação ao

25 de Abril é um balanço negativo. E isso fundamentalmente por um motivo: o 25 de Abril inaugurou um novo regime político e esse regime político não está definido, ainda não houve a construção mítica do significado dessa mesma ruptura, ainda não houve a definição de um poder que tenha uma coesão suficiente para poder fazer uma leitura dessa data para a História, leitura que depois a História destruiu em maior ou menor medida, mais tarde, mas que irá aquecer o coração de muita gente, durante o tempo de solidificação inicial do regime. Todos os regimes têm uma fase de indefinição, depois são definidos e durante algum tempo essa versão oficial permite que o regime sobreviva. O que me parece em termos teóricos e técnicos preocupante é que seis anos após essa data ainda não foi feito isso, ainda o regime tem uma debilidade infantil tão grande que não pode dar de si uma imagem que seja coerente e suficientemente positiva e também suficientemente diversificada para que seja apoiada por forças variadas. Isso é um factor de crise política em Portugal e esse é afinal o grande problema do regime enquanto tal. E tanto assim, que em sectores variados (e que será tolice considerar reaccionários, fascizantes ou fascistas) se defende que a capacidade de assegurar esses aspectos positivos que o 25 de Abril trouxe passa por uma ruptura, passa portanto pela recriação de um novo regime. Isto é quanto a mim o sinal mais inequívoco do estado de fraqueza, do estado de crise do regime em que estamos a viver.

A mim, neste momento, mais que a descolonização preocupa-me a incomensurável subserviência com que se abordam as negociações – de investimentos, de empréstimos, de integrações europeias... (J.M.P.).

J. M. P. – Ao fim desta longa maratona já não me é possível fazer uma longa maratona já não me é possível fazer uma longa intervenção. Gostaria muito de pegar na intervenção de Manuel de Lucena sobre a descolonização – mas de facto isso levar-nos-ia muito longe; gostaria muito de fundamentar com algum rigor a distinção entre bipolarização e bipartidarismo (que estão longe de ser a mesma coisa): gostaria enfim de recolocar a questão de uma certa subserviência que foi aqui referida a propósito da descolonização. Devo dizer sobre este último ponto que neste momento me preocupa francamente mais a incomensurável subserviência com que, a todos os níveis, se abordam hoje em Portugal todo e qualquer tipo de negociação e de discussão – inclusivamente em termos de investimentos, empréstimos, integrações europeias, etc. Eu sei do que falo; já assisti a coisas verdadeiramente humilhantes, em que os próprios estrangeiros ficam absolutamente embaçados por nem sequer lhes serem postas exigências que eles estavam à espera que se lhes fosse pôr. Será a tal anomia de que falava o Prof. Saraiva, será uma «dependência interiorizada», o facto é que é verdadeiramente inacreditável como se oferecem trunfos de que o próprio interlocutor não estaria sequer à espera, como se aceitam todo o tipo de cláusulas que hoje já ninguém aceita neste mundo, como não se mantem um mínimo sequer de dignidade. Independentemente de uma discussão, que não está feita, das vantagens ou desvantagens da integração europeia, vale a pena pensar o que poderá resultar de negociações europeias feitas neste espírito. E é isso quase com certeza que se vai passar.

Para se tomar uma decisão sobre o Plano Siderúrgico Nacional foi preciso vir um comissário de Bruxelas dizer: «mas isso é um problema exclusivo de Portugal!» (J.M.P.).

Basta recordarmo-nos do caso do Plano Siderúrgico Nacional, que foi exemplar desta atitude: esperou-se um ano, esperou-se um ano e meio para tomar uma decisão sobre o Plano Siderúrgico Nacional, convencidos que o Mercado Comum nunca aceitaria que se investisse dinheiro na Siderurgia em Portugal dado o estado em que se encontra a siderurgia europeia. Foi preciso vir a Lisboa o Comissário de Bruxelas directamente responsável pelas questões siderúrgicas europeias dizer «mas isso é um problema exclusivo de Portugal, nós não temos nada a ver com isso» – e no dia seguinte recomeçou-se a andar com o Plano Siderúrgico Nacional! Isto é uma coisa quase inimaginável e no entanto coisas destas passam-se todos os dias, com senhores muito preocupados com a «identidade», a «independência», o «projecto nacional». Posso ainda dar um outro exemplo, a outro nível, que me foi relatado há pouco tempo por um alto funcionário de um organismo público. Um empresário português estava a negociar um contrato de assistência técnica com uma firma estrangeira e aquele organismo, que tinha de dar o seu parecer – e que não é propriamente um foco revolucionário –, solicitou-lhe como condição de autorização que pedisse a essa empresa estrangeira o curriculum dos técnicos que viriam prestar assistência técnica. Ao que o empresário retorquiu: «Parece que estou a desconfiar deles, não posso fazer uma coisa dessas!» Ora esta «ousadia» é uma coisa que faz parte das relações normais das empresas quando se pede uma assistência técnica, ou seja, saber quem são as pessoas que vêm, o que é que elas já fizeram, qual é a sua experiência. Trata-se, de facto, de uma atitude generalizada, e eu podia dar 40 exemplos como estes dois que dei. Criou-se ua «dependência mental» que está absolutamente radicada nas pessoas e que as predispõe a uma entrega total a qualquer estrangeiro que por aí apareça.

Em matéria de descolonização os acordos que Portugal assinou não foram mais precipitados do que os que a França fez com a Argélia (J.M.P.).

O caso da descolonização, nesta perspectiva, é concertiza o menos grave de todos – pois é bem provável que não pudesse mesmo ter sido doutra maneira. E tão simples como isso: dadas as circunstâncias que foram aqui faladas – digamos, a relação de forças no terreno –, a situação em que os militares se encontravam (o quererem vir-se embora rapidamente), as geo-estratégias internacionais – certamente não havia qualquer outra saída. Aliás, nem vejo muito bem em que é que os acordos assinados por Portugal nessa altura foram mais precipitados, mais «loucos» ou «aventureiros» do que os acordos que a França fez com a Argélia ao «aceitar» a independência em Evian. E também a França teve os seus «retornados» e se manteve afastada da Argélia durante uns quantos anos, só muito mais tarde tendo estabelecido relações «normais» com o seu antigo «território». Também poderia citar o recente acordo sobre a Rodésia. São tudo acordos do mesmo tipo, em que a potência colonizadora não pretende mais do que salvar a face – e, no dia seguinte, logo se verá o que aquilo dá... Quem poderia garantir que o acordo de Londres não iria conduzir a uma guerra civil na Rodésia? Os Americanos no Vietname fizeram a mesma coisa: não tinham saída nenhuma militar, assinaram o acordo. O que depois se passou não tem obviamente nada que ver. E Portugal nem sequer tinha os trunfos na política mundial que tinham (têm) uns Estados Unidos ou uma França. Não podia de facto ter sido de outra maneira – e parece-me no mínimo académico vir agora falar de subserviência nessa altura em relação aos Movimentos de Libertação. Preocupa-me realmente muito mais a subserviência que nós hoje mostramos em relação ao chamado capital internacional, que está a entrar aqui, que vai entrar como nunca entrou.

A. J. S. – A mim o que preocupa é a subserviência em geral...

J. M. P. – Finalmente há uma coisa que não posso deixar passar em claro: eu penso que apesar de tudo é francamente abusivo dizer-se que o balanço que aqui se fez do 25 de Abril é negativo. Quanto mais não seja porque de facto nós não fizemos aqui um balanço do 25 de Abril. Por exemplo, falámos de descolonização – mas não se discutiu de nenhum modo a fundo o problema da descolonização. Não fizemos um balanço nos vários domínios da vida social, política, económica. E para além disso não ponderámos as coisas que dissemos. Isto é, se se diz por exemplo que em definitivo a única coisa que trouxe o 25 de Abril foi as pessoas poderem falar à vontade, intervir, etc., suponhamos que para mim isso é a coisa mais importante: se

assim for, então a simples dizer isso representa um balanço altamente positivo. Portanto, está errado dizer-se que se fez aqui um balanço do 25 de Abril e que esse balanço foi negativo. Pela minha parte penso, obviamente, o contrário – e até dei algumas das razões desse meu juízo.

Em relação a um balanço do regime iniciado em 25 de Abril o juízo está em aberto (M.L.).

M.L. – Vamos por partes:

1) *Em matéria de legitimidade*, que é no fundo onde as coisas vão todas dar, não desposo hoje nenhuma teoria abstracta. Acho que há fundamentalmente processos de legitimação em que são ponderados vários factores: um é o voto livre dos cidadãos eleitores, outros dizem respeito à capacidade que o Estado tenha de garantir as liberdades, de manter a ordem publica, de defender a independência nacional, de promover o bem estar geral, tudo ingredientes cujo jogo legitima ou ilegitima concretamente um regime. Nós podemos preferir (e eu prefiro) os mecanismos democráticos ocidentais porque acho os meios dificilmente separáveis dos fins e julgo que não se caminha no sentido de uma sociedade mais livre por meios sistematicamente autoritários. Nesta medida sou muito influenciado pela tradição liberal da divisão dos poderes, da garantia das liberdades, do recurso ao voto, no qual se insere o activo do 25 de Abril. Mas porque não reduzo a legitimidade a um conformismo ideológico e porque vejo grandes óbices nos outros terrenos (o do progresso económico, o da justiça social, o da independência) parece-me tudo fragil. Assim, não estou de acordo com o Judge quando ele diz que o juízo global é negativo; o que digo (e isso é uma tarefa para nós) é que esse juízo está em aberto. A nossa colectiva assenta agora num principio mais são do que nos tempos do «Estado Novo». Mas é arriscada. Logo a seguir ao 25 de Abril eu escrevi um texto chamado «As Coisas Sonháveis» em que chamava a atenção para alguns pontos referentes ao processo de legitimação do deposedo regime. Dizia então que o regime tinha garantido uma ordem (repressiva embora) e uma estabilidade financeira (embora refreando o desenvolvimento), tendo além disso conduzido uma política de independência, sobretudo face a Inglaterra, jogando habilmente com as contradições entre os nossos aliados; e acabou por dar-se um arranque económico, acompanhado por medidas sociais, na sua última fase. Ora em todos estes campos teremos de tomar agora cuidado para que não venham a ser feitas comparações sistematicamente desfavoráveis ao regime democrático, que acabariam dando cabo dele. Não temos nenhum seguro de vida no bolso, e o destino da democracia saída do 25 de Abril depende do que dela fizermos.

2) Quanto à descolonização ainda queria dizer que o apoio que Portugal poderia ter dado e poderia dar às novas independências nada tem

É preocupante «a subserviência com que abordamos qualquer tipo de negociação» (João Martins Pereira). Uma conferência de imprensa do Lorenzo Natali (de frente, ao centro) em Lisboa, no decurso do processo de adesão de Portugal à CEE





Fomentada consoante as circunstâncias por forças de sinal diferente a bipolarização será desejável ou indesejável? De qualquer modo a questão não é dissociável da própria natureza do regime se parlamentar se presidencialista

a ver com a teoria da doação, nem com o reverso de sentimentos de culpabilidade, nem com uma crença demasiado fácil na coincidência entre os nossos interesses e os interesses dos movimentos de libertação ontem ou dos governos das ex-colónias hoje, por melhores que pareçam a alguns de nós. Não devem cultivar-se ressentimentos vãos nem procurar-se inúteis desforras, mas também não é alternativa prosseguir numa fácil política do braço dado que nos tem dispensado de negociar seriamente, ou seja, por vezes duramente; como se diz, amigos amigos, negócios à parte. Se não exigirmos reciprocidade nas boas acções nunca mais acharemos maneira de encerrar o contencioso da descolonização. Continuaremos a oscilar entre a hostilidade latente e um seguidismo lamentável. Continuaremos à espera de mundos e fundos e sempre a darmos a cara para nova bofetada, como tem acontecido desde 1975 com Angola e Moçambique.

Íntimas relações com as ex-colónias podem dar-nos peso na entrada para a CEE – e aí estou de acordo com o Piteira Santos. Simplesmente (e aqui é que pressinto um desacordo) precisamos de saber se somos mesmo um país europeu – ainda que o último, segundo certos índices de desenvolvimento – ou se abordamos os novos países de expressão portuguesa numa perpétua tentação «terceiro-mundista» de nos identificarmos com eles na economia, na geoestratégia, etc. Hoje eu acentuo a opção europeia: a nossa colaboração com as ex-colónias deve ser muito maior do que tem sido, mas tem de assentar numa distância, num face a face rigoroso, e não na promiscuidade.

Sou contrário a blocos centrais alargados – que apenas deixariam na oposição as forças que podem ser ditas totalitárias. Se isso acontecesse estaríamos muito perto de uma nova União Nacional (M.L.).

3) Quanto ao processo político interno, para acabar (todas estas coisas se ligam), acho que a esquerda portuguesa agarra-se às «conquistas» mais frágeis e ocasionais do pós-25 de Abril, entretanto a dúvida sobre o nosso sistema económico e sobre o nosso sistema político. Dúvida essa que, enquanto durar, fará do País uma cana agitada pelo vento nas piores condições de negociar seja com quem for e sempre a cair na subserviência, hoje perante uns, amanhã perante outros. E preciso optar – e optar passa hoje por uma certa bipolarização. A este respeito parece-me importante, seja o sistema presidencialista ou seja o sistema parlamentar, termos por um lado um governo que governe com programa claro, e termos, por outro lado, uma consciente oposição democrática. Sou por isso contrário a blocos centrais alargados – que apenas deixariam na oposição aquelas forças que podem mais facilmente ser ditas totalitárias: fascistas à direita, comunistas à esquerda. Estaríamos muito perto de uma nova «União Nacional»: no bloco central ficavam todos os bons «democratas», antigamente eram todos os «bons portugueses».

E depois, um bloco central tão vasto, com a Constituição Política de 1976 tão contraditória, não poderia passar sem um árbitro. Esse árbitro até podia ser um Presidente cheio de vontade de acertar e ser democrata – mas que logo fatalmente teria de efectuar mediações perfeitamente opacas; por exemplo, consolando hoje a esquerda ao abraçar um líder africano em Havana, amanhã a direita com umas restituições de reservas, depois de amanhã criando novas empresas públicas, e no dia seguinte elogiando a OTAN ou abrindo aos bancos. Só assim conseguiria (?) manter equilibrada a barca, com gente que visa fins e modelos de sociedade de tal modo diferentes e que no estrangeiro têm amigos e inimigos. Em suma, a estratégia do bloco central contém, embrionariamente, uma promessa de União Nacional tanto mais autoritário quanto mais graves forem as crises a enfrentar. Sei que não é esta a intenção de muitos promotores do bloco central – mas trata-se de uma «força das coisas». A maior ameaça à liberdade política não vem donde julgam. Contra ela, sou a favor de uma

definição clara do sistema económico que o assemelhe estruturalmente a dos países da CEE e de uma real competição política entre forças de inspiração socialista e forças de inspiração liberal. Dada a situação em que Portugal se encontra, e dada a estrutura do nosso sistema partidário, prefiro um regime presidencialista moderado «à francesa» a um regime parlamentar. Mas já não temos tempo para discutir esta questão.

O curso histórico iniciado em 25 de Abril é um curso com contradições. Mas que representam a abertura na qual é possível um desenvolvimento da democracia portuguesa, da economia portuguesa, das relações com os países que foram colónias de Portugal (F.P.S.).

F.P.S. – A hora vai adiantada, a fadiga não é só do Martins Pereira, e tenho pena que o José Miguel Judice já não esteja porque eu queria principiar por dizer o seguinte: Quando ele diz que o balanço é negativo não estou de acordo. Estou de acordo com o Martins Pereira: o balanço não é negativo. E penso que o António José Saraiva também estará de acordo comigo, e possivelmente o Manuel Lucena, na conclusão de que a própria conquista da liberdade, a conquista do direito ao exercício da liberdade, é já um factor eminentemente positivo em relação à situação anterior a 25 de Abril de 1974. Portanto, nesse sentido, a própria possibilidade de dialogar, de discutir os problemas e de discuti-los aos mais diversos níveis, nos mais diversos ambientes, mostra que houve qualquer coisa que se passou em Portugal e que essa sim é uma ruptura com meio século de imobilismo – que de maneira nenhuma me parece que possa constituir um modelo ao qual se queira regressar independentemente dos problemas, das contradições, das dificuldades do presente.

E parece-me que o erro fundamental de apreciação é este: Pensarmos que esse meio século de imobilismo e de monopólio de poder (aliás de coincidência de dois monopólios: do monopólio do poder com o poder dos monopólios) se pode contrapor ao regime pós 25 de Abril. E então diz-se: O regime não está coeso, o regime não está definido, o regime ainda não tem uma definição. Mas após o 25 de Abril não sucedeu em Portugal o nascimento de um regime. Verificou-se uma abertura política que foi explorada de diferentes maneiras, às vezes contraditoriamente se considerarmos todo o transcurso histórico. A ruptura política de 25 de Abril não perdeu as suas virtualidades – e apesar de certas ameaças, de certas contradições, e designadamente desse grau de dependência que novamente surge e de servilismo em relação ao capitalismo estrangeiro, o curso histórico iniciado em 25 de Abril é um curso com contradições, mas que representam a abertura na qual é possível um desenvolvimento da sociedade portuguesa do ponto de vista económico e um desenvolvimento das relações com os Países que foram colónias de Portugal. Nesse sentido parece-me que o balanço não é negativo. Que a situação não é susceptível de nos fazer desesperar. Embora sejam muitas as decepções (que aliás tiveram reflexo nos resultados eleitorais e não só nestes, e não só nas eleições de 2 de Dezembro) esse é apenas um dos aspectos a ter em conta num curso de transformação da sociedade portuguesa que não está de maneira nenhuma interrompido.

J. A. S. – Bem, a tarde já vai longa, o Sol já se pôs, são quase oito e meia e estamos todos cansados e com fome. Ficou naturalmente muita coisa por dizer – é sempre assim. Mas muita coisa também se disse. Eu não queria terminar sem agradecer a todos em nome do Estado-Maior General das Forças Armadas o terem aqui vindo, o interesse que puseram no debate, à franqueza que usaram. Por mim é tudo. Penso que podemos desligar o gravador.